



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

SUELEN VIANNA BAHIENSE

**A INOVAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE
FLUMINENSE DARCY RIBEIRO: um estudo de caso do Projeto de Extensão
Universitária Caminhos de Barro**

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
MARÇO – 2022

SUELEN VIANNA BAHIANSE

**A INOVAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE
FLUMINENSE DARCY RIBEIRO: um estudo de caso do Projeto de Extensão
Universitária Caminhos de Barro**

Tese apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Marcelo Carlos Gantos

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
MARÇO 2022

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

B151

Bahiense, Suelen Vianna.

A Inovação Social através da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro : um estudo de caso do Projeto de Extensão Universitária Caminhos de Barro / Suelen Vianna Bahiense. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

146 f. : il.

Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2022.

Orientador: Marcelo Carlos Gantos.

1. Inovação Social. 2. Extensão Universitária. 3. Caminhos de Barro. 4. Política Pública. 5. Lei de Inovação. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

A Inovação Social através da Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro: um estudo de caso do Projeto de
Extensão Universitária Caminhos de Barro

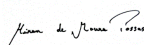
SUELEN VIANNA BAHIANSE

Tese apresentada ao Centro de Ciências
do Homem da Universidade Estadual do
Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como
parte das exigências para obtenção do
título de Doutor em Políticas Sociais.

Aprovada em 31 de março de 2022.

Comissão Examinadora

DocuSigned by:



7FB33C082179465

Prof. Hiran de Moura Possas (D.Sc., Comunicação e Semiótica) – UNIFESSPA

DocuSigned by:



7BA9FC0C732A734...

Prof^a. Lilian Sagio Cezar (D.Sc., Antropologia Social) – UENF

DocuSigned by:



18F45B21AF6D46B...

Prof^a. Denise Cunha Tavares Terra (D.Sc., Geografia) – UFRJ

DocuSigned by:



9113103D756745C...

Prof. Jonas Alexandre (D.Sc., Ciências de Engenharia) – UENF

DocuSigned by:



1B250635E2664DA...

Prof. Marcelo Carlos Gantos (D.Sc., História) – UENF

(Orientador)



*Contudo, Senhor, tu és
o nosso Pai.
Nós somos o barro; tu
és o oleiro.
todos nós somos obra
das tuas mãos.
Isaías 64:8*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu eterno e bom Deus, pela vida a mim concedida, por suas misericórdias se renovarem a cada manhã, e por ter me ajudado a levantar nos momentos difíceis nos quais a vida me fez cair. A Tua palavra diz: “(...) seja forte e corajoso! Não se apavore, nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar” (Josué 1:9). Por isso obrigada, meu Senhor, por ser o Autor da minha fé, e no momento em que eu entreguei esse trabalho em suas mãos, o Senhor deu-me inspiração e força para concretizá-lo.

Ao meu pai, o qual infelizmente não está mais aqui para me ver completando mais este ciclo, por sempre ter acreditado que eu seria capaz. À minha querida mãe por ser minha conselheira e alicerce em minha vida. Aos meus queridos irmãos, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando: o meu amor por vocês será eterno!

Agradeço à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, esta instituição que me recebeu no ano de 2011 e me acolheu com tanto carinho. Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e a Faperj pela disponibilidade de bolsa acadêmica no apoio ao meu trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Marcelo Carlos Gantos, pela confiança, conselhos, críticas e, especialmente, pelo exemplo: saiba que nossa convivência e seus ensinamentos continuarão contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional.

Obrigada, Prof^ª. Denise Cunha Tavares Terra, Prof^ª. Lilian Sagio Cezar, Prof. Hiran de Moura Possas e Prof. Jonas Alexandre por participarem da banca de avaliação.

Agradeço aos entrevistados e a todas as pessoas que, de alguma forma, participaram desta pesquisa, especialmente as artesãs do projeto Caminhos de Barro, expresso, aqui, a minha admiração pela história de vida de vocês!

A todos os professores do Programa de Políticas Sociais da Uenf pelos ensinamentos e colaboração. Aos meus colegas da turma de doutorado: nossos finais de tarde após as aulas vão deixar saudades.

Enfim, agradeço a todos, especialmente amigos e familiares, por compreenderem minha ausência e, de alguma forma, contribuírem para que este ciclo importante fosse concluído. Muito obrigada!

BACIENSE, Suelen Vianna, D.Sc. **A Inovação Social através da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro: um estudo de caso do Projeto de Extensão Universitária Caminhos de Barro.** 2022, 146fl. Tese de Doutorado em (Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos, Rio de Janeiro, 2022.

RESUMO

Os estudos sobre inovação social foram adquirindo, ao longo dos anos, várias abordagens referentes às transformações sociais partindo de interações entre organizações formadas por múltiplos atores. As universidades, por sua vez, vêm formando organizações entre comunidade acadêmica, sociedade e órgãos do governo para implementarem projetos de extensão universitária desenvolvendo políticas públicas de forma local. A partir desse contexto, o trabalho apresenta um estudo de caso realizado no projeto de Extensão Caminhos de Barro, que foi instituído no ano de 2000, na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - Uenf. Objetivou-se estudar quais foram as ações nos 21 anos de trajetória do projeto, como forma de identificar sua atuação hoje no papel de propagador de inclusão social dentro da universidade. Vale ressaltar que a realização de projetos institucionais extensionistas com foco em inovação social são premissas presentes na Lei de Inovação do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº Lei 5.361/2008). Nesta pesquisa, empreendeu-se uma análise entre os conceitos relacionados à inovação social a partir das seguintes abordagens: atores, resolução de problemas, qualidade de vida e empreendedorismo social. Foram realizadas entrevistas com os principais atores envolvidos no processo e analisados documentos com diretrizes políticas do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex) denominados de Cartas e Memórias. Aplicou-se, para análise das entrevistas, bem como das cartas, o procedimento de análise de conteúdo. Constatou-se que as ações do Projeto de Extensão Caminhos de Barro revelam características da inovação social prevista na Lei de Inovação Estadual do Rio de Janeiro (Lei 5.361/2008).

Palavras-chave: Inovação social. Extensão universitária. Caminhos de Barro. Política pública. Lei de Inovação.

BAHIENSE, Suelen Vianna, D.Sc. **Social Innovation through the State University of Norte Fluminense Darcy Ribeiro: a case study of the Caminhos de Barro University Extension Project.** 2022, 146fl. Doctoral Thesis in (Social politics) - State University of Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos, Rio de Janeiro, 2022.

ABSTRACT

Studies on social innovation have acquired, over the years, various approaches to social transformations starting from interactions between organizations formed by multiple actors. Universities, in turn, have been forming organizations among the academic community, society and government agencies to implement university extension projects by developing public policies locally. From this context, the work presents a case study carried out in the Caminhos de Barro Extension Project, which was established in 2000, at the State University of North Fluminense Darcy Ribeiro – Uenf. The objective was to study what were the actions in the 21 years of the project's trajectory, as a way of identifying how it acts today in the role of propagator of social inclusion within the university. It is worth mentioning that carrying out institutional extension projects focused on social innovation are premises present in the Innovation Law of the State of Rio de Janeiro (Law nº 5.361/2008). In this research, an analysis was undertaken between the concepts related to social innovation from the following approaches: actors, problem solving, quality of life and social entrepreneurship. Interviews with the main actors involved in the process and an analysis of documents with political guidelines of the Forum of Pro-Rectors of Extension of Public Institutions of Higher Education in Brazil (Forproex) called Letters and Memories were carried out. For the analysis of the interviews, as well as the letters, the procedure of content analysis was applied. It was found that the actions of the Caminhos de Barro Extension Project reveal characteristics of the social innovation provided for in the State Innovation Law of Rio de Janeiro (Law 5.361/2008).

Key words: Social innovation. University Extension. Caminhos de Barro. Public policy. Law of Innovation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo Interativo Tripla Hélice	35
Figura 2: Organograma da Proex – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.....	74
Figura 3: Mapa dos Distritos de Campos dos Goytacazes-RJ.....	77
Figura 4: Escola Leôncio Pereira Gomes	79
Figura 5: Polos Satélites Caminhos de Barro.....	84
Figura 6: Aula inaugural do curso Arte e Cerâmica na UENF no dia 10/08/15.....	85
Figura 7: Aula inaugural do curso Arte e Cerâmica na UENF no dia 10/08/15.....	86
Figura 8: Caminhos de Barro na VI Mostra de Extensão IFF, UENF e UFF em Campos dos Goytacazes.	87
Figura 9: Aula na Apoe.	88
Figura 10: Boneca Namoradeira (Oficina Caminhos de Barro).....	92
Figura 11: Peças sacras (Cristo com coroa de espinhos).	95
Figura 12: Peças para venda na loja on-line Caminhos de Barro.....	109
Figura 13: Peças para venda em loja on-line Caminhos de Barro.....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Leis que antecederam e sucederam a Lei de Inovação.....	40
Quadro 2: Definições de inovação social a partir de sua abordagem.....	41
Quadro 3: Análise de Inovação Social nas Cartas do Forproex.....	64

LISTA DE SIGLAS

AgiUenf – Agência de Inovação da Uenf

AL – Alagoas

AME – Associação de Mulheres Empreendedoras

Andes – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

Apoe – Associação de Proteção e Orientação aos Excepcionais

CBB – Centro de Biociências e Biotecnologia

CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

CCH – Centro de Ciências do Homem

CCT – Centro de Ciência e Tecnologia

CCTA – Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias

CE – Ceará

C&I – Ciência e Tecnologia

Cefet – Centros Federais de Educação Tecnológica

CF – Constituição Federal

Codae – Coordenação das Atividades de Extensão

Consuni – Conselho Universitário da Uenf

Covid-19 – Coronavírus

CPC - Centro Popular de Cultura

Crises - Centre de Recherche sur les Innovations Sociales

Crutac – Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária

ICT – Instituição Científica e Tecnológica

Ipes – Instituições Públicas de Ensino Superior

Depes – Departamento das Políticas de Ensino Superior

DF – Distrito Federal

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ES – Espírito Santo

Esav – Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais

EUA - Estados Unidos da América

Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Formict - Formulário para informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICT's do Brasil

Forproex – Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas Brasileiras

Fundecam – Fundo de Desenvolvimento do Município de Campos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
Iesp – Instituições de Ensino Superior Públicos
Ifet – Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia
Iphan – Instituto do Patrimônio Artístico Nacional
Leaa – Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico
Leciv – Laboratório de Engenharia Civil
Itep – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares Uenf
MA – Maranhão
MCdades – Ministério das Cidades
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação
MEI – Micro Empreendedor Individual
Misc – Ministério da Pesca e da Cultura
MG – Minas Gerais
MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura
MCP - Movimento Cultural Popular
MS – Ministério da Saúde
MT – Mato Grosso
MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PA – Pará
PIB – Produto Interno Bruto
PNE – Política Nacional de Extensão
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
Proex – Pró Reitoria de Extensão
Proexte – Programa de Fomento à Extensão Universitária
Proext – Programa de Extensão Universitária
Renex – Rede Nacional de Extensão
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina

Sesu – Secretaria de Educação Superior
SEPM – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
SI – Sistemas de Inovação
SJB - São João da Barra
SNI – Sistema Nacional de Inovação
SRI – Sistema Regional de Inovação
Siex – Sistema Nacional de Informações da Extensão
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
Tics – Tecnologia da Informação e da Comunicação
Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UFCE – Universidade Federal do Ceará
Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
Ufop – Universidade Federal de Ouro Preto
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
UFSC – Universidade de São Carlos
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
Unifesspa – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Uremig – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1- METODOLOGIA	19
1.1 Coleta de dados	25
1.2 Análise de documentos e entrevistas.....	26
CAPÍTULO 2 - INOVAÇÃO SOCIAL COMO FOCO	29
2.1 O caminho percorrido pela inovação e a relação com seus atores	29
2.2 A inovação social como meio de transformação	41
CAPÍTULO 3 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL.....	50
3.1 A trajetória da Extensão Universitária	50
3.2 Mas afinal de contas, o que é Extensão Universitária?	56
3.3 O Forproex e a Política Pública - diretrizes do Estado para desenvolvimento social	59
3.4 Cartas e Memórias do Forproex	64
3.5 A Extensão Universitária no contexto da Uenf.....	70
CAPÍTULO 4 - O CAMINHOS DE BARRO	75
4.1 A Baixada Campista e as indústrias de cerâmica	75
4.2 São Sebastião de Campos: o início de tudo	77
4.3 Projeto Caminhos de Barro.....	81
4.4 Uma visão dos principais atores envolvidos no Caminhos de Barro ..	89
4.5 A criatividade ressaltada no Caminhos de Barro.....	91
CAPÍTULO 5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES	96
5.1 Análise das entrevistas.....	96
5.1.1 Transformação na vida pessoal e profissional.....	96
5.1.2 Relação das artesãs com os atores institucionais	100
5.1.3 Fator de inclusão social no Caminhos de Barro	103
5.1.4 Caminhos de Barro e empreendedorismo social.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICE	132
Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 1	133
Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 2	134

Apêndice 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 3	135
Apêndice 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 4	136
Apêndice 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 5	137
Apêndice 6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 6	138
Apêndice 7 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 7	139
Apêndice 8 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 8	140
Apêndice 9 - Roteiro de Entrevistas	141
Apêndice 9.1 - Entrevista para Pró-Reitores.....	141
Apêndice 9.2 - Entrevista Institucional Gestores Caminhos de Barro (antigo e atual).....	142
Apêndice 9.3 - Entrevista com participantes do Projeto	144

INTRODUÇÃO

Novidade ou renovação é o significado etimológico da palavra inovação. Derivada do termo latino *innovatio*, refere-se a uma nova ideia, método ou objeto nos quais são criados e pouco aparecem nos padrões anteriores. Voltada para o contexto de ideias e invenções, além da exploração econômica relacionada, acaba a ser vista como a invenção que chega ao mercado.

Com o passar dos anos, a inovação passou a se envolver cada vez mais em processos de pesquisa, ciência e tecnologia, ficando popularmente e até hoje conhecida como inovação tecnológica. Ao passo que as pesquisas foram avançando, o que antes era voltado exclusivamente para a competitividade do mercado, vem abrindo frente a uma proposta socialmente reconhecida a qual visa e gera mudança social - a denominada inovação social. Esse tipo busca a interatividade de diferentes atores para a resolução de problemas sociais e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

O termo segue ganhando espaço nas discussões uma vez percebido que falta ao Estado a capacidade de suprir as necessidades da população, cabendo, dessa forma, a aplicação de políticas públicas as quais direcionem mais investimentos e promovam a transformação social.

A inovação social, portanto, seria definida como algo novo e duradouro, a partir de um conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação de todos os atores envolvidos, gerando soluções também duradouras para grupos sociais, comunidades, ou para a sociedade em geral (BIGNETTI, 2011).

Autores interdisciplinares clássicos como Taylor (1970 *apud* CLOUTIER, 2003), Chombart de Lauwe (1976 *apud* CLOUTIER, 2003), Henderson (1993 *apud* CLOUTIER), Fontan (1998 *apud* CLOUTIER, 2003), Cloutier (2003) entre outros, trazem em seus conceitos abordagens os quais envolvem o tema inovação social. Nesta pesquisa destacaremos quatro abordagens: atores, resolução de problemas, qualidade de vida e empreendedorismo social.

Devido a relevância do tema como também os avanços alcançados através de políticas públicas, este trabalho tem por objetivo meditar sobre tais abordagens e investigar se elas são, de fato, compatíveis com as características e ações do Caminhos de Barro, a fim de que este possa ser considerado um projeto de extensão pública universitária no qual promova a inovação social na Uenf.

Vale ressaltar que o interesse pela inovação social como objeto de estudo surgiu em decorrência da promulgação da Lei de Inovação do Estado do Rio de Janeiro (5.361/2008), como também a aplicação desta na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) através de sua agência de inovação.

A AgiUenf (Agência de Inovação da Uenf) é o órgão administrativo, determinado pela lei como Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e responsável pela gestão da inovação na universidade. Desde sua concepção em 2011, todos anos ela encaminha ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) um documento chamado Formulário para informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICT's¹ do Brasil (Formict), contendo elementos sobre questões relacionadas a aplicação desta legislação estadual dentro das ICT's. Esse documento é padrão e uma espécie de diagnóstico para entender a atuação dos Núcleos de Inovação Tecnológica² (NITs) do país no qual se refere à propriedade intelectual e a transferência de tecnologia, servindo de parâmetro para formulação de políticas públicas adequadas (BAHIENSE, 2014).

Conforme pesquisa realizada em 2014 no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS), foi constatado, através do Formict - especificamente nos anos de 2012 e 2013: a AgiUenf não implementava inovação social em projetos executados dentro da universidade. Cabe ressaltar que somente poderá ser considerado como inovação social os processos, produtos ou serviços os quais promovam a inclusão social, conforme preconiza a Lei Estadual nº 5.361/2008.

Haja vista a universidade apresentar um entendimento deficiente sobre a lei de inovação, fizeram ela não se beneficiar das vantagens através da gestão de sua agência. Cabe deixar claro que a AgiUenf é o único órgão determinado pela lei para cumprir esse papel. Como a agência não aponta em seus documentos oficiais, encaminhados ao MCTI, a existência de inovação social em seus projetos, compromete muito a criação de um ambiente de inovação, além de excluir o fator inclusão social determinado legalmente. Vale ressaltar ser esse um elemento

¹ Art. 2º, parágrafo III Lei 5.361/2008 - Instituição Científica e Tecnológica no Estado do Rio de Janeiro – ICT: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, instituição privada e outros entes públicos estaduais que tenham por missão institucional formar recursos humanos e executar atividades ligadas à pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, à inovação tecnológica e à extensão tecnológica em ambiente produtivo, localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

² Órgão responsável pela gestão da inovação dentro das universidades.

diferencial da legislação fluminense comparada com as outras estaduais³ sobre o mesmo assunto e que deveria se caracterizar como sua marca distintiva.

Em sua obra, Barbosa (2011, p. 41) destaca que a Lei de Inovação Federal (Lei nº 10.973/2004) - legislação a qual inspirou o modelo da Lei nº 5.361/2008 -, somente será considerada inovação se, em seu objetivo final, chegar a ser de utilidade pública no ambiente social, com ou sem efeitos para o setor produtivo.

Sob essa assertiva, o presente trabalho traz um estudo de caso sobre a relação entre extensão inovadora na Uenf a luz da análise do Projeto de Extensão Universitária Caminhos de Barro, no qual atua há 21 anos e se apresenta como um conjunto de ações de caráter educativo e social que participam da política pública educacional executada pela universidade. O Caminhos de Barro é atualmente um projeto institucional ligado ao Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), trazendo como principais atores sociais as artesãs de cerâmica da Baixada Campista⁴.

A tese propõe, a partir da recuperação da experiência do Caminhos de Barro, conhecer os contornos históricos institucionais e pessoais da sua atuação extensionista, buscando identificar e valorar sua dimensão social inovadora. Tal estudo irá trazer à cena a história do projeto desde a sua constituição na Uenf e implementação no Colégio Estadual Leôncio Pereira Gomes localizado no distrito de São Sebastião, quanto seu funcionamento através de núcleos satélites espalhados pela região do Norte Fluminense objetivando evidenciar como a extensão inovadora foi, ainda sem ser ciente disso, implementada e desenvolvida na Uenf.

Considerando que o Projeto de Extensão Caminhos de Barro atua há 21 anos na universidade, bem como a extensão universitária - através de suas diretrizes determinadas por seu órgão político, o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas Brasileiras (Forproex) – constam em seus documentos oficiais (Cartas e Memórias Forproex) os quais a universidade poderá atuar como propagadora de políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Baseado nesta afirmação, temos a seguinte questão central: Em que medida, hoje, o Projeto de Extensão Universitária Caminhos de Barro pode ser considerado como uma inovação social?

³ Alagoas (Lei nº 7.117/09); Amazonas (Lei nº 3.095/06); Bahia (Lei nº 11.174/08); Ceará (Lei nº 14.220/08); Mato Grosso (Lei complementar nº 297/08); Minas Gerais (Lei nº 17.348/08); Pernambuco (Lei nº 13.690/08); Rio de Janeiro (Lei nº 5.361/08); Rio Grande do Sul (Lei nº 13.196/09); Santa Catarina (Lei nº 144.328/08); Sergipe (Lei nº 6.794/09); São Paulo (Lei Complementar nº 1.049/08).

⁴ Formada pelos distritos de Goitacazes, Mussurepe, Tócos, Santo Amaro e São Sebastião.

Assim sendo, como objetivo geral, esta pesquisa visa analisar a partir de sua trajetória de 21 anos e da percepção dos atores sociais e institucionais envolvidos em que medida ele pode ser considerado uma inovação social.

Por estar inserido em um programa interdisciplinar cujo foco são as políticas sociais, o trabalho também se valeu da interdisciplinaridade para sua elaboração e execução, bem como apresenta uma proposta social sobre a temática. Portanto, a estrutura desta tese será da seguinte forma: Introdução, Capítulo 1, Capítulo 2, Capítulo 3, Capítulo 4, Capítulo 5 e Considerações Finais.

No capítulo 1 deste trabalho intitulado **Metodologia**, falaremos da abordagem escolhida, da escolha pelas entrevistas de forma remota como principal fonte de dados empíricos, bem como as técnicas de escuta utilizadas para a formulação da pesquisa.

O capítulo 2, intitulado **Inovação social como foco**, traz um embasamento teórico, abordando o surgimento do termo inovação; em que consiste e como funcionam os Sistemas de Inovação; o Modelo Interativo da Tripla Hélice; uma análise sucinta sobre as legislações nacionais que tratam o tema; os principais conceitos sobre inovação social, utilizando, para tanto, como autor base Julie Cloutier⁵.

O capítulo 3, **Extensão Universitária como instrumento de Política Pública Educacional**, versa sobre a trajetória da extensão desde sua concepção na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA), bem como sobre os modelos desenvolvidos inicialmente por eles, direcionando-se à América Latina, até finalmente chegar ao Brasil. Em seguida, explanará sobre como se formou seu conceito e sua concepção final já definida pelo Forproex. Na sequência, discorrerá sobre a constituição do fórum, análise das abordagens de inovação presentes nos documentos oficiais de registro - como as Cartas e Memórias do evento - e, finalmente abordará a institucionalização da extensão através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e sua atuação na Uenf.

O Projeto Caminhos de Barro é o título do capítulo 4 deste trabalho, que vem trazendo o contexto histórico de Campos dos Goytacazes, o desenvolvimento açucareiro no município no auge e sua crise, seguido de sua queda; o distrito de São Sebastião de Campos, suas características históricas, físicas, culturais e sociais; o

⁵ Pesquisadora do CRISES (Centre de Recherche sur les Innovations Sociales), um centro que reúne mais de 60 pesquisadores que abordam a inovação social, considerado o maior o maior centro de referência em pesquisas sobre o assunto no Canadá (LOPES, 2021).

Projeto Caminhos de Barro, sua constituição desde o ano 2000 no colégio Leôncio Pereira Gomes, até o funcionamento no núcleo sede localizado no campus da Uenf; a criatividade a partir do trabalho artesanal; e finalmente a história de vida dos artesãos, bem como suas dificuldades, conquistas e desafios para o futuro.

Finalmente no capítulo 5, intitulado **Resultados e Discussões**, apresentamos a análise feita a partir das entrevistas com atores sociais (artesãos) e atores institucionais (Pró-reitores e Diretoria do Caminhos de Barro).

As Considerações Finais trazem à baila a tônica do estudo, apresentando algumas conclusões pertinentes a questão de pesquisa explanada nesta introdução. Também foi feito o esforço intelectual de pensar numa nova proposta de política pública afim de buscar o empreendedorismo social para o Projeto Caminhos de Barro.

CAPÍTULO 1- METODOLOGIA

A metodologia utilizada valeu-se de um trabalho de gabinete com interfase exploratória e de campo, preconizando o viés da pesquisa qualitativa a partir de abordagens interdisciplinares para a seguinte análise: em que medida o Projeto de Extensão Universitária Caminhos de Barro pode ser reconhecido como uma abertura para a inovação social na Uenf. Seguindo pressupostos do método indutivo⁶, dados primários e secundários⁷ foram coletados, categorizados e analisados, possibilitando a enumeração dos resultados da pesquisa.

Sobre a pesquisa exploratória entendemos que ela busca oferecer maior familiaridade com o tema, envolvendo o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas envolvidas e o fenômeno pesquisado, além das análises de exemplos as quais estimulem a compreensão de todo o contexto (GIL, 2009). Semelhante tipo de pesquisa apresenta maior rigidez no planejamento, de modo que, foi delineada com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, sobre determinado fato (GIL, 2009).

A abordagem interdisciplinar decorre pelo fato do curso de pós-graduação no qual a pesquisadora está inserida ser dessa natureza. Partindo de um sentido mais profundo, a interdisciplinaridade é sempre uma reação alternativa à abordagem disciplinar normalizada (seja no ensino ou na pesquisa) dos diversos objetos de estudo. Os cursos interdisciplinares de programas de pós-graduação são radicalmente diferentes dos disciplinares, buscando inspirações a partir de experiências já existentes. Enquanto esses são fenômenos derivados da realidade existente, os interdisciplinares produzem as realidades as quais se contextualizam – eles se autoproduzem enquanto programas interdisciplinares (LEIS, 2005).

Existem sempre, portanto, várias reações interdisciplinares possíveis para um mesmo desafio do conhecimento. A interdisciplinaridade não surge de um espaço e/ou paradigma consagrado, mas de um trabalho singularizado e de múltiplas facetas, de

⁶ Para Marconi e Lakatos (2009), a indução parte de dados particulares para se inferir uma verdade geral ou universal não contida nas partes analisadas. No método indutivo, as conclusões são mais amplas do que as premissas das quais se partiu. A indução segue três elementos: a observação dos fenômenos, comparação entre eles e generalização encontrada na relação estabelecida entre os fenômenos.

⁷ Os dados primários foram recolhidos no trabalho de campo com o objetivo de atender às necessidades específicas da pesquisa. Os dados secundários foram obtidos através de pesquisas já realizadas como biografias.

maneira que, os cursos de ensino e pesquisa com bases interdisciplinares passam a existir sempre de bases experimentais. Enquanto os cursos disciplinares apresentam limites para continuar dando conta das demandas na formação de recursos humanos e pesquisa, sobretudo em torno de novos ou até velhos problemas, os cursos interdisciplinares devem ser interpretados como impulsores do trabalho interdisciplinar em novas direções (LEIS,2005).

Assim, ela se transforma em uma nova especialização, apta a responder problemas e alimentar profissões. Para Fazenda (1994 e 2001) seu enfoque está centrado no ator como principal vetor da interdisciplinaridade, relacionando a intersubjetividade dos agentes no plano metodológico. Mais especificamente, a interdisciplinaridade postula uma perspectiva mais afetiva, visando responder a perguntas pessoais dos participantes.

Constata-se que a interdisciplinaridade reivindica um conhecimento empírico, interpretativo e crítico, ao mesmo tempo. Semelhante proposta que converge plenamente com o dia a dia interdisciplinar.

Percebe-se boa parte do conhecimento buscado nos cursos interdisciplinares se fazem presentes em questões relacionadas ao que diz a ciência acerca de determinado fenômeno, uma abordagem científica bem criticada no meio acadêmico – o senso comum. Santos (1989) o define através de algo originalmente apresentado como um conhecimento natural tendo relação com algo razoável, ou seja, aquilo que merece credibilidade, tem valor de crença, é prudente e “pensa de modo local e universal”.

Para o mesmo autor a relação entre ciência e senso comum - principalmente no âmbito das ciências sociais -, é de suma importância tendo em vista que, uma série de propostas sociológicas adotam características daquele de modo intencional por considerá-las positivas.

Entretanto, outros pesquisadores desconhecem que possa existir uma relação entre ciência e senso comum na qual resulte uma nova proposta de conhecimento. Para estes, o conceito vem associado a características negativas como: ilusão, superficialidade, falsidade e conservadorismo. Tal percepção aparece pelo fato de o senso comum, não apresentar, um sistema metodológico próprio, mas surge e se reproduz dentro de um determinado grupo social.

Para Santos (1989) ciência e senso comum possuem uma relação de necessidade a qual só pode ser estabelecida quando a característica daquele for

desfeita. Atribui ainda que, a análise da relação entre os dois conhecimentos é uma ação benéfica, a qual contribui para o professor cientista compreenda mais adequadamente a natureza da ciência e adquira aquilo que Cardoso (1998) chamou de postura crítica diante da ciência e de outras formas de conhecimento.

O autor destaca que o senso comum hoje é fruto de uma sociedade desigual e dominadora, sobretudo diante da ideia original na qual nasce a proposta do referido conhecimento. Assim, aquela ideia da qual o senso comum é um conhecimento ilusório, superficial e preconceituoso, não seria válida.

Por tudo isso, é possível caminhar para uma nova afinidade entre ciência e senso comum, criando uma necessidade, assim disse Santos (1989, p.3) – “uma relação em que qualquer um deles é feito do outro e ambos fazem algo novo”. Acredita-se que o diálogo entre senso comum e o conhecimento científico poderá originar uma nova racionalidade.

A pesquisa ainda irá priorizar uma abordagem qualitativa⁸ em decorrência dos rumos nos quais ela foi tomando em seu desenvolvimento, uma vez que esse tipo de desenho é bastante flexível e melhor se enquadrou na realidade a qual estava sendo realizada. A pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador levantar dados de características subjetivas através de depoimentos dos sujeitos entrevistados. São coletadas informações pertinentes aos objetos de análise, levando em consideração a ideia de visão sistêmica, de processo, de contexto cultural e de significações (SANTOS; CANDELORO, 2006).

Veamos como se posiciona Mendonça (2020, p. 02) sobre essa abordagem investigativa:

Nesse processo, o pesquisador passa a ser o intérprete que produz os dados e os analisa com base em suas referências e experiências, buscando detalhar de maneira holística, o funcionamento de um fenômeno, com profundidade, explicitando sua singularidade e complexidade por diversos olhares, na busca de evidências.

Na pesquisa com abordagem qualitativa através do uso de estudos de caso é possível refletir sobre a importância de desenvolver um olhar apurado, com fito de observar as pessoas e o contexto as quais elas estão inseridas, evitando estereótipos,

⁸ Essa abordagem seguiu princípios da análise de conteúdo para a realização do estudo de caso do Projeto Caminhos de Barro. Consiste em uma técnica metodológica que pode ser aplicada em discursos diversos e todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte.

na busca de evidências tecidas por meio da triangulação de fontes que contribuam para relacionar diferentes informações, suas convergências, divergências e complementações na construção e interpretação crítica da qual se observa, considerando as experiências, bem como as anotações do pesquisador.

Assim, na pesquisa qualitativa tanto a interpretação como a análise passam pelas experiências do pesquisador, dos sujeitos da pesquisa e dos leitores dos relatórios e artigos científicos sobre o assunto. Sua composição parte em estabelecer uma relação entre descrições selecionadas pelo pesquisador com conceitos existentes sobre o assunto, tornando essa composição mais consistente na busca por evidências, sem perder de vista sua visão crítica, com um certo ceticismo, e, ao mesmo tempo, o reconhecimento pelo qual ele passará a ter variadas interpretações a partir de diferentes experiências expostas pelos sujeitos que compõem e participam de sua pesquisa (MENDONÇA, 2020).

Além disso, o pesquisador qualitativo deverá desenvolver a habilidade de elaborar instrumentos para observar, entrevistar, registrar e aplicar um questionário com questões a fim de compreender o processo no qual está sendo investigado. Para tanto, seu olhar deverá ir para além do que é visível, ouvir até os silêncios, as pausas, fazer descrições objetivas, para tentar produzir o máximo de dados possíveis e compreender o processo em análise.

Vale ressaltar que essa atuação deverá vir acompanhada da triangulação entre o objeto de estudo, a revisão da literatura, o referencial teórico e metodológico e os dados empíricos construídos. Somente assim poderá fundamentar uma análise consistente e coerente, evidenciando um olhar holístico que busque compreender o fenômeno a ser estudado em sua profundidade e complexidade (MENDONÇA, 2020).

Por fim, a pesquisa qualitativa busca uma forma de sustentar o conhecimento que é produzido através de uma coerência e lógica, e da relação entre os dados coletados, selecionados, analisados e triangulados, com uma consistência tanto empírica como também teórica, dando ao pesquisador uma maior convicção do problema de pesquisa a ser respondido.

Dessa forma, foram realizadas entrevistas com os principais atores os quais participaram de maneira direta ou indireta na construção do Projeto Caminhos de Barro. Também foram analisados documentos públicos, denominados Cartas e Memórias, referentes a reuniões realizadas pelo Forproex.

As entrevistas permitiram um aprofundamento do tema estudado por dois fatores: primeiramente, pelo fato de terem sido realizadas diretamente com os envolvidos nos processos de construção, e em segundo lugar, seguiram um roteiro composto de questões abertas nas quais os entrevistados apresentaram ampla quantidade de informações. Com o desenrolar do estudo, percebeu-se que elas conseguiram responder ao questionamento levantado. As Cartas e Memórias – Encontros Nacionais do Forproex vieram como um *plus* para um complemento das entrevistas analisadas.

O trabalho de gabinete consistiu na preparação do “desenho” da pesquisa, na formulação da questão e dos objetivos de estudo, bem como a elaboração do embasamento teórico, com a seleção, escolha e revisão da literatura pertinente a respeito da temática desenvolvida, de maneira que, houve uma minuciosa consulta a livros, artigos científicos, trabalhos monográficos, teses e dissertações, além de materiais produzidos pelo Projeto Caminhos de Barro e pela Uenf, os quais abordavam os temas em foco.

Fichamentos e resenhas produzidos possibilitaram efetuar um aprofundamento teórico e diálogo crítico com os autores sobre a temática inovação social em diferentes dimensões. Realizou-se também a análise e decodificação de todos os dados coletados, além da elaboração dos roteiros de entrevista e todo processo dissertativo.

Tudo isso seguiu de forma alinhada junto a grande crise sanitária com a qual nos deparamos no ano de 2020 ocasionada pela pandemia⁹ da Covid-19¹⁰. Devido as várias formas de contaminação pelo vírus e sua alta taxa de transmissão, além de um percentual significativo de letalidade, passamos a viver por um longo período um contexto de isolamento e distanciamento social.

Os impactos ocasionados pelo novo Coronavírus atingiram o mundo de maneira repentina, levando os pesquisadores a necessidade de repensar os processos de pesquisa a fim de que estes não fossem suspensos. Para que a pesquisa de campo não fosse prejudicada, recorreu-se ao mesmo artifício utilizado pelos professores das instituições de ensino superior de todo o Brasil - atividades de modo remoto através de tecnologias digitais.

⁹ Doença infecciosa que ameaça simultaneamente muitas pessoas pelo mundo, não tem ligação com a ameaça da doença, mas pela abrangência geográfica.

¹⁰ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global (BRASIL, 2021).

Segundo Behrens (2015), as tecnologias digitais estão presentes nas relações de trabalho, negócios e diversão, podendo também, dessa forma, adentrar no campo educacional. Por meio da pandemia da Covid-19, pode-se perceber a potencialidade das tecnologias nesse processo, viabilizando a continuação das pesquisas de campo com entrevistas de maneira virtual.

Devido ao isolamento social, milhões de pessoas foram levadas à reflexão com a necessidade mais efetiva de encontrar uma saída para a educação na pandemia. Senão vejamos o que Paulo Freire (2001, p.46) já idealizava sobre isso:

(...) Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros.

Essa troca de experiências as quais vivenciamos com o isolamento social trouxe uma nova possibilidade de pesquisa atingindo diversos pesquisadores do país e que tornou-se possível através da utilização de instrumentos tecnológicos para auxiliar e encurtar distâncias.

Nesta pesquisa houve uma maior preocupação sobre como seriam as condições de acesso à internet e a ferramenta virtual escolhida para a realização das entrevistas. No entanto, com a ajuda de alguns atores envolvidos no processo isso foi facilmente resolvido sem prejuízos para a realização do trabalho.

Dessa forma, o trabalho de campo foi feito em gabinete, uma vez que a pesquisa fora realizada em meio a pandemia da Covid-19. A abordagem aos atores envolvidos no processo foi realizada de forma remota em dias e horários previamente agendados.

Foram realizadas entrevistas com as artesãs que trabalharam ou ainda trabalham no Projeto Caminhos de Barro desde os seus primeiros anos de funcionamento, além de entrevistas com atores institucionais, ligados a cargos de gestão da Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Uenf e do Projeto Caminhos de Barro (coordenação e direção).

Os contatos foram obtidos através de pessoas ligadas diretamente a universidade ou ao projeto. Também foi utilizado um gravador de voz e um de tela chamado *Bandican*, que captura e grava ao mesmo tempo. Em ambos os casos o seu uso foi permitido pelos participantes.

1.1 Coleta de dados

Essa fase teve como objetivo reunir informações da realidade estudada por meio das técnicas selecionadas, que consistiram na “coleta documental” e na “entrevista semiestruturada”, cujo instrumento foram os roteiros do tipo padronizado. Estes foram construídos a partir das conceituações na literatura sobre o assunto as quais elevaram ao máximo os resultados da pesquisa.

A análise documental utilizou como fontes a Constituição Brasileira de 1988 (Art. 218 e 219), a Lei Federal de Inovação nº 10.973 de 2004, a Lei Estadual de Inovação do Rio de Janeiro nº 5.361 de 2008, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996 e as Cartas e Memórias do Forproex. Outras leis foram consultadas para maior apreensão dos fenômenos abordados, uma vez que o trabalho está inserido em um programa o qual focaliza as políticas sociais em seus campos específicos.

A amostragem foi selecionada usando o tipo não probabilístico¹¹ **proposital** (os entrevistados foram escolhidos pelo julgamento da pesquisadora e **bola de neve** (os entrevistados indicaram outros indivíduos que atendiam aos objetivos da pesquisa).

Os dados primários foram obtidos por intermédio inicialmente da localização e leitura de documentos produzidos pela universidade e entrevistas, bem como conversas telefônicas e troca de e-mails com alguns participantes do Caminhos de Barro. As entrevistas foram realizadas em gabinete através de um serviço de comunicação por vídeo via *Google*¹², além de um programa de computador chamado *Bandicam*, capaz de captar imagem e som.

Os dados secundários também foram obtidos através do trabalho de gabinete com a coleta de artigos científicos, biografias, informações geográficas e estatísticas (conseguidas no *site* do IBGE), bem como documentos disponíveis em sites oficiais (como o da Rede Nacional de Extensão) e outras fontes secundárias relacionadas ao tema, como Blogs e mídias sociais.

¹¹ São amostras que não seguem regras de probabilidade para a seleção dos seus participantes. Essa seleção seguiu critérios subjetivos, de acordo com os objetivos do estudo.

¹² *Google Meet*.

1.2 Análise de documentos e entrevistas

Os procedimentos utilizados na aplicação das duas técnicas selecionadas (coleta documental e entrevista semiestruturada) buscaram a máxima acurácia aos exames coletados.

Em relação a coleta documental, a maior parte valeu-se da legislação e o objetivo foi “averiguar” como o Estado tem buscado normatizar assuntos referentes a inovação a nível nacional e estadual, dando ênfase ao Estado do Rio de Janeiro. Para isso, partiu-se da Constituição Federal de 1988, ponderando o Capítulo IV (que tratam Da Ciência e Tecnologia), passando pela legislação federal e estadual do Rio de Janeiro que tratam o assunto. As Cartas e Memórias do Forproex foram analisadas de maneira cronológica, começando do ano de 1987 até 2021.

As cartas foram escolhidas tendo em vista ser o principal documento de comprovação de reuniões realizadas anualmente pelos pró-reitores de extensão universitária de todo o país. Visto que a pesquisa engloba três eixos principais - inovação social, extensão universitária e políticas públicas educacionais - buscou-se dentro do Projeto Caminhos de Barro planos os quais ordenassem a sua execução.

Portanto, as informações contidas nas Cartas e Memórias foram utilizadas para complementar as informações sobre a Extensão Pública Universitária no Brasil. Nelas estão descritos como foi o início dessa institucionalização nas universidades brasileiras, como veio se constituindo e qual o seu prognóstico.

O procedimento para análise da segunda técnica utilizada na pesquisa realizou-se com a elaboração dos roteiros de entrevista e com a seleção de duas amostras (do tipo proposital). Neste último procedimento, o objetivo foi “criar” dois grupos de entrevistados: os que participavam diretamente das ações do projeto Caminhos de Barro e aqueles nos quais contribuíram para sua execução de forma institucional. A escolha dos dois grupos de atores ocorreu precipuamente para que processos fossem comparados com fito de verificar suas diferenças e similaridades.

As entrevistas são uma técnica qualitativa a qual permitem o alcance de dados subjetivos, que possibilitou conciliar valores, atitudes e opiniões dos entrevistados, como afirmam Boni e Quaresma (2005, p. 72):

A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja,

coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.

Oito entrevistas realizadas de modo remoto, gravadas e posteriormente transcritas e analisadas por temas separados a partir da bibliografia pesquisada e do próprio roteiro elaborado.

Apenas uma participante apresentou dificuldades de acesso à ferramenta escolhida, contando com o auxílio de outra entrevistada. Para maioria dos participantes o local utilizado para conceder a entrevista foram suas residências. Alguns utilizaram o celular para acessar o aplicativo do *Google Meet* e outros o computador.

Durante as entrevistas ocorreram algumas intercorrências pela oscilação da Internet, no entanto o trabalho não foi prejudicado. Apenas uma entrevista foi interrompida por problemas no *notebook* da pesquisadora, a qual deu continuidade através do celular com o mesmo aplicativo.

Em sua apreciação adotou-se o procedimento análise de conteúdo, a qual conforme assinala Bardin (2011) são um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. A autora ainda indica as três fases para ocorrer a análise de conteúdo: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados; inferência e interpretação.

Nesta pesquisa as falas foram decompostas em unidades de significação classificadas de acordo com um sistema de categorias, para assim chegar ao objetivo inicial de verificar fatores apontados pela literatura pertinente sobre o assunto. As Cartas e Memórias também passaram pela mesma análise utilizando os mesmos conceitos tratados nas entrevistas.

A fim de uma melhor organização metodológica, elaborou-se sucintamente quatro categorias de análise, a partir de que, a *priori*, são selecionadas abordagens de inovação social pontuais interpretados nas cartas, as quais se evidenciarão nos resultados, tais como: resolução de problemas, qualidade de vida, atores e empreendedorismo. Dentro destas abordagens, foram selecionados alguns cortes

analíticos, que seriam: indivíduo; local do indivíduo; transmissão de conhecimento; inclusão social (resolução de problemas); inovação tecnológica, trabalho, organização, autonomia (qualidade de vida); individual, múltiplos, públicos, privados (atores); e transformação social, comércio, empresa (empreendedorismo social).

Os métodos e técnicas utilizados no desenvolvimento da pesquisa levaram aos resultados e serão tratados no capítulo 5.

CAPÍTULO 2 - INOVAÇÃO SOCIAL COMO FOCO

A inovação voltada para um contexto de garantir a competitividade de mercado relacionada a exploração econômica tem se ressignificado frente a uma outra proposta socialmente reconhecida na qual gera mudança social - a inovação social. Com isso, ela vem mudando sua abrangência ao longo dos anos e tem atingido esferas antes não destacadas.

Conforme já mencionado por Bignett (2011), a inovação social tratada nesta pesquisa tem a característica de algo novo e duradouro, com o envolvimento de vários atores sociais que, a partir de um conhecimento adquirido, disseminarão informações capazes de gerar soluções duradouras para grupos sociais, comunidade, ou sociedade em geral.

O capítulo está estruturado da seguinte forma: procura, inicialmente, mostrar como surgiu o termo inovação, desde o seu significado mais tradicional até os focos relacionados a inovação social tratados neste trabalho, passando sucintamente pela análise de normas nacionais e estaduais, bem como a inspiração da interação de atores institucionais pelo modelo Interativo da Tripla Hélice. Por fim, apresenta qual a relação percebida destes conceitos com o Projeto de Extensão Universitária Caminhos de Barro.

2.1 O caminho percorrido pela inovação e a relação com seus atores

A inovação passou por diversos caminhos ao longo de sua história. Voltada para a economia, sua intenção sempre foi atingir um nível antes não difundido. Partindo dessa ideia, a questão da inovação vem como conceito básico até hoje na maioria dos estudos acadêmicos. Sobre esse tema, a teoria de Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), um economista austríaco, o qual no âmbito da sua formulação da Teoria do Desenvolvimento Econômico, proposta no início do século XX, considerava como característica do sistema econômico capitalista seu grande dinamismo promovido pela evolução do ambiente social. Para ele, esse dinamismo era atribuído à introdução de inovações na atividade produtiva.

Schumpeter (1982) afirmava que a inovação no ambiente produtivo não se reduz apenas à invenção e à patente, porém outras formas, tais como: a descoberta de novas matérias-primas ou novos equipamentos, meios de tratamento e transporte

de mercadorias, organizações nas empresas ou no comércio. O autor segue a linha de outros como Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), Karl Marx (1818-1883), pregando que um sistema econômico possui como principal característica de evolução o incessante processo de inovação (BAHIENSE, 2014).

Temos ainda a visão de Porter (1990), que define a inovação como um conjunto de melhorias nas tecnologias e métodos, ou ainda na maneira de se realizar o processo dentro de um contexto macroeconômico ou microeconômico. O autor destaca, também em seus estudos, o quais as causas de inovação são variadas e que, entre elas, temos a precisão de novas tecnologias, a necessidade nova e renovada do comprador, dentre outras.

Já para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2007), a inovação consistiria nos passos científicos e técnicos, comerciais e financeiros, o quais são necessários para o desenvolvimento e comercialização. Há de se considerar ainda pelo órgão os produtos manufaturados novos ou melhorados, o uso comercial de um processo ou equipamento novo ou melhorado ou a introdução de uma nova abordagem para o serviço social. A Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) seriam apenas um desses passos (BAHIENSE, 2014).

De acordo com o Manual de Oslo, a inovação diz respeito a entrada de um produto e/ou processo recente para a empresa, não sendo necessariamente novo para o mercado/setor de atuação, podendo ter sido desenvolvido por aquela ou outra instituição (BARBOSA, 2011).

Por fim, já na América Latina, destacado incentivador da inovação, o físico argentino Jorge Sábato, o qual atuou desde 1968 como diretor da Comissão de Energia Atômica da Argentina, defendia a ideia que para ser viabilizado e sustentável, o desenvolvimento demandava investimento elevado e inteligente na geração e no desenvolvimento de tecnologia (SARAVIA, 2005). Criador do modelo denominado o “triângulo de Sábato”, concebido como uma estratégia para países cujos setores industriais são pouco desenvolvidos e mais dependentes, esse modelo demonstra a necessidade de um relacionamento harmônico, em cada país, entre o setor produtivo, o de infraestrutura científico tecnológico e o Estado. Assim, ao governo caberia adotar um papel de liderança na promoção de projetos de alta tecnologia, colaborando com estes através de recursos. Já as universidades e aos centros de pesquisa caberia apoiar, fornecendo pessoal treinado para trabalhar nos projetos e empresas privadas, além de entidades públicas envolvidas. Sábato enfatiza que o modelo possibilitaria

maior eficiência na assimilação de tecnologia e na exportação de bens com maior valor agregado, permitindo a junção ciência e tecnologia funcionasse como catalisadora da mudança social (SARAVIA, 2005).

Como se pôde perceber, a inovação teve no início de suas abordagens uma visão voltada para o mercado, produção e lucro, deixando de lado as mudanças sociais. Contudo, foram surgindo combinações e envolvimento de diversos atores nestes processos, trazendo a ela uma nova concepção, como por exemplo seu uso/aplicação na gestão social, e não somente em sua função produtiva como visto anteriormente. Para que isso aconteça, novos atores são envolvidos no processo e, dentre eles, podemos destacar as universidades, como veremos mais adiante.

Ainda no século XX, a Ciência e Tecnologia ganharam destaques de suas atividades juntamente ao debate de políticas públicas nos governos, haja vista que estes passaram a voltar mais atenção para uma economia baseada no conhecimento, do qual o papel deste e da inovação ocupam uma importante posição no mundo. Outras designações das mudanças culturais, sociais e econômicas, sendo elas a globalização e a sociedade da informação, mostram que o conhecimento assumiu um importante papel na sociedade contemporânea e se tornou um componente essencial para o desenvolvimento humano, bem como econômico e social (BAHIENSE, 2014).

Semelhante momento que de fato vislumbramos a C&I juntamente com a pesquisa para o desenvolvimento nacional/local. A questão da inovação vista a partir de sua efetividade e eficiência passou a ser objeto de preocupação, passando a considerar o conhecimento como fator essencial do processo para produção e geração de riqueza. Com essa ideia, as universidades ganham destaque como ator importante no Sistema de Inovação, partindo de sua função de ensino para missões como também no desenvolvimento econômico e pesquisa, como afirmam os autores Etzkowitz e Terra (1998).

A partir do processo na sua historicidade, temos os modelos dos processos de inovação, os quais surgem partir do final da década de 1950 como um novo paradigma de política científica e tecnológica que passaram a ser adotados pela maioria dos países industrializados. Dentre estes modelos destacaremos, neste capítulo, o Modelo Interativo e a Tripla Hélice para entendermos como a universidade e os governos passaram a se envolver como atores de destaque nos processos.

O Modelo Interativo surge a partir da década de 1980, quando a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) passam a ser reconhecidos no processo de inovação. Tal

modelo, considerado determinístico e que não segue uma fórmula pronta como o Modelo Linear¹³, atende a diversos atores os quais atuam no processo envolvido pela incerteza e combina a “interatividade” no interior das empresas, além da influência mútua entre empresas individuais e sistema de ciência e tecnologia mais abrangente. Assim, o modelo destacado neste trabalho como tripla hélice, mostra a interatividade entre importantes esferas institucionais, as quais seriam - universidade, indústria e governo.

A interação das novas esferas institucionais trazendo para o contexto da inovação novos atores faz surgir um novo processo inovativo o qual se entende por Sistemas de Inovação (SI) (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2002). Portanto, SI seria um conjunto de instituições distintas que, conjunta ou individualmente, contribuem para o desenvolvimento e a difusão das tecnologias. Assim, o sistema deve constituir um quadro de referência no qual o governo forma e implementa políticas, com o intuito de influenciar o processo inovativo.

A expressão Sistema de Inovação (SI) surgiu na década de 80, a partir dos trabalhos de Chris Freeman e Richard Nelson, mas foi no início dos anos 90 que ela ganhou espaço através da publicação de novos trabalhos de análise comparativa dos Sistemas Nacionais de Inovação (SNI), assim como a investigação sobre o conceito de desenvolvimento da estrutura de análise do sistema de inovação (BAHIENSE, 2014).

Os SI seriam as relações exercidas por diversos atores os quais formam um conjunto de instituições contribuindo para o progresso tecnológico dos Estados e conseqüentemente determinando o seu desenvolvimento socioeconômico. Um fator primordial desse sistema é a importância da ação coordenada entre as diferentes instituições - empresas, instituições de pesquisa, universidades, governo e suas políticas públicas e instituições financeiras-, na dinâmica do desenvolvimento tecnológico de cada nação.

O SI pode ser reconhecido como SNI e Sistema Regional de Inovação (SRI). O SNI compõe-se do envolvimento e integração de três principais agentes: O Estado, cujo papel principal é aplicar e fomentar políticas públicas de ciência e tecnologia; as universidades/institutos de pesquisa, as quais cabem a criação e disseminação do

¹³ Algo homogêneo e bem comportado, no qual a empresa aplicava conhecimento científico para descobrir novos processos, uma visão unidirecional (BAHIENSE, 2014).

conhecimento e a realização de pesquisas; e as empresas, responsáveis pelo investimento e transformação do conhecimento em produto (VILLELA; MAGACHO, 2009).

Cabe ressaltar que as empresas as quais constituem o SNI devem pertencer de fato ao sistema que se inserem, ou seja, devem ser empresas de capital e constituição nacional. Não bastam que elas somente produzam no território nacional ou para o mercado nacional, como subsidiárias de empresas estrangeiras as quais pertencem a outros sistemas de inovação, e dessa forma, possuem pouca utilidade para a estratégia de desenvolvimento tecnológico nacional coerente, uma vez que parte desse sistema é remetida a outros países, não contribuindo para o desenvolvimento local (VILLELA; MAGACHO, 2009).

Já os SRI surgem a partir da importância percebida do fornecimento local de habilidades técnicas e gerenciais, conhecimento tácito e compartilhado. Saxenian (1991) o define para abordar dinâmicas de redes de produção, ou parceiros interfirmas, os quais têm contribuído positivamente com resultados de economias regionais. Além disso, o sistema é composto por vários elos, e é necessário fortalecer todos eles promovendo articulação sistemática de pessoas, organizações públicas e privadas, bem como estimular o desenvolvimento regional. Assim, podemos perceber que a convivência, a troca de experiências, o conhecimento e a promoção do aprendizado dos agentes, em um determinado meio, podem estimular a atividade inovativa, ao passo que a localização favorece a troca de informações e conhecimento tácito e técnico-científico (BAHIENSE, 2014).

Voltando à abordagem do modelo interativo, autores os quais defendem o modelo da Tripla Hélice (Etzkowitz e Leydesdorff) contrapõem-se à tradição de Schumpeter (1883-1950) que associava a inovação somente as empresas, para dar lugar de destaque as universidades, incluindo também o governo como ator relevante. O modelo recebe esse nome por ser representado por uma espiral com três hélices as quais se entrelaçam por meio de múltiplas interações entre as esferas: a universidade, a indústria e o governo (CONDE; ARAÚJO-JORGE, 2003).

O modelo deixa claro a importância das interações entre os atores, mostrando como a dinâmica de inovação irá funcionar a partir de redes de comunicações e organizações entre eles. Para Etzkowitz e Leydesdorff (1995, 2000), grande parte dos países estaria procurando se adaptar a tal novo arranjo institucional na busca de fortalecer um ambiente inovador, com iniciativas a partir destas três esferas para o

desenvolvimento econômico, baseado no conhecimento, criando alianças estratégicas com as empresas, laboratórios governamentais e grupos de pesquisa acadêmicos. Vale ressaltar que esses novos arranjos seriam incentivados pelo governo e não controlados por ele, o qual proveria eventualmente assistência financeira direta ou indireta (BAHIENSE, 2014).

As interrelações entre as três esferas dependem, para o seu bom funcionamento, da atuação dos governos, contudo estes sozinhos não conseguem uma promoção do desenvolvimento social. É nesse momento que entram as universidades nas quais trocam a sua função baseada apenas em ensino, por outra que combina a busca de desenvolvimento econômico e social na sociedade. O modelo destaca que cada hélice irá atuar de maneira independente, porém cooperando mutuamente entre si (ETZKOWITZ; LEYDESDORF, 2000).

Os autores ainda alertam que os pesquisadores das universidades são elementos essenciais afetando o resultado da transferência do processo de tecnologia no desenvolvimento econômico regional. Dessa forma, a Tripla Hélice assume um papel de firme formação no desenvolvimento regional, além de seu papel tradicional como um fornecedor de pessoas treinadas e possuidoras de conhecimento básico. O papel do governo seria ajudar os novos desenvolvimentos por meio de mudanças no ambiente regulador, incentivos de impostos e provisão de capital público. A indústria por sua vez participa com as universidades do desenvolvimento de treinamentos, pesquisas, trocas de ideias e fornecendo recursos. Aquelas seriam também amparadas pelo governo como parceiras às universidades que exploram meios para produzir conhecimento, contribuindo grandemente com a economia e a sociedade (BAHIENSE, 2014).

Podemos dizer que o modelo Tripla Hélice provê uma metodologia para examinar os pontos fortes e fracos locais, assim como preencher lacunas existentes entre as universidades, indústrias e governos, com o intuito de desenvolver uma estratégia de inovação bem-sucedida. O fato de identificar a fonte gerativa do desenvolvimento socioeconômico baseado no conhecimento é o centro do projeto de inovação da Hélice Tripla para aprimorar interações entre universidade-indústria-governo (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017).

A abordagem dos autores Etzkowitz e Zhou (2017), aponta que a universidade está deixando de ter um papel secundário, mesmo importante, de ser provedora do ensino superior e da pesquisa, para assumir um papel primordial equivalente à

indústria e ao governo, como geradora de novas indústrias e empresas. A academia passa a assumir um papel primordial e criativo no desenvolvimento econômico e social, a partir de uma perspectiva independente no trato das prioridades do governo, da indústria e do cidadão. No modelo Tripla Hélice ocorrem as relações entre universidades, indústrias e governo, estabelecidas conforme a Figura 1:

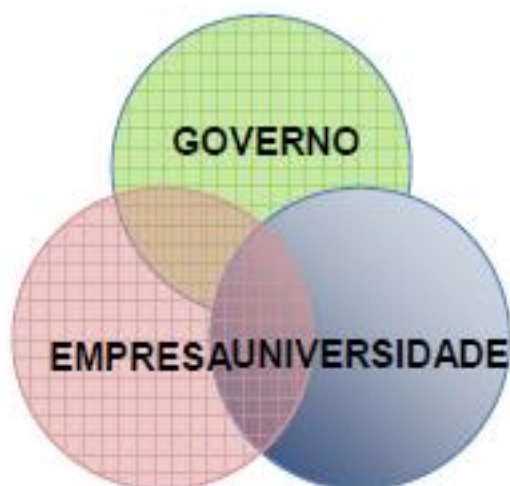


Figura 1: Modelo Interativo Tripla Hélice
Fonte: Etzkowitz; Leydesdorf (2000)

Vimos no decorrer deste capítulo que o governo é um ator relevante em questões nas quais envolvem inovação. Para que o Sistema de Inovação no Brasil opere de forma eficiente, o governo tem como uma de suas funções atuar como regulador através de legislações governamentais, nas áreas de propriedade intelectual, transferência de tecnologia e inovação, com fito de estas redes de cooperação sejam garantidas à sociedade.

Porém, cabe ressaltar que, no Brasil, a questão do desenvolvimento a partir dos SI, ainda é incipiente e tímida, uma vez que os processos de colaboração para a universidade-empresa respondem por uma pequena parcela de cooperação voltada para inovação. Há um costume que as políticas continuam a ser "horizontais" e voltadas ou a entidade empresarial isoladamente (por meio da concessão de benefícios fiscais e creditícios) (CASSIOLATO; LASTRES, 2005).

Passaremos agora a análise das normas brasileiras sobre o tema inovação tecnológica e social, como um primeiro passo para ponderarmos o envolvimento das universidades nesse processo e principalmente entendermos como a inovação social

foi inserida no contexto. A seguir, vamos descrever como a inovação foi instituída no ordenamento jurídico brasileiro através da Constituição Federal de 1988.

Suzanne Scotchmer afirmou que, para gerar inovação, é preciso uma ideia e investimento (BARBOSA, 2011). Haveria ainda uma necessidade de condicionantes jurídicos da política industrial de inovação, tanto em um contexto constitucional como na lei ordinária. Conforme apontado em trabalhos¹⁴ acadêmicos precedentes, percebemos as constituições anteriores falando basicamente sobre a liberdade da ciência e sobre o dever do Estado em apoiar a pesquisa. O Texto de 1988 expressa muito sobre como se exerce esse dever do Estado, mas, curiosamente, não se fala mais sobre a liberdade da pesquisa. A importância de olhar a Lei de Inovação Federal nº 10.973/2004 a partir de seu aspecto constitucional é que geram instrumentos para a sua interpretação. O objetivo desta lei seria constituir um ambiente propício a parcerias estratégicas entre universidades, institutos tecnológicos e empresas. Tais normas seriam responsáveis por propiciar a cooperação entre os atores do processo inovador, reduzindo as barreiras institucionais as quais impedem a via de mão dupla entre o setor privado e as ICTs¹⁵. Tratam-se de articulações horizontais dos dois lados.

Seguindo, vamos analisar como a questão da inovação foi trazida pela Constituição Federal de 1988. O foco do artigo 218 da CF/88 tem como propósito claro o desenvolvimento científico de um lado, e a pesquisa e capacitação tecnológica de outro, com intenção de colocar em prática outro pressuposto do direito constitucional: o desenvolvimento socioeconômico (artigo 3º, inciso II e III da Carta de 1988)¹⁶. Para isso, vale destacar o dever que cinge no contexto do chamado direito constitucional ao desenvolvimento indicado por Guilherme Amorim Campos da Silva (BARBOSA, 2011, p. 11):

O direito ao desenvolvimento nacional impõe-se como norma jurídica constitucional, de caráter fundamental, provida de eficácia imediata e impositiva sobre todos os poderes da União que, nesta direção não podem se furtar de agirem, dentro de suas respectivas esferas de competência, na direção da implementação de ações e medidas, de

¹⁴ O impacto da Lei de Inovação na criação do núcleo de inovação tecnológica da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Uenf. BAHIENSE, Suelen Vianna, M.Sc.

¹⁵ Art. 2º inciso V - Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT: Órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico (Lei de Inovação nº 10.973/2004).

¹⁶ “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) II – garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (...)”.

ordem política, jurídica ou irradiadora, que almejem a consecução daquele objetivo fundamental.

Portanto, há de se perceber que a Constituição não pretende estimular o desenvolvimento tecnológico em si, ou dos povos mais favorecidos, ao contrário, ela procura ressaltar as necessidades e propósitos nacionais, num campo considerado crucial para a sobrevivência de seu povo. O artigo 5º, inciso XXIX¹⁷ da Carta, na qual trata especificamente das patentes, nos deixa claro os objetivos desta sendo tríplice, necessário e equilibrado: o interesse social, o desenvolvimento tecnológico e o econômico têm de ser igualmente satisfeitos. Fogem do parâmetro constitucional a norma ordinária ou regulamentar que, tentando voltar-se ao desenvolvimento econômico, captando investimentos externos, ignore o desenvolvimento tecnológico do país, ou o nível de vida do seu povo. Esta mesma noção de equilíbrio com relação à ciência e tecnologia são aplicadas nos artigos 218 e 219 da CF/88, determinando que o estímulo da tecnologia seja a concessão de propriedade dos resultados – voltar-se-á predominantemente a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional (BARBOSA, 2011).

Dessa forma, tanto a regulação específica de Propriedade Industrial¹⁸ quanto os demais dispositivos que, na Carta de 1988, referem-se a tecnologia, são acordos ao eleger como valor fundamental o favorecimento do desenvolvimento tecnológico do país, no qual o artigo 219 da Carta classifica como o desenvolvimento autônomo (BAHIENSE, 2014).

O Artigo 218 traz em seus parágrafos duas diferenças primordiais que dizem respeito a ciência e domínio público. O texto coloca as condições nos termos constitucionais para a pesquisa científica básica e a pesquisa tecnológica, a qual a primeira terá tratamento prioritário do Estado e será transferida ao domínio público, e a segunda voltar-se-á preponderantemente para a solução de problemas brasileiros, bem como para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional, ou seja, o Estado é presumivelmente a principal fonte de incentivo e promoção, além de estar à frente de questões como desenvolvimento científico, pesquisa e capacitação tecnológica (BARBOSA, 2011).

¹⁷ “Art. 5º (...) XXIX – a lei assegurará aos autores de inventos industriais o privilégio temporário para a sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e outros signos distintos, **tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País**” (grifo nosso).

¹⁸ Lei nº 9.279/96 – Regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

O mesmo artigo também prevê o apoio estatal a formação de recursos humanos nas áreas de ciências, pesquisa e tecnologia, incentivando as empresas as quais desejam perseguir o mesmo objetivo.

A grande questão levantada pela constituinte brasileira é que o dinheiro do contribuinte seja respeitado, de maneira a qual aquilo que pagamos não seja usado primordialmente por agentes econômicos os quais não contribuem com seus impostos para assegurar a consecução dos deveres do Estado.

Tanto o artigo 218 quanto o artigo 5º, inciso XXIX da CF/88¹⁹, além da Lei de Propriedade Industrial e a Lei de Cultivar, colocam assegurados o interesse social e o desenvolvimento tecnológico do país, somente será constitucional a legislação que, na proporção de atender aos objetivos os quais visarem o interesse social do país, bem como favorecer seu desenvolvimento tecnológico. A CF/88 procura ressaltar as necessidades e propostas nacionais num campo considerado crucial para sobrevivência de seu povo.

Já o artigo 219 da mesma Carta prevê, para que aquilo ocorra, a necessidade da criação de uma lei ordinária que a regulamente. A Lei de Inovação 10.973/2004 se encaixa perfeitamente na determinação constitucional de viabilizar o desenvolvimento cultural sócio econômico, o bem estar da população e a sua autonomia tecnológica (BAHIENSE, 2014). Ela tem como função determinar ao Estado tomar medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica, além do desenvolvimento industrial do país.

Como principais objetivos apontados por Barbosa (2011) da Lei Federal de Inovação, temos:

- possibilitar o uso potencial de criação das instituições públicas, especialmente universidades e centros de pesquisa, pelo setor econômico, numa via de mão dupla;

¹⁹ Art 5º, XXIX - lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

- facilitar a mobilidade dos servidores públicos, professores e pesquisadores, da administração para a iniciativa privada e outros órgãos de pesquisa; e
- para tais fins, alterar a legislação pessoal, a de licitações, e prever certos subsídios e incentivos fiscais.

Há ainda um requisito fundamental nesta mesma norma, criando conceitos novos como as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), e junto a elas a criação dos Núcleos de Inovação Tecnológicas (NITs). Ambos são fundamentais para a gestão da inovação a qual se referem principalmente as universidades brasileiras.

Desde a entrada em vigor da lei federal, leis estaduais de inovação já se encontram vigentes, entre elas a Lei de Inovação nº 5.361/2008, do Estado do Rio de Janeiro. Esta lei, assim como a legislação federal sobre o mesmo assunto, estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo que visa o alcance da autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial, porém incorpora em seu texto de forma inédita a questão da inovação social.

Esta definição de inovação trazida pela legislação estadual fluminense encontra total respaldo na lei de inovação federal, uma vez que, segundo ela, a inovação só poderá ser assim considerada se em seu objetivo final chegar a ser de utilidade no ambiente social, com ou sem efeitos para o setor produtivo (BARBOSA, 2011).

A lei de inovação estadual encontra amparo legal na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, além de reconhecer que, para ocorrer a inclusão social e o desenvolvimento nas regiões desfavorecidas no país, é necessário ao Estado reconhecer e dinamizar mecanismos nos quais orientam medidas de gerar estímulos de atores que inovam, flexibilizando atividades e relações das ICT's e, conseqüentemente, gerar uma cultura de inovação socialmente inclusiva (BAHIENSE, 2014).

A Lei de Inovação nº 10.973/2004 foi inspirada em outras normas do cenário internacional, como a lei de inovação francesa e americana, e a partir dela se deu ensejo a demais legislações sobre o tema. Abaixo um quadro mostrando uma ordem cronológica para a inovação tecnológica no Brasil.

Quadro 1: Leis que antecederam e sucederam a Lei de Inovação

Norma Jurídica	Promulgação	Determinação
Lei nº 9.279/96	14 de maio de 1996a.	Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial
Lei n 10.973/2004	02 de dezembro de 2004.	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências
Decreto nº 5.563/2005	11 de outubro de 2005	Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências.
Lei nº 11.195/2005	21 de novembro de 2005.	Conhecida como Lei do Bem, em seu Capítulo III, artigos 17 a 26, e regulamentada pelo Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006, que consolidou os incentivos fiscais que as pessoas jurídicas podem usufruir de forma automática desde que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.
Lei nº 5.361/2008	29 de dezembro de 2008.	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no âmbito no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências
Decreto nº 42.302/2010	12 de fevereiro de 2010.	Regulamenta a Lei Nº 5.361, de 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Fonte: BAHIENSE, 2014, p. 43/44.

2.2 A inovação social como meio de transformação

Descrevemos nos tópicos anteriores deste capítulo que a inovação surge como uma busca para atender ao mercado e mola propulsora de desenvolvimento econômico dos países. O termo veio tomando densidades maiores ao longo dos anos devido a sua abrangência de possibilidades. As legislações nacionais vêm desde 2004 buscando formas de normatizar questões relacionadas à inovação, à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, ao desenvolvimento industrial, mas também inovações associadas às inclusões sociais.

Entre as diversas formas de inovação tratadas, veremos neste tópico uma específica no que se refere à transformação social - a inovação social. Porém, para que ela aconteça, a presença de algumas características se fazem necessárias. Seguimos na busca para saber onde surge e o que se espera dela.

Antes de mais nada, deixaremos claro que, comparando com a inovação no sentido mais amplo, a inovação social não encontra, atualmente na literatura, um consenso na definição do seu conceito e sobre a sua abrangência. Portanto, meditaremos aqui acerca de quatro focos principais das pesquisas sobre inovação social: multiplicidade de atores, resolução de problemas, qualidade de vida (trabalho e emprego) e empreendedorismo social. Analisaremos estes focos a partir dos principais autores na literatura que discutem cada um deles. A seguir, apresentamos um quadro com as definições de inovações sociais a partir da abordagem seguida neste texto:

Quadro 2: Definições de inovação social a partir de sua abordagem.

AUTOR	CONCEITO	ABORDAGEM	CORTE ANALÍTICO
Taylor (1970 <i>apud</i> CLOUTIER, 2003)	A única possibilidade para que a inovação social aconteça seria a partir da constituição de equipes multidisciplinares, sendo essa cooperação entre diferentes atores uma condição <i>sine qua non</i> de sua existência.	Atores	1) Individual; 2) Múltiplos; 3) Públicos; 4) Privados;
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada	Resolução de problemas	1) Indivíduo; 2) Local do indivíduo; 3) Transmissão de conhecimento; 4) Inclusão Social;

	insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.		5) Transformação Social.
Cloutier (2003)	A grande questão consiste numa reorganização do trabalho que permite atingir em três objetivos: um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, uma melhoria das possibilidades de realização pessoal e social, e autonomia dos indivíduos nela envolvidos.	Qualidade de vida	1) Inovação Tecnológica; 2) Trabalho; 3) Organização; 4) Autonomia; 5) Transformação social
Ashoka (2010)	Indivíduos com soluções inovadoras para os problemas sociais mais relevantes da sociedade.	Empreendedorismo Social	1) Transformação Social; 2) Trabalho; 3) Comércio; 4) Empresa

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Inicialmente, analisaremos qual o ponto de partida da inovação social. Para entendermos melhor é necessário saber que ela é centrada no indivíduo, a fim de provocar mudanças duradouras nele, bem como desenvolvê-lo para que possa recuperar o poder ao longo de sua própria vida. Dessa forma, as mudanças esperadas aparecem primeiro no nível individual, onde a pessoa muda sua maneira de ver o mundo, desenvolve seu potencial e é estimulado a resolver seus problemas (CLOUTIER, 2003).

Outro ponto relevante levantado pelos autores é que a inovação social apresente um número diversificado de atores que poderão estar tanto envolvidos nesse processo como ser beneficiados por ela. Seguindo essa linha, Taylor²⁰ afirma que a única possibilidade para a qual a inovação social aconteça seria a partir da constituição de equipes multidisciplinares, sendo essa cooperação entre diferentes atores uma condição *sine qua non* de sua existência. Esses atores podem ser constituídos de grupos de pesquisa, órgãos governamentais ou até mesmo nas empresas, porém com o objetivo comum de intervirem à população alvo.

Nessa mesma lógica, Chombart de Lauwe (1976 *in* Fontan, 1998)²¹, propõe a inovação social como uma ação na qual permite a criação de uma nova estrutura social, novas relações sociais, novos modos de tomada de decisão, sendo que estas

²⁰ Taylor (1970 *apud* CLOUTIER, 2003).

²¹ Fontan (1998 *apud* CLOUTIER, 2003)

ações surgem de uma consciência de transformações a serem feitas. Como levantado anteriormente por Cloutier (2003), ela se inicia a partir de uma atitude individualizada que, depois passa a ser coletivizada e assim passa de uma determinada situação considerada inaceitável para uma desejada pelos envolvidos.

A mesma autora ainda reconhece que a inovação social envolve os usuários e organizações responsáveis por representá-los. Portanto, seria a iniciativa de pessoas e grupos os quais vivenciam o problema ou almejam um ideal para si. Vale ressaltar que esses atores assumirão a direção e as principais responsabilidades. A inovação aqui não seria definida apenas pelo seu objetivo e natureza inovadora das soluções oferecidas, mas também pelo seu processo (CLOUTIER, 2003).

Cabe ressaltar que, a forma pela qual a inovação social se inicia através dos indivíduos e o motivo o qual estes se aproximam da solução/resolução de um problema respondem aos dois primeiros focos apontados no quadro 2 deste tópico.

Percebemos que os problemas abordados para uma possibilidade de inovação social são muitas vezes direcionados a condição de vida dos indivíduos, seja na participação no mercado de trabalho ou até mesmo a uma concentração geográfica (local) de pobreza. Ainda destacamos alguns autores partirem do princípio o qual a inovação social poderá surgir da necessidade de alcançar uma situação social mais desejada, e não necessariamente para resolução de um problema específico, como por exemplo a inclusão social.

Portanto, nessa mesma linha podemos considerar que as inovações sociais são aquelas as quais colocam as populações no centro do processo, incluindo-as, envolvendo-as ao máximo, sendo uma forma de enriquecer as políticas sociais nacionais e locais, possibilitando parcerias entre os envolvidos (PARRAVANO e BRETESHE *apud* LALLEMAND, 2001)²². A exemplo disso podemos citar a política pública de ensino na qual envolve a extensão universitária, uma vez que os principais atores envolvidos são aqueles os quais necessitam de mudanças em suas vidas e no seu entorno, seguindo como protagonistas deste processo.

A partir dos posicionamentos dos autores, podemos concluir que as inovações sociais dependem de um problema/situação não desejada e da aproximação de indivíduos com o intuito de solucionar esta questão. A mesma se volta ao potencial daqueles e consiste em um processo de aprendizagem para a aquisição de

²² Apud CLOUTIER (2003).

conhecimento, a modificação de representações e uma nova forma de cooperação. Aqui percebemos mais uma vez a participação do usuário é, de fato, uma condição essencial para o surgimento das inovações sociais, embora estes não sejam chamados a desempenhar um papel em todas as fases do seu processo.

Para Henderson²³, as inovações sociais decorrem principalmente da pressão exercida pelos movimentos sociais (dos cidadãos) sobre o governo, aos quais a partir daí se propõe uma série de indicadores de qualidade de vida, que lhe permitem avaliar os progressos realizados. Mais uma vez podemos admitir que elas estariam ligadas às políticas públicas as quais partem dos governos. Do mesmo modo se distinguem pelas suas consequências positivas na qualidade de vida sob um aspecto temporal (presente/futuro). Podem ainda estar relacionadas a esfera do imaterial ou intangível (por exemplo, métodos de análise de previsão, programas, legislação) ou até mesmo do material/tangível (dispositivos de produção, produtos), como veremos mais adiante.

Outro ponto importante da inovação social a ser levado em consideração é o que se esperar dela. Já vimos ela servir como uma mola propulsora de transformação social, seja na resolução de um problema, ou simplesmente o alcance de uma situação mais desejada.

Cloutier (2003) traz a percepção a qual a inovação social faz parte de benefícios não mercantis, podendo, muitas vezes, mostrar-se através de formas de serviço, nova concepção de aprendizagem ao longo da vida, nova partilha de responsabilidades, além de uma reconquista de poder ao longo do tempo, tanto pelo indivíduo como pelos grupos de fora.

Há uma expectativa pela qual ela responda melhor às necessidades dos indivíduos, ou seja, produza melhores resultados que as práticas existentes, pois constitui uma solução adaptada ao problema na ausência de alternativas eficazes. O indivíduo ou seu grupo alcançam a solução para determinada necessidade social ou um conjunto destas, onde não foram encontradas respostas satisfatórias em outros lugares²⁴.

Podemos ainda dizer que a inovação social pode apresentar quatro dimensões, as quais seriam: sua forma, seu seu processo de criação, seus atores, seus objetivos

²³ Henderson (1993 *apud* Cloutier, 2003).

²⁴ Chambon *et al.* 1992 *apud* Cloutier (2003).

de mudança. Com relação à forma, ela seria intangível, pois se refere às “formas de fazer”, ações, práticas. Neste caso, pode-se dizer que ela se opõe à noção de produto, o qual é inovador porque representa uma solução excepcional ao contexto dado.

Já com relação ao seu processo, a inovação social é caracterizada pela participação dos usuários no processo, as quais vão desde a consciência da necessidade, seguido da concepção do projeto, até a sua implementação. Pode-se dizer que ela conscientiza os indivíduos à alcançarem sua autonomia e conseqüentemente melhorarem a qualidade de vida, uma vez que os coloca a ter o domínio sobre suas próprias vidas. Porém, essa possibilidade não pode ficar a mercê somente de um indivíduo, ela deverá ser repassada. Voltando à tese defendida por Taylor²⁵, a condição essencial para a existência da inovação social é o envolvimento dos atores.

Importante salientar que, algumas vezes, o usuário poderá não ser beneficiário do serviço para que seja considerada inovação social, porém deverá ser ator de um projeto o qual reconhece como seu. O que conta nessa prática indireta de inovação social seria seu objetivo precisa ser passar o bastão aos interessados o mais rápido possível. O principal papel é mostrar ao usuário como aprender a fazer as coisas por conta própria, ou seja, alcançar autonomia.

Como já falado anteriormente, a inovação social parte muitas vezes de situações de crises, as quais o objetivo principal é a sua resolução. Estes problemas envolvem os indivíduos, chamados de usuários das inovações sociais, além de outras organizações (CLAUTIER, 2003). A grande questão consiste numa reorganização do trabalho permitindo atingir três objetivos: um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, uma melhoria das possibilidades de realização pessoal e social, e mais uma vez, a autonomia dos indivíduos nela envolvidos Warnotte (1985 *apud* CLOUTIER, 2003).

Novamente, nota-se que a inovação social se volta tanto a formação de parcerias, troca de informações e de aprendizagem quanto a solução dos problemas²⁶. Espera-se a participação dos usuários na resolução/melhoria de uma determinada condição, seguido de autonomia e qualidade de vida.

²⁵ Taylor (1970) *apud* Cloutier (2003).

²⁶ Warnotte (1985 *apud* CLOUTIER, 2003).

A literatura também nos mostra os benefícios da inovação social vão além das questões sociais. Estamos falando de sua relação com a inovação tecnológica. Apesar de aquela não depender desta para que seja identificada, existe uma relação de contribuição sobre o assunto, na qual ambas poderão estar muitas vezes ligadas. Para isso devemos diferenciar uma da outra, considerando que elas são interligadas e existe uma certa complementariedade entre as duas - a inovação tecnológica estimula a inovação social enquanto a inovação social gera inovação tecnológica. Em suma, são dois momentos de um mesmo processo o qual é a inovação em sentido amplo²⁷. Por fim, apesar da inovação social se resultar em grande parte de uma ação, para Bouchard, Fontan e outros autores, ela pode ser até um produto tangível (BOUCHARD, 1997 apud CLOUTIER 2003).

Segundo Bignetti (2011), a inovação social e a inovação tecnológica apesar de apresentarem características distintas, não representam dois conjuntos mutuamente excludentes. Ao contrário, é discutível que muitas inovações tecnológicas possuam caráter social e as inovações sociais possam lançar mão da tecnologia, particularmente no emprego das chamadas tecnologias apropriadas ou, mais amplamente das tecnologias sociais.

Há também autores os quais defendem que as empresas, quando geram inovação tecnológica a partir de uma inovação social, esta ocorre a partir da atuação no trabalho. Eles tratam a inovação no trabalho através de novas configurações, novas formas organizacionais e novas formas de trabalhar nas quais vão resultar em melhorias tanto no trabalho como na qualidade de vida dos cidadãos (TARDIF, 2005).

Seriam formas de trabalhar alinhadas a novas formas coletivas de pensar, fazer e consumir, favoráveis ao bem-estar e ao interesse geral, em descontinuidade com práticas anteriores e aceitas favoravelmente por outros setores e instituições, como por exemplo nos setores de consumo coletivo (COMEAU *et al.* apud TARDIF, 2004).

Portanto, a inovação tecnológica dar-se-ia a partir de organizações no trabalho, onde as tecnologias vão se desenvolver paralelamente aos arranjos sociais daquela organização, para responder as pressões do mercado.

Os autores colocam a inovação social dentro da empresa mais voltada a organização de trabalho, uma vez que microssistemas ou negócios locais podem assim tornarem-se lugares para o surgimento de novas formas sociais, pois neste

²⁷ Lévesque *et Crevier* (2002 apud CLOUTIER, 2003).

nível há um efeito de proximidade estimulando uma dinâmica coletiva específica podendo modular, adaptar ou mesmo rejeitar formas dominantes buscando soluções institucionais inovadoras para a sobrevivência da empresa (BÉLANGER et al, 2002 apud TARDIF, 2005).

Dessa forma, se a nova economia nos introduz no campo das inovações tecnológicas, deve-se entender que estas estão intimamente ligadas as inovações sociais. As inter-relações entre atores do setor público, privado e civil permitem vislumbrar uma governança e uma economia plural capaz de atender às necessidades expressas pelas populações, inclusive aquelas as quais se encontram com territórios em dificuldade, e ser compatível as aspirações de crescimento das elites (FONTAN et al., 2004). A melhoria na qualidade de vida seria o objetivo a ser alcançado através dessa abordagem, demonstrado por Cloutier no terceiro ponto do quadro 2 deste capítulo.

Já falamos como se constroem as inovações sociais e que elas são definidas como novas maneiras de fazer as coisas, novas práticas, novas combinações, novas abordagens, novos conceitos, novos conhecimentos e habilidades para atender as necessidades sociais²⁸.

Falamos também que a inovação social requer parcerias com diversos atores, como por exemplo: órgãos e organizações governamentais, instituições, voluntários e fornecedores. Nessa perspectiva, a inovação pode ser vista como um processo de aprendizagem coletiva e criação de conhecimento. Também requer a participação dos usuários em graus variados, durante seu processo de criação e implementação.

O último foco a ser analisado é a questão do empreendedorismo que pode ser alcançado partindo da inovação social. Daremos ênfase ao empreendedorismo social, devido a sua ligação com os demais focos de inovação social relacionados no quadro 2 deste capítulo - resolução de problemas e qualidade de vida.

O termo empreendedorismo social foi iniciado no início da década de 80 por Bill Drayton o criador da Ashoka Foundation (LIGHT, 2009), com o objetivo de caracterizar indivíduos com soluções inovadoras para os problemas sociais mais relevantes da sociedade (ASHOKA, 2010). Escolhemos esta definição por ela ligar duas questões fundamentais comuns a todas as conceituações - o “indivíduo” e os “problemas sociais” (MAIR; MARTÍ, 2006).

²⁸ Lévesque (2002 apud TARDIF, 2005).

Os autores identificam três significados diferentes para empreendedorismo social na literatura, senão vejamos: o primeiro vincula o social ao comercial, no qual o empreendedor faz uso de conhecimentos e habilidades no mundo dos negócios para criar empresas as quais alcançam benefícios sociais e são viáveis comercialmente. O segundo entendimento envolve as ações desenvolvidas por empreendedores cujo objetivo principal é a geração de inovações de impacto social, com pouca atenção aos critérios tradicionais de viabilidade econômica. Finalmente, uma terceira perspectiva aborda o empreendedorismo social como um catalisador das transformações sociais de grande impacto, as quais se estendem além da resolução de problemas sociais particulares ou locais (ALVORD *et al.* 2004).

Vale ressaltar que, embora o empreendedor social possua uma responsabilidade para com as necessidades e os valores das pessoas e das comunidades nas quais pretende servir, não há barreiras intransponíveis entre o empreendedor social e o clássico. Ambos utilizam ferramentas empresariais, são movidos e comprometidos com uma visão, resilientes e entusiastas. A diferença que se percebe são os propósitos dos empreendimentos - financeiros ou sociais. Em outras palavras, sobre apropriação ou criação de valor (SANTOS, 2009).

Finalmente, para exemplificarmos estes quatro focos apresentados em uma organização social, veremos que esta poderá conter indivíduos ou um grupo deles, os quais possuem um problema ou apenas necessitam de uma melhoria em seu ambiente (local ou empresa). A partir dessa resolução ou avanço, há uma significativa melhora de qualidade de vida e conseqüentemente uma possível aplicação, como por exemplo através do empreendedorismo social.

Quando pensamos na aplicabilidade destes conceitos trazendo-a para as organizações sociais pertinentes neste trabalho, podemos relacionar a universidade através de uma política pública educacional de extensão universitária que vai ao encontro de comunidades carentes com problemas relacionados a inclusão social e geração de trabalho e renda.

O Projeto Caminhos de Barro vem incluindo essas pessoas, numa política pública de extensão universitária na Uenf, com o intuito de transformar a vida das artesãs as quais se localizam em uma área de extrema carência no Norte Fluminense. A multiplicidade de atores envolvidos nesta causa, incluindo pesquisadores, técnicos, estudantes, sociedade civil, órgãos de fomento, está de acordo com os seguintes objetivos: a resolução do problema de exclusão social do mercado de trabalho, a

geração de renda através de uma atividade reconhecida que é o artesanato e melhoria de qualidade de vida. Todos estes fatores estão gerando, nesses indivíduos, nesta nova era informatizada, o desejo de subir novos patamares através do empreendedorismo social.

Nos próximos capítulos, falaremos sobre como a extensão universitária vem sendo desenvolvida na Uenf desde 1999, caminhando cronologicamente junto ao Caminhos de Barro neste processo. Também trataremos sobre como este evoluiu em suas ações as quais o caracterizaram como inovação social dentro da instituição, bem como acerca dos desafios enfrentados por ela a fim de alcançar o tão almejado desejo de seus principais personagens - o empreendedorismo social.

CAPÍTULO 3 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

A extensão universitária, como instrumento efetivo de mudança na universidade e sociedade em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, caminha *pari passu* com o enfrentamento desses desafios em busca de novas oportunidades as quais se descortinam no contexto internacional e na realidade brasileira.

Tais desafios são confrontados e aproveitados por meio da política pública, porém a efetividade desta depende fortemente do que a universidade pública, em geral, e a extensão universitária, em especial, podem oferecer aos governos e, principalmente, à sociedade.

Neste capítulo, será tratada a questão da extensão universitária, partindo de seu conceito já pacífico com amplo debate no Forproex: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político; que promove a interação entre a universidade e outros setores da sociedade.

O capítulo iniciará com a trajetória da extensão desde sua concepção na Europa e nos EUA até a América Latina, chegando finalmente ao Brasil. Em seguida, explanará sobre como se formou seu conceito atual a partir dos principais autores. Na sequência, discorrerá a constituição do Forproex e, por fim, fará um breve recorte de sua atuação na Uenf.

3.1 A trajetória da Extensão Universitária

A universidade tem como objetivos a formação profissional, a geração de novos conhecimentos e sua disseminação. Na Constituição Federal de 1988 no artigo 207, consta que ela também terá de obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, a extensão universitária apresenta um elo entre a construção teórica e a prática, que interfere no “pensar” e no “fazer” dentro da universidade.

As primeiras universidades no mundo nasceram no século XII, tendo como função a transmissão do conhecimento voltado a formação e a reprodução dos

quadros dirigentes. A partir do século XIX, na Alemanha, conferiu-se à universidade mais uma nova atribuição – a pesquisa (PAULA, 2013).

Antes de adentrarmos a extensão universitária, exploraremos, inicialmente, a origem da palavra extensão. O termo latino *extendere*, formado pelos elementos *EX* (fora) e *TENDERE* (esticar), bem como o termo *extensionis*, estão relacionados a sua origem, que, por isso, pode ser entendida como ato ou efeito de estender, alargar, espalhar, aumentar o conteúdo, difundir (NEGRÃO; CABRAL, 2017).

Sendo assim, compreende-se o fato que, num primeiro momento, esse tenha sido o entendimento no qual se teve a respeito da extensão universitária em suas primeiras aparições nas universidades: uma perspectiva educacional tradicionalista, a qual as instituições de ensino possuíam a missão de disseminar (estender) todos os seus conhecimentos e suas técnicas por meio de conferências, cursos e seminários, oferecer prestação de serviços como assessorias e consultorias, além de difundir culturas.

Mas antes mesmo do aparecimento do termo extensão, vários autores já a consideravam. As primeiras escolas gregas, com suas aulas abertas ao público seriam, na concepção de Rocha (2001), a sua origem nas universidades. Percebe-se que, naquele período, havia uma prática pedagógica verticalizada, contando com uma transmissão do saber autoritária e restrita a poucos. Tem-se, então, uma universidade aberta somente para os membros da sociedade.

Seguindo sua trajetória pelo mundo, na segunda metade do século XIX, houve as primeiras manifestações da extensão universitária, especificamente na Inglaterra. Em seguida, transitou pela Bélgica, Alemanha e, em breve, por todo continente europeu, chegando, enfim às Américas, a começar pelos Estados Unidos (PAULA, 2013).

Na Inglaterra, aparecendo pela primeira vez como atividade universitária, alguns anos após a Revolução Industrial, em razão das pressões as quais exerciam sobre as universidades as “camadas que não usufruíam de seus benefícios”. Foi nesse contexto que a instituição começou “a desenvolver algumas atividades para além de seus muros e de sua clientela tradicional” (FAGUNDES, 1986, p. 107).

Já nas Américas, o primeiro país a apresentar um modelo de extensão universitária foram os EUA, os quais iniciaram suas atividades vinculadas à agricultura. O movimento ficou conhecido como Extensão Rural e começou na segunda metade do século XX. As práticas extensionistas eram realizadas através

das associações agrícolas fundadas por fazendeiros, as quais tinham por finalidade discutir e buscar soluções para os problemas relativos à comercialização e ao aumento da produtividade de suas culturas e da pecuária. Nessas associações, eram realizados concursos, palestras, reuniões e feiras, visando a um contato mais estreito entre os chamados *farmers*²⁹.

Juntamente com os *farmers*, os *Land Grant Colleges*³⁰ tinham em vista a aplicação prática do conhecimento para a vida das pessoas em geral, a qual insinuava levá-lo para fora do campus. Desse modo, tão logo inaugurados, muitos *colleges* começaram a organizar atividades extramuros que envolviam cursos de curta duração e visitas para demonstração nas fazendas. A solicitação desses serviços avolumou-se, levando alguns professores a produzirem artigos para jornais e boletins, além de continuar frequentando os encontros dos *farmers*.

Logo se estabeleceu nos *Land Grant Colleges* a tripla função de ensino, pesquisa e extensão. Esse modelo figura como uma das principais referências à revisão da função social das universidades na América Latina, afirmando-se como modelo de prestação de serviços (MELO NETO, 2002). Portanto é possível concluir que, historicamente, o conceito de extensão esteve associado à prática da extensão rural, manifestando uma concepção marcada pela prática extensionista.

Finalmente no Brasil, as experiências de extensão universitária iniciaram-se na Universidade de São Paulo. Entretanto não se trata da Universidade de São Paulo (USP), criada por Fernando de Azevedo, em 1934, mas de uma instituição fundada como sociedade civil em 1911. A instituição reunia então dez escolas superiores profissionais e uma escola superior de Filosofia, História e Literatura. Esta última, inaugurada em 1914 como Universidade Popular, não contava com um quadro regular de professores e estudantes. Suas atividades consistiam em conferências semanais abertas e gratuitas e cursos dos mais variados tipos, desde que não voltados para propaganda política, religiosa ou comercial.

De existência passageira, contudo, como quase todas as instituições universitárias do Brasil, no início do século XX, a universidade paulista encerrou a

²⁹ Palavra inglesa que se refere aos proprietários e trabalhadores rurais em geral.

³⁰ Os *Land Grant Colleges* são instituições de ensino norte-americanas que recebem recursos públicos destinados à formação da classe trabalhadora, principalmente direcionada à educação técnica de agricultores que produzem em pequena escala, visando à modernização de seus sistemas produtivos. Naquele país, em 1914, foi criado o *Cooperative Extension Service* para dar suporte à ação dos *Grant Colleges* junto aos agricultores.

atividade em poucos anos. No que se refere às experiências de extensão rural, são sempre apontadas como pioneiras aquelas desenvolvidas na Universidade Federal de Viçosa (UFV), inspirada no modelo Norte Americano dos *Land Grant Colleges*. Essa instituição originou-se da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Uremig), criada em 1948, seguindo sua origem na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (Esav). Inaugurada na Zona da Mata de Minas Gerais em 1926, pelo Presidente Artur da Silva Bernardes, que, como governador daquele Estado, autorizou, em 1922, a construção da instituição.

Naquele ano, a mesma medida editada para instituir a Esav previa como seus objetivos “os ensinamentos práticos e teóricos de agricultura e veterinária” e a realização de “estudos experimentais” os quais concorreram para o desenvolvimento de tais ciências no Estado de Minas Gerais. A UFV passou a ser federalizada no ano de 1969. Com destaque nos cursos de pós-graduação em ciências agrárias e por suas atividades de extensão, sendo até hoje famosa pelo seu desenvolvimento extensionista e referência no país³¹.

Segundo Paula (2013), em suas aparições pelo mundo, a extensão universitária recebeu influências de movimentos diversos, como o movimento estudantil de Córdoba, na Argentina no ano de 1918, além da Escola Nova na década de 1930 no Brasil, mais adiante da União Nacional dos Estudantes (UNE). Somado a isso, governos postularam, em leis, ao longo do século passado, suas conceituações de extensão universitária, as quais podemos dividi-la em três fases:

I) A anterior a 1964, cuja centralidade foi dada pela campanha da Escola Pública e pela aproximação com o movimento das Reformas de Base, a partir de obra e de prática de Paulo Freire; II) A etapa que vai de 1964 a 1985, polarizada pela emergência e demandas de movimentos sociais urbanos; III) A terceira etapa corresponde ao período pós-ditadura e se caracteriza pela emergência de três grandes novos elencos e demandas: 1) as decorrentes do avanço dos movimentos sociais e urbanos e rurais; 2) as que expressam a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de cidadania; 3) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços. (PAULA, 2013, p. 19).

A partir das décadas de 1950 e 1960, universidades brasileiras fortaleciam a importância da extensão com foco para o compromisso social, influência dos

³¹ Criada em 1929, a Semana do Fazendeiro é o mais antigo e ininterrupto evento extensionista ligado a uma instituição de ensino superior, que recebe participantes do Brasil e de outros países (NEGRÃO; CABRAL, 2017).

movimentos sociais, particularmente com a participação da UNE através do seu projeto Une Volante³². Destacamos também o Serviço de Extensão Cultural na Universidade de Recife, além do Movimento Cultural Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB), bem como o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE.

Partindo desse cenário, na década de 1980, em consonância com os debates a respeito da reforma do Estado, foi criado o Forproex. Coube ao fórum a elaboração do Plano Nacional de Extensão em 1999, a construção da Política Nacional de Extensão Universitária (PNE) em 2012, e apontar diretrizes e conceitos norteadores da extensão universitária (NOGUEIRA, 2000). Veremos mais adiante a importância na institucionalização da extensão no Brasil através da trajetória desse fórum.

Com a ditadura militar, foram promovidas, embora com modificações, as tão pedidas reformas de base. No âmbito da educação, existiram três iniciativas importantes referentes a essa reforma. As duas primeiras referem-se à criação, em 1966, de dois projetos que tiveram por mérito propiciar ao universitário brasileiro experiências importantes junto às comunidades rurais: o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac)³³ e do Projeto Rondon³⁴. Os projetos possibilitaram novos horizontes e abertura de espaços a contribuir com a melhoria das condições de vida da população do meio rural.

A terceira iniciativa refere-se à promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68), da qual estabeleceu que “(...) as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (Artigo 20) e instituiu a extensão universitária.

Os termos dessa institucionalização foram os seguintes: “As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento [...]” (Artigo. 40) (NOGUEIRA, 2005).

³² No ano de 1962, percorreu o país junto com o Centro Popular de Cultura para debater a reforma universitária no bojo das reformas de base propostas pelo governo de Jango.

³³ O CRUTAC, Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária foi criado em 1966, iniciado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e posteriormente no Maranhão, no ano de 1969, inspirado no modelo norte americano de extensão (ALMEIDA, 2011).

³⁴ Concentrada no campus avançado de Altamira, no Pará, no período de 1971 a 1983. O projeto foi idealizado no governo de militares. Teve uma participação intensa de estudantes no processo de desenvolvimento social e econômico do país.

A extensão universitária generalizou-se depois do fim da ditadura de 1964, como uma expressão de avanço da luta democrática, ampliando, com isso, o elenco de sujeitos reconhecidos. É nesse contexto que ela é chamada para atuar como instrumento de transferência de tecnologia e prestação de serviços. Apesar da considerável expansão do ensino privado na década de 1990, hoje majoritário no Brasil, são as instituições públicas de ensino as grandes produtoras de conhecimento e geradoras de tecnologia no país (PAULA, 2013).

Após a instituição dessas iniciativas, surgiram outras na área, na primeira metade da década de 1970, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior criaram a Comissão Mista Crutac/MEC – Campus Avançado/Minter. Tal órgão tinha como atribuição propor medidas destinadas à institucionalização e ao fortalecimento da extensão universitária.

Entre as propostas dessa comissão, destaca-se a de criação da Coordenação das Atividades de Extensão (Codae), que foi levada a termo em 1974. Em meio as primeiras produções da Codae, está o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Este, sob a influência das ideias de Paulo Freire, na qual a extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular (NOGUEIRA, 2005). Nessa perspectiva, as camadas populares deixaram de ser o objeto para se tornarem o sujeito da ação extensionista, denotando, assim, avanços significativos em relação à noção de extensão universitária.

A extensão universitária expressa por Paulo Freire (1983) nos traz a compreensão da qual a extensão deve retirar a ideia da transmissão vertical de conhecimento, bem como o serviço assistencial, e colocá-la como uma troca de saberes, a chamada “mão dupla” do conhecimento, mais tarde aceita como conceito. Veremos o que diz o autor a respeito:

Paulo Freire nos mostra como conceito de “extensão” engloba ações que transformam o camponês em “coisa”, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser da transformação do mundo. O mesmo conceito substitui sua educação pela propaganda que vem de um mundo cultural alheio, não lhe permitindo ser mais que isso e pretendendo fazer dele um depósito que receba mecanicamente aquilo que o homem “superior” (o técnico) acha que o camponês deve aceitar para ser “moderno”, da mesma forma que o homem “superior” é moderno. (FREIRE, 1983, p. 7).

Assim, os avanços introduzidos pelo Plano de Trabalho de Extensão Universitária praticamente coincidiram com o início do processo de “abertura lenta e gradual” do regime militar, indicando a revitalização da sociedade civil e da sociedade política brasileira. No final da década de 1970 e início da de 1980, surgiram inúmeros movimentos populares e associações civis, inclusive sindicais. Além disso, foram feitas reformas na legislação partidária, as quais permitiram a criação de novos partidos políticos e, por fim, foi aprovada a anistia política.

Partindo desses acontecimentos históricos, a luta pela redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais, foi reelaborada a concepção de universidade pública, como também redefinidas as práticas de ensino, pesquisa e extensão, além de questionada a visão assistencialista das ações extensionistas.

A partir de então, a extensão universitária passou a ser percebida como um processo sobre o qual articula o ensino e a pesquisa, além de se relacionar com os movimentos sociais. Após essas significativas mudanças, a busca da sua institucionalização tornou-se o principal desafio e deveria envolver toda universidade pública brasileira.

3.2 Mas afinal de contas, o que é Extensão Universitária?

O primeiro tópico deste capítulo remonta as origens da extensão universitária ao longo dos anos no Brasil e no mundo. Neste tópico, esclarecemos o que de fato é a extensão universitária e qual o conceito apontado a ela pelos principais autores.

O trabalho extensionista no Brasil teve grande inspiração europeia e norte-americana. No primeiro exemplo, a tivemos por meio de cursos de extensão, onde intelectuais buscavam aproximar-se da população na intenção de ilustrá-la. Já no segundo exemplo, tínhamos uma visão utilitarista do conhecimento numa perspectiva de desenvolvimento das comunidades, voltada para a ideia de serviços.

Além dessas influências, o ensino superior no Brasil também foi inspirado no modelo napoleônico, alicerçando-se, por isso, em uma concepção de reprodução de conhecimento. Partindo desse ponto, a extensão universitária apresenta características peculiares nas quais podem ser compreendidas através de três intentos principais.

O primeiro, seria o de refletir sobre o lugar do qual ela ocupa na vida acadêmica, em relação ao ensino, à formação profissional e à produção de conhecimento.

O segundo ponto seria o político. A diversidade como expressão e características de concepções e práticas representa, para as universidades, a necessidade de considerar as distintas referências teóricas e interesses (os quais informam e diferenciam as abordagens extensionistas), acionados pelos protagonistas da extensão universitária. Compreendemos a política institucional como marco regulatório e também como referência conceitual ética à orientação de práticas, isto é, de ação social.

Por fim, como terceiro ponto teríamos a inserção social da universidade no cenário local. A sociedade a qual se beneficia da ação extensionista é que atesta e confere significado a semelhante relevância, buscando atribuir, por consequência, sentido social às práticas extensionistas por meio de sua interação com a universidade.

Vale ressaltar que a interação entre universidade e sociedade pode proporcionar a construção de conhecimentos e a formulação de projetos políticos pedagógicos os quais a extensão (ou, de modo mais amplo, a interação dialógica com a realidade social) tenha capacidade de se tornar elemento transformador de ensino, da pesquisa e da interação das universidades com contextos locais, para além do discurso da indissociabilidade, que não se realiza automaticamente nas práticas cotidianas.

Mas afinal de contas, o que entendemos por extensão universitária? A partir de um debate amplo e aberto desenvolvido nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais do Forproex, chegou-se ao seguinte conceito:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Além dessa postura da universidade na sociedade a qual se insere, a extensão universitária denota também prática acadêmica a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.

Para Paula (2013), a extensão universitária enquadra-se em uma época de um momento particularmente crítico da história do capitalismo, no qual a efetiva imposição

do modo de produção especificamente capitalista foi fortemente presenciada em meados do século XIX. Após a consolidação da Revolução Industrial, exacerbadas contradições que se expressaram em revoluções teriam resultado a entrada em cena de segmentos sociais historicamente marginalizados, centrados nas classes trabalhadoras submetidas ao capital, as quais denunciavam o conjunto da ordem capitalista invocando o socialismo.

A partir desse contexto, a autora destaca que o Estado e outras instituições responsáveis pela manutenção da ordem social despertaram para a necessidade de oferecer políticas capazes de atender/neutralizar reivindicações de operários e populares, nas quais também as universidades se voltaram, de fato, para a questão social. Porém, depois, houve uma série de interesses, que vão da educação dos jovens e adultos às políticas públicas de saúde e tecnologias, prestações de serviços, da produção cultural ao monitoramento, avaliação de políticas públicas, entre muitas atividades.

É inegável que a relevância social da ação extensionista ao longo do tempo vem sendo respondida de diversas formas, dependendo das ideologias, dos pontos de vista ou das intenções políticas dos respondentes, dependendo de sua representatividade.

Porém a sua determinação vem sendo acompanhada desde a Constituição Federal de 1988. Como regulamentação, além da determinação da Carta Magna, a legislação no Brasil também aponta conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 – em seu artigo 43, inciso VI; a extensão deve “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” (BRASIL, 1996b).

Portanto a extensão universitária veio apresentada na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 como uma das finalidades da educação superior no Brasil. Ela também se apresenta como atividade obrigatória para as universidades pela Constituição Federal de 1988.

Vale ressaltar que, embora de maneira cronológica e de forma evolutiva, os diferentes conceitos não são instituídos, na prática, um em substituição ao outro. Também não conseguem encerrar em si toda a complexidade do termo, podendo coexistir em uma mesma instituição diferentes práticas extensionistas.

Outro aspecto a ser levado em consideração é que a conceituação de extensão universitária e, conseqüentemente, sua prática implicam discutir o papel da universidade e seu compromisso com a transformação social.

3.3 O Forproex e a Política Pública - diretrizes do Estado para desenvolvimento social

Para compreender como a extensão universitária abandonou características assistencialistas e paternalistas, passando a traçar metas rumo a uma política pública educacional, analisaremos o Forproex desde sua criação em 1987.

A internet foi a ferramenta adotada para obter a maioria das informações dos documentos mencionados nesse tópico, já que é o principal meio pelo qual as chamadas do Forproex são divulgadas. Através da Rede Nacional de Extensão (Renex)³⁵ é mantido o cadastro das Instituições de Ensino Superior (IES) integrantes, divulgação das ações e eventos extensionistas e coordenação do Sistema Nacional de Informações da Extensão (Siex/Brasil).

O Fórum foi criado com o objetivo principal de reivindicar políticas de financiamento para a construção de diretrizes a fim de promover o desenvolvimento social. Para isso, ele teve ativa participação no Programa de Fomento à Extensão Universitária (Proexte) implementado na primeira década de 1990, influenciando o atual Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (Proext/MEC).

Mais tarde, o Proext, criado pelo MEC em 2003 e denominado inicialmente como programa de apoio à extensão voltado às políticas públicas foi considerado um significativo avanço na política de financiamento deste ministério, bem como ações de extensão com ênfase no desenvolvimento de políticas públicas sociais nas mais diferentes áreas.

Antes de avançarmos e, para entender melhor os desdobramentos do Proext, vale ressaltar a experiência do Proexte desenvolvido anteriormente. Tudo começou com representantes do Forproex e do Departamento de Políticas de Ensino Superior (Depes/Sesu), através de uma Comissão de Extensão constituída. O propósito era atender uma antiga reivindicação do fórum com a elaboração do Proexte no início da década de 1990 (DINIZ, 2012).

³⁵ Rede nacional de universidades criada pelo Forproex desde sua criação em 1987.

Segundo Nogueira (2005), esse programa traria o conceito e as diretrizes políticas para a extensão a qual o fórum vinha discutindo desde a sua criação em 1987. Isso se fortalece à medida que a Secretaria de Educação Superior (Sesu) decide que o programa só financiaria projetos os quais estivessem de acordo com o conceito, os objetivos e as diretrizes nele traçados. Seria como uma proposta de consolidação da extensão nas universidades em torno de uma política intencionalmente elaborada, reforçando o compromisso social da IES que deverá estar voltada para as demandas mais urgentes da maioria população, considerando a extensão como o processo de articulação do ensino e pesquisa a tais demandas.

A autora também destaca a articulação política das IES com as administrações públicas e entidades da sociedade civil, porém ressaltando que a universidade não pode substituir o Estado em suas funções quanto à saúde, educação, cultura etc. (NOGUEIRA, 2005).

A criação do Proexte foi considerada um significativo avanço na política de institucionalização e financiamento à extensão universitária, sinalizando um marco com a presença de duas principais instâncias envolvidas em sua elaboração e execução, a Sesu/MEC e o Forproex. Na busca pelo reconhecimento institucional da extensão e uma nova relação entre o fórum, o ministério e as universidades faziam parte das diretrizes construídas desde o início.

O Proexte teve apenas dois anos de vigência (1993 e 1994), havendo cortes e atrasos no repasse das verbas, os quais acarretaria o seu encerramento. Um novo comprometimento por parte do MEC em relação ao fomento para a extensão só foi percebido novamente a partir de 2003, com a implantação do Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado às Políticas Públicas (Proext). Cabe ressaltar que o Proext teve uma regulamentação legal somente no ano de 2008, através do Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008 (BRASIL, 2008), quando passou a se chamar Programa de Extensão Universitária (Proext). Contudo as mudanças na nomenclatura não alteraram suas diretrizes e objetivos (DINIZ, 2012).

Nos demais anos, de 2003 a 2007, o programa veio trazendo editais sem a devida previsão legal. De 2004 a 2010, programas e projetos de extensão contribuíam com a implementação de políticas públicas com ênfase na inclusão social. A partir desse longo caminho, o Proext vem lançando editais com temáticas estabelecidas em cada chamada pública realizada as quais estão vinculadas às políticas sociais consideradas prioritárias pelos gestores públicos (DINIZ, 2012).

No ano de 2009, uma novidade surgiu dentro do programa, na qual foram agregados aos editais mais dois ministérios além do MEC, que seriam: o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e o Ministério da Cultura (MisC), bem como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Já no ano de 2010, a participação dos ministérios foi ainda maior. Além desses três, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério da Saúde (MS), Ministério das Cidades (MCidades), Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS) e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM) participariam das chamadas nos editais.

Como consequência da ampliação dos ministérios e órgãos governamentais parceiros, foram necessários um aumento nos números de linhas temáticas contempladas. Divididas em subtemas, passaram de quatro em 2009 para dez em 2010. Seriam elas: educação; cultura e arte; pesca artesanal e aquicultura familiar; promoção da saúde; desenvolvimento urbano; desenvolvimento agrário; redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão produtiva; geração de trabalho e renda por meio da incubação de empreendimentos econômicos e solidários; preservação do patrimônio cultural brasileiro e garantia dos direitos das mulheres em situação de violência. Os recursos orçamentários foram divididos diferencialmente para cada linha temática (DINIZ, 2012).

Outro ponto sobre o qual vale a pena ser lembrado é que tanto as universidades federais e estaduais estão inseridas no Proext, como também os atuais Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (Ifets) com cursos de nível superior, denominados até 2008 de Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

Um avanço considerável com o programa ocorreu quando as universidades estaduais passaram a receber recursos diretos a partir do ano de 2005, ficando apenas o ano de 2006 de fora desses repasses diretos, retornando novamente em 2007. Anterior a isso, esses recursos eram feitos através da participação em consórcios com instituições federais de ensino superior.

Na relação entre as políticas elaboradas pelo Forproex e o Proext, encontramos a articulação de três fatores principais: áreas temáticas, financiamento e políticas públicas.

Neste trabalho, entendemos a extensão universitária como uma política pública de ensino envolvida no desenvolvimento nacional e regional, uma vez que lhe confere a possibilidade de atender a programas sem a necessidade de exigir dos participantes

os formalismos do ensino regular, mas apenas os requisitos impostos por seus programas e cursos.

Outro ponto fundamental é que o Proext, voltado principalmente para uma política pública, financia apenas programas e projetos. Eventos, cursos e prestação de serviços não são objetivos de financiamentos pelo programa. O fato é que políticas e práticas de extensão universitária estão relacionadas, em maior ou menor grau, a questões de redistribuição econômica e/ou questões de reconhecimento de direitos culturais.

Agora que já exploramos o Proext, voltaremos a abordar os principais pontos do responsável pela sua fundação, o Forproex. Como já falado anteriormente, o fórum teve uma fundamental participação no processo de institucionalização da extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas (Iesp).

O fórum é organizado nacionalmente, compõem-se através dos pró-reitores de extensão ou equivalentes dessas instituições. Ele também possui algumas instâncias regionais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (Forproex, 2007 *apud* Diniz, 2012). Cabe ressaltar que, a partir de 2011, suas reuniões, as quais anteriormente eram anuais, passaram a ser semestrais.

Como definição do fórum temos a seguinte citação de Forproex (2007 *apud* Diniz, 2012, p. 48):

O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras é uma entidade voltada para articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometido com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Destacamos que, entre os seus objetivos, estão a proposição de políticas e diretrizes para a institucionalização e o fortalecimento das ações dos órgãos responsáveis pela gestão das universidades; articulação entre seus membros com os demais fóruns de pró-reitores; articulação permanente com diferentes setores da sociedade; e o incentivo às ações de informação, avaliação e gestão das atividades de extensão promovidas pelas Iesp.

Além de todas as atividades determinadas pelo seu estatuto, o fórum é responsável pela organização do Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), promovendo também seminários temáticos realizados em nível nacional e regional.

Dessa forma, entendemos que o fórum apresenta um discurso científico, além de um discurso burocrático-legal, quando articula normas de organização e sistematização de extensão universitária junto ao MEC ou às universidades públicas. Por fim, não fica de fora o seu discurso político, quando está voltado para formulação de políticas para extensão, mantendo um diálogo institucional, tanto com o MEC quanto com as universidades.

O fórum constitui-se nos anos de 1980, como marco importante na redemocratização, isto comprovado pela Constituição de 1988 e o retorno das eleições diretas de 1989. Foi um tempo de abertura política para a retomada do protagonismo da sociedade civil brasileira.

No ensino superior, especificamente nas universidades públicas brasileiras, o momento foi marcado pela escolha democrática dos dirigentes universitários através do voto direto a partir de 1985, pela reivindicação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (previstos na Constituição de 1988).

Nesse tempo, houve a questão da função social da universidade, posta em evidência, tornando-se um compromisso assumido então pelos pró-reitores. Vale ressaltar ainda que a organização dos professores universitários em torno da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), a partir de 1981, tornou-se outro marco histórico importante.

Devido a todos os fatos históricos citados acima, temos o Forproex como espaço privilegiado para o debate em torno das políticas de extensão universitária. Contudo não podemos deixar de relatar as grandes dificuldades nesse percurso, uma vez que houve muitas divergências em sua constituição, segundo análise de Rodrigues (2003, p. 149):

Percebe-se, contudo, que as definições e a própria formulação do processo de construção e implementação de uma nova política de extensão, acontece de forma conflituosa, com dificuldades, com avanços e recuos, e mesmo, de forma contraditória. Isto, também pode ser constatado pela leitura dos ANAIS dos Fóruns. Estes documentos demonstram as dificuldades de se conciliar interesses que se prestam a alterar as relações de poder presentes no interior das IES [Instituições de Educação Superior] e nas relações de poder da própria sociedade.

A partir do excerto acima citado, podemos perceber que, mesmo se tratando de um discurso no qual se institucionalizou com o passar do tempo e constituído a partir de diferentes perspectivas, esse processo apresentou divergências, conforme

contradições presentes no interior das universidades públicas, mesmo que a intenção tenha sido a busca de unidade na constituição de uma política de extensão.

3.4 Cartas e Memórias do Forproex

Como já visto anteriormente, para discutir a extensão de forma ampla, com questões nas quais envolvem a população brasileira, são realizados, desde 1987, encontros anuais que reúnem pró-reitores de extensão de lesp que, na busca através do ensino e da pesquisa, também apontem alternativas para solucionar problemas percebidos por eles em sua população local. Esse evento, chamado de Forproex, instalou-se num espaço aglutinador que permite a discussão, a reflexão e a formulação de políticas institucionais envolvendo a extensão universitária.

A cada fórum, são elaborados documentos os quais registram informações pertinentes vivenciadas no encontro que ocorre, normalmente, de maneira anual. Esses documentos são chamados de Cartas e Memória do Forproex e podem ser encontrados na página virtual do Renex.

O documento além de apresentar, nas primeiras edições, os conceitos clássicos da extensão, vem também mostrando a evolução institucional das extensões nas universidades envolvidas a cada ano. Além disso, conta com as principais notícias relacionadas à extensão pública universitária do país, seus avanços, suas limitações, demandas pendentes, e principalmente às diretrizes nas quais vão auxiliar os pró-reitores de extensão, participantes e organizadores do evento, a se conduzirem por elas.

Como era de se esperar, as cartas não vêm trazendo a inovação social como recorte de seus principais assuntos de maneira explícita, mas pode-se perceber através da análise de cada uma delas que as abordagens e os cortes analíticos sobre o tema apresentam-se de forma fragmentada, como mostra o Quadro 3:

Quadro 3: Análise de Inovação Social nas Cartas do Forproex

Encontro	Ano	Universidade e Cidade de realização	Carta	Abordagem para inovação social	Corte Analítico
I Encontro	1987	UNB - Brasília/DF	As lesp orientarão suas políticas de extensão objetivando prioritariamente a transformação social	Resolução de Problemas.	1) Transformação Social; 2) Indivíduo.

			que implique na melhoria das condições de vida da maioria da população.		
II Encontro	1988	UFMG - Belo Horizonte/MG	Colaboração na transformação da sociedade, através de formas diretas de atuação.	Resolução de Problemas.	Transformação Social.
III Encontro	1989	Belém/PA	Promoção de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, integrando grupos de áreas distintas do conhecimento de modo a transmitir esse conhecimento.	Atores.	1) Múltiplos; 2) Transmissão de conhecimento.
IV Encontro	1990	UFSC - Florianópolis/SC	1) Ação a partir das necessidades da população e perspectivas de mudança; 2) Tornar o conhecimento acessível a todos; 3) Envolvimento de vários segmentos da sociedade.	1) Resolução de problemas; 2) Atores.	1) Transmissão de conhecimento; 2) Transformação Social; 3) Múltiplos (público e privado)
V Encontro	1991	UFMA - São Luís/MA	1) Autonomia democrática da universidade, criatividade juntamente com a sociedade, encontrar caminhos para a solução de problemas.	1) Resolução de Problemas; 2) Empreendedorismo Social.	1) Transformação Social; 2) Trabalho.
VI Encontro	1992	UFSM - Santa Maria/RS	Intercâmbio do conhecimento interdisciplinar das universidades.	Atores.	Múltiplos.
VII Encontro	1993	UFMT — Cuiabá/MT	1) Colaboração da universidade para autonomia da comunidade; 2) Articulação das relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade no sentido	1) Qualidade de vida; 2) Atores.	1) Autonomia; 2) Trabalho; 3) Múltiplos (público e privado).

			<p>da transformação social;</p> <p>3) Programas institucionais de fomento às atividades de extensão, especialmente programas de bolsas;</p> <p>4) Segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades;</p> <p>5) Grau de interação das atividades de extensão com o ensino (graduação pós-graduação) e com a pesquisa.</p>		
VIII Encontro	1994	Ufes - Vitória/ES	<p>1) Induzir programas e projetos que visem enfrentar os problemas específicos produzidos pela situação de exclusão social;</p> <p>2) As populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também considerados sujeitos deste conhecimento tendo, portanto, pleno direito às informações resultantes dessas pesquisas.</p>	Resolução de Problemas.	<p>1) Inclusão Social;</p> <p>2) Transmissão de conhecimento.</p>
IX Encontro	1995	UFCE — Fortaleza/CE	<p>1) Universidade envolver-se crítica e objetivamente na definição e estabelecimento das políticas públicas que deem conta das demandas das pessoas e da coletividade;</p> <p>2) A extensão como prática acadêmica capaz de articular a universidade e a sociedade, aproximando</p>	<p>1) Resolução de Problemas;</p> <p>2) Atores.</p>	<p>1) Transformação Social;</p> <p>2) Local do indivíduo;</p> <p>3) Múltiplos.</p>

			sujeitos/atores na busca e proposição de soluções para os problemas emergentes.		
XXIX Encontro	2011	Maceió/AL	Implementação de políticas públicas voltadas para a contribuição inovadora da universidade.	Resolução de Problemas.	Local do Indivíduo.
XXXI Encontro	2012	Manaus/AM	Regulamentação para pagamento de bolsas.	Qualidade de vida.	1) Trabalho; 2) Autonomia.
XXXIII Encontro	2013	Rio de Janeiro	As Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) agentes propositoras de políticas públicas.	Resolução de Problemas.	Local do indivíduo.
XXXVI Encontro	2014	Goiânia/GO	Universidade como propositora de políticas públicas.	Resolução de Problemas.	Local do indivíduo.
XL Encontro	2016	UFOP – Ouro Preto/MG	A função social enquanto estimuladora para melhoria das condições de vida e trabalho de segmentos da população brasileira, dando significado à formação universitária no contexto das necessidades locais e regionais.	Qualidade de vida.	1) Trabalho; 2) Autonomia.
XLIII Encontro	2018	Natal/RN	Fortalecer politicamente as Fundações e Agências de Fomento à Pesquisa apresentando demandas estruturadas para que, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabeleçam linhas de financiamento à extensão para compartilhamento dos recursos	1) Atores; 2) Resolução de Problemas; 3) Qualidade de Vida; 4) Empreendedorismo Social.	1) Individual; 2) Múltiplos; 3) Públicos; 4) Privados. 5) Indivíduo; 6) Local do indivíduo; 7) Transmissão de conhecimento; 8) Inclusão Social. 9) Inovação tecnológica 10) Trabalho;

			disponíveis nestas instituições, cumprindo, deste modo, a função social do fomento à ciência, tecnologia, artes, cultura e inovação social , desenvolvidas no âmbito da educação superior.		11) Organização; 12) Autonomia; 13) Transformação Social 14) Comércio 15) Empresa
XLV e XLVI Encontro	2019	UNB – Brasília/DF UFMA – São Luís do Maranhã/MA	<p>1) As Ipes na consolidação da construção e troca de conhecimentos e saberes que dialoguem com as demandas dos movimentos sociais e com toda a sociedade, sinalizando a importância de propor projetos e ações extensionistas em articulação com a pesquisa, de forma interdisciplinar, os quais visem o entendimento da complexidade dos processos sociais, para a construção de alternativas voltadas à melhoria das condições de vida da população, além de gerar e sistematizar novos conhecimentos a partir dessas experiências.</p> <p>2) A função social enquanto estimuladora para melhoria das condições de vida e trabalho de segmentos da população brasileira dando significado à formação universitária no contexto das necessidades locais e regionais.</p>	1) Resolução de Problemas; 2) Atores.	1) Indivíduo; 2) Local do indivíduo; 3) Transmissão de conhecimento; 4) Inclusão Social; 5) Transformação Social; 6) Múltiplos.

XLVII e XLVIII Encontro	2021 (Remoto)	Alfenas/MG e Rio de Janeiro	<p>1) Compromisso social das IPES em produzir conhecimento científico e tecnológico vinculado às necessidades da sociedade.</p> <p>2) Instituições Públicas se comprometam socialmente com um projeto que oportunize a todas as pessoas o bem-estar social.</p> <p>3) Extensão deve ser colocada, para as Instituições Pública, como plataforma para uma sociedade mais justa e uma vocação para a consciência crítica que identifique e distingue a sua relação com outros setores da sociedade brasileira, notadamente os setores mais empobrecidos, por meio de diferentes modalidades de ações na busca da transformação social.</p>	Resolução de Problemas.	<p>1) Indivíduo;</p> <p>2) Local do Indivíduo;</p> <p>3) Transmissão de conhecimento;</p> <p>4) Inclusão Social;</p> <p>5) Transformação Social.</p>
-------------------------	---------------	-----------------------------	--	-------------------------	--

Fonte: Elaboração da autora com base na pesquisa realizada

Para análise das cartas foram utilizadas as quatro abordagens mencionadas pelos autores clássicos sobre inovação social apontadas no capítulo 2 deste trabalho, as quais seriam: atores, resolução de problemas, qualidade de vida e empreendedorismo social. Dentro dessas abordagens temos os diversos cortes analíticos, os quais nos remetem a inovação social sendo apresentada de maneira indireta nas reuniões dos fóruns.

Nas cartas, os atores envolvidos dentro do contexto de inovação social na extensão universitária vinham representados através de indivíduos, podendo eles serem múltiplos, públicos ou privados. A abordagem resolução de problemas aparece quando é mencionado a transformação social do indivíduo, bem como a transmissão de conhecimento, além da inclusão social e a universidade como proponente de

políticas públicas através da extensão. Já a abordagem qualidade de vida aparece no documento quando se fala em autonomia do indivíduo, inovação tecnológica e trabalho, esse último relacionado a distribuição de bolsas. Por fim, o empreendedorismo social surge pelo incentivo a criatividade, comércio e empresa.

Ressaltamos que não foi apontada nenhuma abordagem sobre a inovação social nas edições XXXII (2012) em Brasília, XXXV (2014) na cidade de Belém do Pará, XXXVII (2015) em Gramado, XLI (2017) em Porto Seguro, XLII (2017) em Florianópolis e, por fim, XLIV (2018) ocorrida em Vitória.

No ano de 2020, não houve edição do Forproex devido à pandemia da Covid-19. A edição voltou a acontecer de maneira remota no ano de 2021. Também não tivemos acesso às cartas do X aos XXVIII encontros que ocorreram entre os anos 1996 e 2010 devido a sua indisponibilidade junto ao *site* da Renex.

A universidade é uma instituição com características eminentemente sociais, resultantes do exercício indissociável do ensino, pesquisa e extensão. Ela vem se apresentando, cada vez mais, como propulsora de políticas sociais visando a situações específicas e locais, fato este, muito mencionado pelas Cartas do Forproex. Porém, vale ressaltar que a universidade não pode substituir os poderes públicos especificamente responsáveis pela operacionalização das políticas sociais nos mais diversos campos, ainda que possa e deva com eles contribuir.

O Forproex proporciona nestes encontros uma forma de avaliar as atividades de extensão nas universidades como um todo, sendo que as instituições devem estar cientes das demandas sociais e concordantes com princípios e diretrizes estabelecidas que são registrados através de suas cartas.

A atuação das instituições através de programas e projetos faz com que as instituições vão ao encontro de diferentes setores da população brasileira para a qual eles usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica. Portanto, a extensão tem, neste particular, o decisivo papel de promover a superação do isolamento no qual os atores sociais são mantidos, condições muitas vezes encontradas em situações de crise vivenciadas por eles.

3.5 A Extensão Universitária no contexto da Uenf

No Norte Fluminense, o primeiro passo para a institucionalização da extensão na Uenf foi dado com a implantação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos

Comunitários (Proex) no ano de 1999, a última das pró-reitorias instituídas antes da vinda dos professores de agronomia da UFV. A missão da Proex era de “adornar-se, cultivar e ensinar a ciência e as tecnologias de ponta, que constituem o patrimônio cultural maior da humanidade, para colocá-las a serviço da modernização e do progresso econômico e social da região e do Brasil” (RIBEIRO, 1993).

Desde então, a Proex vem investindo recursos, principalmente humanos, para que a universidade desempenhe seus desígnios no fomento e promoção do desenvolvimento regional. Para tanto, nos últimos anos, este órgão da reitoria tem se consolidado institucionalmente na primeira década de existência da Uenf, com a criação das coordenações nos quatro centros, ampliando as instâncias deliberativas colegiadas na Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários, bem como nas respectivas comissões coordenadoras de cada unidade, buscado elaborar, apoiar, fortalecer e institucionalizar ações, projetos e programas em consonância com as metas do Plano Diretor da Uenf e com o Plano Nacional de Extensão (PNE).

Em contínuo crescimento, as atividades de extensão universitária da instituição associam-se de forma cada vez mais intensa ao fortalecimento da articulação entre ensino, pesquisa e extensão como pilares para à formação acadêmica “cidadã”, sob a perspectiva de promover a participação maior da comunidade acadêmica na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao bem estar da população do Norte Fluminense; qualificação dos gestores de sistemas sociais; disponibilização de novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos.

Nos primórdios, após a institucionalização da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, o foco dos gestores, na época, voltou-se muito para a questão de assuntos comunitários, ficando a parte da extensão, um pouco mais atrasada nesse processo. Os avanços na extensão começaram no ano de 2004, quando foi criado o Programa Universidade Aberta³⁶. Este programa contemplava as linhas temáticas da política de da extensão universitária em consonância com o PNE. O programa é o responsável por trazer à instituição essa realidade de fora para o professor pesquisador da academia.

Outro avanço foi a criação da Escola de Extensão criada em 2011, porém, somente em 2012, seu regimento interno foi publicado no Diário Oficial do Estado do

³⁶ Programa de bolsas destinados para à comunidade externa da Uenf criado em agosto de 2004.

Rio de Janeiro. O objetivo da escola é fortalecer o vínculo dos egressos extensionistas com ensino e pesquisa, envolvendo estudantes, professores, servidores, movimentos sociais, atividades esportivas, instituições governamentais e não governamentais, entre outros. As ofertas de cursos seriam nas seguintes áreas: Especialização Lato Sensu, especialização para técnicos, iniciação, atualização, treinamento, qualificação e aperfeiçoamento profissional.

As investigações e ações desenvolvidas por diferentes grupos de pesquisa da Uenf resultam em atividades os quais podem ser transferidas para a comunidade externa da universidade através dos projetos de extensão universitária, que se mostrarão como “vitrine”³⁷ da instituição.

Pode-se dizer que a Uenf, nas últimas duas décadas, tem trazido retorno para a região do Norte Fluminense, o qual diz respeito tanto à ciência e tecnologia, quanto à transmissão de conhecimento para a comunidade local.

Outra atividade de destaque é a Mostra de Extensão da Uenf, já na sua XIII edição. Nos últimos anos, ela conta com a participação de outras Iesp da região, como UFF, UFRRJ e IFF, mostrando total engajamento entre os docentes e discentes de diferentes instituições através de pesquisas voltadas para a extensão universitária, tornando-se o maior evento do interior do Estado do Rio de Janeiro sobre o assunto.

Hoje, a universidade atinge através de seus projetos e programas de extensão cerca de 8 áreas temáticas³⁸ e, dentro delas, 53 linhas de extensão³⁹, as quais estão

³⁷ Termo utilizado pelo atual pró-reitor da Proex Uenf para mostrar como os projetos de extensão na universidade são vistos pela sociedade em geral.

³⁸ I – Comunicação; II – Cultura; - III- Direitos Humanos e Justiça; - IV – Educação; V – Meio Ambiente; VI – Saúde; VII Tecnologia e Produção; VIII – Trabalho e Linhas de Extensão (Manual da Extensão Proex/Uenf, 2008, p. 13-14).

³⁹ 1 – Alfabetização, leitura e escrita; 2 – Artes cênicas; 3 – Artes Integradas; 4 – Artes Plásticas; 5 – Artes Visuais; 6 – Comunicação estratégica; 7 – Desenvolvimento de produtos; 8 – Desenvolvimento Regional; 9 – Desenvolvimento rural e questão agrária; 10 – Desenvolvimento Tecnológico; 11- Desenvolvimento urbano; 12 – Direitos Individuais e coletivos; 13 – Educação Profissional; 14 – Empreendedorismo; 15 – Emprego e renda; 16 – Endemias e epidemias; 17 – Espaços da ciência; 18- Esporte e lazer; 19 -Estilismo; 20 - Fármacos e medicamentos; 21 - Formação de professores (formação docente; 22 - Gestão do trabalho; 23 - Gestão informacional; 24 - Gestão institucional; 25 - Gestão pública; 26 - Grupos sociais vulneráveis; 27 - Infância e adolescência; 28 - Inovação tecnológica; 29 – Jornalismo; 30 - Jovens e adultos; 31 - Línguas estrangeiras; 32 - Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem; 33 - Mídias-artes; 34 – Mídias; 35 – Música; 36 - Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e Populares; 37 - Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial; 38 - Pessoas com deficiências, incapacidades e necessidades especiais; 39 - Propriedade intelectual e patente; 40 - Questões ambientais; 41 - Recursos hídricos; 42 - Resíduos sólidos; 43 - Saúde animal; 44 - Saúde da família; 45 - Saúde e proteção no trabalho; 46 - Saúde humana; 47 - Segurança alimentar e nutricional; 48 - Segurança pública e defesa social; 49 - Tecnologia da informação; 50 - Temas específicos /Desenvolvimento humano; 51 - Terceira idade; 52 – Turismo; 53 - Uso de drogas e dependência Química Manual da Extensão Proex/Uenf, 2008, p.15-25).

ligadas àquelas, prevalecendo dentro desse escopo uma extensão com característica interdisciplinar. Houve um aumento de quase 40%, de 2016 até 2020, fazendo a instituição contar com 154 projetos de extensão em funcionamento.

A Uenf é signatária do Forproex, desde o final da década de 1990, ao final da gestão da Professora Lana Lage. Também já representou a regional sudeste do fórum, sendo a segunda gestão da Proex a assumir sua coordenação, com o último mandato encerrado no ano de 2021. Cabe ressaltar que a regional sudeste concentra as maiores universidades do país.

O Regimento Geral da Uenf⁴⁰ aprovado em julho de 2016, coloca o Câmara de Extensão de Assuntos Comunitários como órgão colegiado com funções normativas, deliberativas e de supervisão geral, bem como de gestão, das atividades de extensão e cultura da universidade, ressalvadas as competências do Colegiado Acadêmico e do Conselho Universitário. Ela se constitui através dos seguintes membros conforme a Resolução Consuni nº 005/06, art. 55:

- I - Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, como seu presidente;
- II - Coordenador de Programa de Extensão de cada Centro;
- III - 01 (um) representante da Villa Maria;
- IV - 01 (um) representante do Espaço da Ciência;
- V - 01 (um) representante do corpo discente.

Compete à Câmara de Extensão de Assuntos Comunitários os seguintes atos, de acordo com a Resolução Consuni 005/06, art. 56:

- I - Propor, modificar e avaliar a política de extensão da Universidade, bem como as normas que a regulamentam;
- II - Implementar e coordenar as atividades de extensão e de assuntos comunitários, bem como proceder a sua avaliação;
- III - colaborar para a organização e atualização do cadastro de atividades de extensão e ações comunitárias;
- IV - Propor, modificar e avaliar normas definidoras das atividades de extensão e assuntos comunitários da Universidade;
- V - Determinar prazos para encaminhamento de propostas e relatórios relativos às atividades de extensão e ações comunitárias.

Para execução das suas atividades, a Proex conta com os seguintes órgãos:

- Escola de extensão: órgão suplementar que tem o objetivo de promover curso de extensão de curta e média duração;

⁴⁰ Resolução Consuni 005/06.

- Setor de bolsas: atua no controle operacional das bolsas implementadas pela Proex por meio de editais anuais;
- Setor de assuntos comunitários: organiza, promove e divulga ações voltadas para atividades artísticas e culturais, práticas esportivas, promoção de saúde no campus, cursos pré-vestibulares e demais temas relacionados a comunidade acadêmica;
- Setor de serviço social: efetua análises socioeconômicas, promove apoio e acompanhamento do discente carente e orientações ao discente estrangeiro.

A figura 2 mostra como a Proex se relaciona com os órgãos supramencionados:

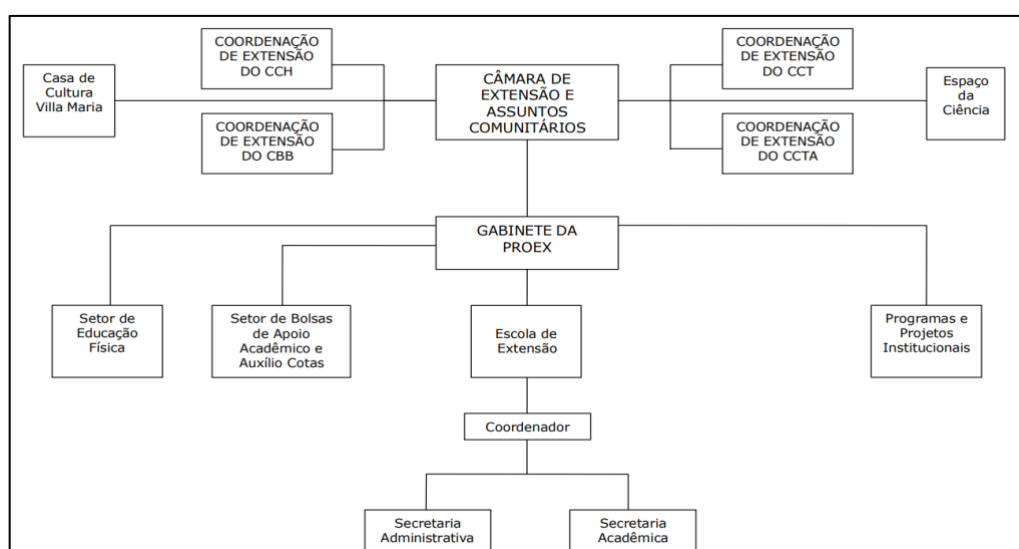


Figura 2: Organograma da Proex – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.
Fonte: Novo Manual de Extensão (2008, p.12).

A partir de sua institucionalização e sua organização, conforme organograma demonstrado acima, a Uenf pretende deixar um legado através da extensão universitária a qual cabe a universidade cumprir a promessa de integrar a comunidade externa com a comunidade acadêmica, a fim de manter o diálogo direto e constante, uma vez que este é o grande objetivo da instituição e condição essencial para contemplação dos projetos.

CAPÍTULO 4 - O CAMINHOS DE BARRO

Neste capítulo, trataremos da história do Projeto Caminhos de Barro, desde a sua concepção no distrito de São Sebastião de Campos, onde se iniciaram os trabalhos na Escola Estadual Leôncio Pereira Gomes, até o Núcleo sede do projeto no campus da Uenf. Trata-se de um projeto de extensão institucional da universidade, atualmente ligado ao Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), com quase 22 anos de atuação ininterruptos em 8 polos satélites.

O capítulo será dividido em quatro partes. Na primeira abordaremos o contexto histórico de Campos dos Goytacazes, o desenvolvimento açucareiro no município seu auge e crise, seguido de sua queda. A segunda parte fala do distrito de São Sebastião de Campos, com suas características históricas, físicas, culturais e sociais. Na terceira parte abordaremos o Projeto Caminhos de Barro, sua constituição desde o ano 2000 no colégio Leôncio Pereira Gomes, até o funcionamento do núcleo sede localizado no campus da Uenf. Por fim, abordaremos a história de vida dos artesãos, atores protagonistas do projeto, os quais contam suas dificuldades, conquistas e desafios para o futuro.

4.1 A Baixada Campista e as indústrias de cerâmica

O Município de Campos dos Goytacazes localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro, região Norte Fluminense, conta com uma população estimada em 514.643 habitantes, segundo dados de 2021, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ocupando uma área de extensão de 4.032,5 quilômetros quadrados, localizam-se, no município, universidades públicas e privadas.

No século XIX, Campos dos Goytacazes ficou conhecido pela produção açucareira. A partir de 1828, nada menos que 700 pequenas fábricas produziam aproximadamente 600.000 arrobas de açúcar, tudo isso resultado do investimento feito em usinas e na mão de obra escrava abundante para o seu serviço. Nesse período, houve o surgimento dos “barões do açúcar” no Norte Fluminense, dominando não só a política, como também a economia. O grande desempenho das usinas da indústria açucareira enriqueceu rapidamente os latifundiários da região.⁴¹

⁴¹ Oscar (1985) *apud* Sarzedas (2010).

No ano de 1837, os engenhos de açúcar existentes tinham as moendas de pau e as tachas ou caldeiras de bronze. Naquele ano, um inglês chamado Alexandre Davidson inovou ao tornejar o ferro e o bronze, criando a mais importante fundição desses metais. Desde então as moendas de pau transformaram-se em moedas de ferro, as tachas de cobre em vasos de ferro fundido. Davidson seria o introdutor do vapor como força motriz para os engenhos de açúcar e para os barcos que navegavam no rio Paraíba do Sul⁴².

O avanço com advento da máquina a vapor foi aderido pelos grandes latifundiários, contribuindo para a ampliação de seus negócios. A produção de açúcar, bem como a exportação do produto, aumentou absurdamente a partir da utilização maciça do vapor, a qual acabou influenciando decisivamente a vida da sociedade campista, fazendo com que o proprietário das usinas dominasse não só a economia, mas também a política de toda a região. Esse momento histórico também fora marcado pela abolição de mão de obra escrava no século XIX, período no qual foi substituída pelos imigrantes.

O colapso dessa atividade veio ao final da década de 1880. Segundo a opinião de um desses reis do açúcar, o Barão de Barcelos, os fazendeiros conduziram mal a educação de seus filhos e não os prepararam para sucedê-los⁴³. Muitos haviam se direcionado para carreiras acadêmicas como medicina, direito, engenharia, entre outras consideradas nobres, e com isso não se interessavam pelas atividades do campo.

Com esse cenário, foi aberto caminho para outras atividades as quais viessem a favor daqueles que podiam investir em crescimento econômico. Dessa forma ressurgiram as olarias, remanescentes da antiga indústria colonial, visando ao mercado promissor de urbanização e modernização, uma vez que havia fomento para o desenvolvimento urbano. Vejamos, a seguir, como se deu essa nova atividade econômica na Baixada Campista, dando destaque ao distrito de São Sebastião, do qual vem a ser o berço do Projeto Caminhos de Barro.

⁴² Feydit (2004) *apud* Sarzedas (2010).

⁴³ Abreu (1982) *apud* Sarzedas (2010).

4.2 São Sebastião de Campos: o início de tudo

A comunidade de São Sebastião de Campos é o 4º distrito de Campos dos Goytacazes e se localiza a aproximadamente 20 km da sede do município. Tem sua formação datada no século XVIII, com a divisão das terras da Capitania de São Tomé, cujo donatário era Pero de Góis. Vejamos o mapa com o 4º distrito de Campos:

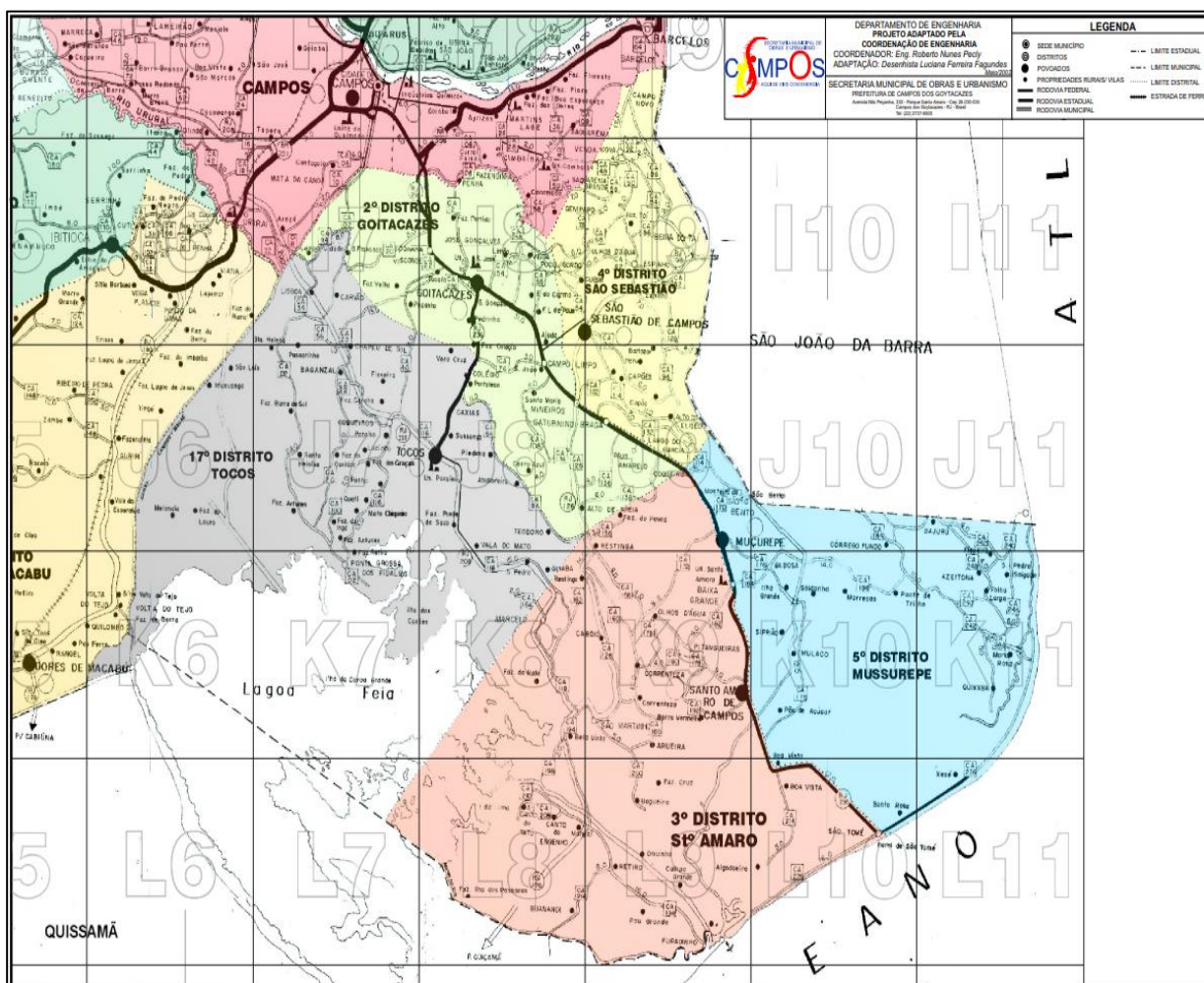


Figura 3: Mapa dos Distritos de Campos dos Goytacazes-RJ.
Fonte: site da Prefeitura Municipal de Campos.

Essas terras foram divididas em pequenas, médias e grandes propriedades rurais distribuídas de forma desigual. As pessoas de grande prestígio, como nobres, amigos ou parentes do donatário, bem como a igreja católica, receberam as maiores e melhores terras. Já aqueles de menor influência, como por exemplo os que não estavam ligados à política, receberam as parcelas restantes, geralmente pequenos lotes. A igreja foi uma das grandes beneficiárias e grande proprietária das terras no

distrito, prova disso é o marco deixado em pedra como referência de limite nas imediações da Fazenda de Taí⁴⁴.

A sede atual do distrito localiza-se nas terras da extinta Fazenda Colomis, e foi gradativamente desmembrada em pequenas propriedades rurais. Com o tempo, houve um pequeno agrupamento de pessoas nestas propriedades formando uma pequena comunidade a qual recebeu o nome de “Colomis”, e mais tarde, foi nomeada São Sebastião. Os nomes da sede e do próprio distrito estão ligados à construção da Igreja Matriz de São Sebastião de Rabello. A Freguesia de São Sebastião forma-se a partir do desmembramento ocorrido na Freguesia de São Gonçalo. Esta separação aconteceu oficialmente em 5 de fevereiro de 1811. A sede da freguesia passaria a ser a atual sede, a localidade de São Sebastião (SARZEDAS, 2010).

A paróquia de São Sebastião é formada por dezenove capelas⁴⁵, todas com seus respectivos santos e padroeiros, distribuídas entre as comunidades do distrito. O cemitério de São Sebastião possui duas divisões: um particular, que surge com a criação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em 1837, proveniente do Mosteiro de São Bento, o outro público, o qual não dispõe de muitos registros oficiais haja vista que muitas pessoas não possuíam documentação e eram enterradas como indigentes.

Com uma população estimada de 14.577 habitantes (IBGE, Censo 2010), o distrito conta com um cartório, além de uma agência dos correios em sua sede Poço Gordo. Não existem agências bancárias, caixas eletrônicas ou lotéricas. A rede de águas é recente, instalada no final da década de 1990. As primeiras linhas telefônicas datam dos anos de 1960 e o fornecimento de internet tem aproximadamente 5 anos.

A assistência à saúde é outra carência a qual sua população enfrenta. Não existem hospitais, contando o distrito com apenas seis postos de saúde. Os problemas mais graves devem ser encaminhados para a sede do município, a Secretaria de Saúde de Campos dos Goytacazes.

⁴⁴ Lamego (1974) *apud* Sarzedas (2010).

⁴⁵ Alto Elizeu (São Pedro), Beira do Tai (Santo Amaro), Espinho (Santa Terezinha), Poço Gordo (Sagrado Coração), Poço Gordo (Santa Cruz), Poço Gordo (São Sebastião), Poço Gordo (N. Sra. Aparecida), Cupim (N. Sra. Da Penha), Veiga (N. Sra. Das Graças), Mineiros (N. Sra. Da Conceição), Campo Limpo (N. Sra. Do Rosário), Saturnino Braga (Sant’Ana e São Joaquim), Saturnino Braga (São João Batista), Sabão (Santa Ana), Baltazar (São Jorge), Usina de Taí (Santo Antônio), Estrada da Areia (N. Sra. De Fátima), São Sebastião (São Benedito), São Sebastião (N. Sra. Do Rosário).

A educação do distrito em suas comunidades é de maioria pública, sendo majoritariamente estaduais. Neste contexto, ganha destaque a Escola Estadual Leôncio Pereira Gomes, que é uma das principais escolas e a mais antiga em funcionamento, criada em 26 de maio de 1953. A escola atende à educação básica com cursos de ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA) e ofereceu uma infraestrutura capaz de abrigar um núcleo cerâmica artesanal, sendo o local onde se instalou a primeira oficina de arte cerâmica do Projeto Caminhos de Barro (SARZEDAS, 2010).



Figura 4: Escola Leôncio Pereira Gomes
Fonte: Escola Leôncio Pereira Gomes⁴⁶

Um grupo de mães de alunos residentes no distrito de Poço Gordo começaram a frequentar a Escola Leôncio Pereira Gomes atraídas por um curso de arte e cerâmica promovido pela Fundo de Desenvolvimento do município de Campos (Fundecam) em parceria com a Prefeitura de Campos dos Goytacazes. Esse curso durou apenas quatro meses, quando logo em seguida o Projeto Caminhos de Barro, utilizando a infraestrutura da escola aonde se passava o curso, deu continuidade aos trabalhos.

Na região de São Sebastião, foram instaladas as primeiras olarias do município de Campos dos Goytacazes. O distrito foi o pioneiro na produção de tijolos e telhas da região Norte Fluminense. Ainda hoje, destaca-se como maior produtor de cerâmica

⁴⁶ <http://celpgomes.blogspot.com/2012/03/leoncio-com-novo-visual.html>.

industrial, possuindo em média, um número superior a cinquenta olarias espalhadas por diversas comunidades.

Um dos maiores investimentos ocorridos no distrito foi a criação de estradas de ferro que ligaria a então Freguesia de São Sebastião a sede do município. Portanto, São Sebastião possui uma malha ferroviária bastante extensa atualmente desativada, onde foram construídas várias estações ao longo do tempo nas diversas localidades do distrito. Ao todo foram quilômetros de trilhos construídos por quase todas as localidades visando a interesses particulares de usineiros e grandes proprietários de terras. Desse modo, era de extrema relevância a proximidade das olarias com as estradas para facilitar o transporte dos produtos⁴⁷.

O barro é encontrado em abundância na região do Norte Fluminense, principalmente em São Sebastião, o qual permite que ele seja explorado de maneira farta para a produção de tijolos e telhas³⁹. Com isso, a atividade ceramista se destaca como principal ocupação laboral do distrito.

O trabalho nas indústrias de cerâmica vermelha emprega, em sua maioria, homens os quais possuem baixo nível de escolaridade. Uma das características sobressalentes desta indústria na região foi a utilização de trabalho infantil e mão de obra feminina, fator decisivo para a criação do Projeto Caminhos de Barro idealizado como uma alternativa para mitigar esse flagelo e suas consequências sociais na população dessa região.

Devido à situação, as mulheres, crianças e jovens do local foram identificados como vítimas, prisioneiros desta condição e se constituíram como público alvo do Projeto Caminhos de Barro. Foi idealizado como uma maneira de promover formas alternativas para que essas pessoas ingressem no mercado de trabalho através do convívio com a arte cerâmica, utilizando ainda uma matéria prima abundante na região - a argila.

A partir dessa iniciativa de extensão, proporcionada através do Centro de Ciências do Homem da Uenf, foi possível oportunizar a população excluída uma alternativa de formação na arte da cerâmica, além de almejar melhoramento na renda e condições de vida de seus participantes.

⁴⁷ Feydit (2004) *apud* Sarzedas (2010).

4.3 Projeto Caminhos de Barro

No ano de 1999, a Uenf teve a oportunidade de participar de um projeto iniciado pelo Estado do Rio de Janeiro chamado Plataforma Cerâmica, porém o governo não disponibilizou os recursos necessários para que universidade pudesse apoiar efetivamente as indústrias cerâmicas de Campos dos Goytacazes.

Nessa época, o então doutorando, professor Jonas Alexandre, atual coordenador do Caminhos de Barro, havia terminado um trabalho no Laboratório de Engenharia Civil (Leciv) da Uenf, o qual fazia todo levantamento das indústrias, jazidas e problemas relacionados aos setores da indústria da cerâmica no município de Campos dos Goytacazes, com o objetivo de estudar soluções, bem como adaptações e melhorias dos processos envolvendo cerâmica, tudo isso com o apoio da universidade.

A partir da iniciativa do ex-professor e reitor da Uenf, naquele momento Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, Wanderley de Souza, surgiu um edital do governo do Estado do Rio de Janeiro promovido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) direcionado ao apoio à modernização tecnológica do parque industrial de cerâmica na região.

Nessa época, durante a gestão do governador Anthony Garotinho, almejava-se, entre outras mudanças do setor produtivo ceramista na região, sua modernização através da substituição da lenha pelo de gás natural na queima da cerâmica a fim de torná-lo mais competitivo a nível nacional.

A Uenf participou desse edital com um projeto integrado coordenado desde o CCT pelo professor Josué Alves Barroso⁴⁸ com a participação de todas as equipes de

⁴⁸ Consistia de um programa dividido em 8 (oito) projetos, com a participação de Laboratórios do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), Centro de Ciências e Tecnologia Agrária (CCTA) e Centro de Ciências do Homem (CCH). Participava ainda o programa a participação do DRM/ RJ – Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro, reforço importante como órgão de fornecimento e fiscalização da atividade mineira no estado. Os projetos foram divididos em básicos e específicos, como a seguir se definem: Projetos Básicos – visa o estabelecimento de uma estrutura de conhecimentos indispensável à ordenação das atividades de exploração e exploração, de forma a melhor aproveitar a matéria-prima existente e melhorar a qualidade dos produtos, obedecendo as legislações mineira e ambiental. São projetos de aplicação do conhecimento geológico para definição da distribuição dos depósitos argilosos e a caracterização dos materiais constituintes desses depósitos e suas misturas. Em síntese, desses projetos resultarão diagnósticos do meio físico para a ordenação e otimização da atividade mineira. Projeto Básico BI – Mapeamento litofaciológico das argilas holocênicas da Bacia de Campos apoiado por imagens de satélite – CCT/Lenep, coordenado por Hélio Severiano Ribeiro. Com base em duas hipóteses de origem dos depósitos sedimentares holocênicos, planície de inundação ou bacias interdistributárias de delta intragular, deveria chegar-se à geometria e características litofaciológicas.

pesquisadores interessados dos diversos centros da universidade. A partir dessa iniciativa, foram aprovadas várias propostas, entre elas, a que se constituiu no subprojeto denominado “Diagnóstico econômico e sociocultural do complexo Ceramista no Município de Campos: o caso da pequena indústria de São Sebastião” coordenado pelo professor Marcelo Gantos do CCH. Este projeto estava ligado ao Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico (Leea). Vale ressaltar que outros centros da Uenf apresentaram projetos abordando diversos assuntos relacionados à indústria da cerâmica campista.

O Leciv, a partir desses projetos, procurou uma forma na qual fosse utilizado todo o barro descartado pelos ceramistas da região, haja vista que, para as indústrias de tijolos e telhas, só interessava a argila com até três metros de profundidade, sendo o restante descartado.

Um fator de relevância a ser considerado pela universidade era a relação das cerâmicas da região com o meio ambiente, visto que haviam estudos desenvolvidos no sentido de minimizar os impactos ambientais decorrentes da retirada do barro, pelo qual ocasionalmente atingiria o lençol freático. Além disso, as constantes pesquisas buscavam encontrar formas que proporcionassem um maior equilíbrio entre o meio ambiente e as indústrias.

O Centro de Ciências e Tecnologias (CCT) da Uenf em pesquisas realizadas apontava como uma das soluções a fim de amenizar o impacto do desmatamento para obtenção de lenha, bem como da degradação do solo causada pela retirada da argila e a utilização desse barro, a plantação de eucaliptos para uso exclusivo das cerâmicas, além da utilização de gás combustível alternativo para os fornos. Tais

Projeto Básico BII – Está dividido em dois subprojetos 2.1) Subprojeto BII – 1 – Caracterização física, química e mineralógica dos depósitos argilosos, cubagens e estudos de misturas – CCT/Leciv, coordenado por Josué Alves Barroso. Subprojeto BII – 2 – Estudos econômicos de demanda e produção, disciplinamento das atividades e estabelecimento de uma ZPM – Zona de Proteção à Mineração, coordenado por Josué Alves Barroso. Projeto Específico EI – Caracterização térmica e estrutural de materiais argilosos da bacia sedimentar de Campos – CCT/LCFIS, coordenado por Helion Vargas. Projeto Específico EII – Estudos de massas argilosas para obtenção de produtos de cerâmica vermelha de alto valor agregado – CCT/Lamav, coordenado por José Nilson França de Holanda. Projeto Específico EIII- Estudos para a reutilização econômica de áreas de extração de argila – CCTA/LCFIT, coordenado por Dalcio Ricardo de Andrade. **Projeto Específico EIV – Diagnóstico econômico e sociocultural do complexo ceramista no Município de Campos: o caso da pequena indústria no Distrito de São Sebastião – CCH/Leea, coordenado por Marcelo Carlos Gantos.** Projeto Específico EV – Análise das estruturas organizacionais da cadeia produtiva da indústria de cerâmica vermelha da região norte-fluminense LEPROD/CCT, coordenado por Helder Gomes Costa (Alexandre et al, 2020, **negrito nosso**).

questões são relevantes tanto aos moradores da região como para o avanço das novas técnicas de aproveitamento dos materiais.

O desenvolvimento industrial deve ser acompanhado de medidas as quais promovam o bem estar social, que por sua vez, deve estar ligado ao bem natural do meio ambiente. A partir do projeto, também foram realizadas palestras para conscientização dos ceramistas. Através de pesquisas realizadas nos laboratórios da Uenf, e dessas realizações surgiu o Caminhos de Barro, como uma forma de aproveitar a argila descartada para a confecção de peças de artesanato.

O Projeto Arte, Educação e Cidadania: oficina de Arte e Cerâmica Caminhos de Barro” teve início no ano de 2000 no Colégio Estadual Leôncio Pereira Gomes da comunidade de São Sebastião, onde foi instalada sua primeira oficina, com o objetivo de criar um espaço educativo o qual proporcionasse a formação artística e cultural dos moradores - principalmente direcionado para o atendimento de mulheres, crianças e jovens das comunidades excluídas do processo de produção da indústria da cerâmica vermelha -, proporcionando um desenvolvimento econômico na região. No ano de 2006, o colégio completava 59 anos e a comemoração nos eventos contou com a participação do Caminhos de Barro que fez parte dessa história.

O objetivo do projeto foi criar um meio de inclusão e geração de renda para famílias dos trabalhadores das indústrias cerâmicas, uma vez que estas não possuíam o perfil almejado para aquela atividade, na qual seria necessária uma determinada faixa etária e grande esforço físico. As pessoas não absorvidas pela principal atividade econômica local puderam, com a oportunidade, reconhecer-se capazes de adquirir conhecimento e autonomia, além de contribuir financeiramente com o rendimento econômico de suas famílias, majoritariamente precário.

Com os avanços e contribuições promovidos pelas atividades de arte cerâmica na oficina de São Sebastião, foi criado, posteriormente, um Núcleo de Cerâmica Artística no campus da Uenf, que funciona até hoje. O trabalho artístico desenvolvido pelo Projeto Caminhos de Barro mobilizou significativamente as famílias dos participantes da Baixada Campista que, independentemente da idade e condições físicas, passaram a exercer o domínio da arte através do barro na fabricação de múltiplos artefatos, além de outros produtos produzidos, as quais devolveram a autoestima, proporcionando a capacidade de gerar renda por meio da organização e o empreendedorismo.

As artesãs formadas nas oficinas do Caminhos de Barro seguem trajetórias diversas que vão desde a formação acadêmica, até o empreendedorismo social com ateliês rústicos montados em suas próprias residências. Elas atuam como multiplicadoras de conhecimento, capacitando seus familiares e pessoas da própria comunidade, além de participarem de instituições de ensino e outras iniciativas comunitárias.

O projeto também é citado como uma importante atividade de apoio terapêutico, uma vez que atua em diversos perfis psicossociais, atingindo crianças, idosos, deficientes mentais através de seus polos satélites. Há uma satisfação comprovada dos profissionais multidisciplinares atendidos pelas instituições satélites, as quais podem ser evidenciadas através da melhoria do desenvolvimento escolar, social e terapêutico do público atingido. Os polos satélites em funcionamento atualmente são apontados na Figura 5:



Figura 5: Polos Satélites Caminhos de Barro

Fonte: Livro Caminhos de Barro: nossa história (2020). Foto Rafael Barros.

As técnicas ensinadas nas aulas de cerâmica vão desde a parte teórica, contando um pouco a história da cerâmica e da vida das artesãs, até a parte prática na qual os alunos são colocados a prova para demonstrarem as competências adquiridas e, se de fato, podem desenvolver o dom para este tipo de trabalho artístico ou não. Porém, desde a extração da matéria prima até as vendas das peças

produzidas, há um processo intenso e demorado a ser percorrido. Começa-se pela localização das jazidas e extração da argila, eliminação de todas as impurezas, modelagem, secagem e termina na queima das peças, possibilitando um resultado final e diferenciado. Além disso, são aprendidas técnicas de desenho e pintura para dar forma e cores aos artefatos modelados a mão, transformando-os em verdadeiras obras de arte inéditas a cada composição.

Os avanços da extensão universitária e o Caminhos de Barro envolvendo a transmissão do conhecimento continuaram a acontecer. No dia 10 de agosto de 2015, na Casa Ecológica da Uenf, ocorreu a aula inaugural do curso de arte e cerâmica oferecido pelo projeto. A aula foi ministrada pelo professor Jonas Alexandre, atual coordenador. O curso contou com a participação dos alunos inscritos e dos artesãos/multiplicadores, responsáveis pelas aulas práticas na oficina sede. O curso tem 128 horas de estudo e certificados de conclusão. Nas figuras a seguir, a aula inaugural do curso Arte e Cerâmica com a parte teórica e prática:



Figura 6: Aula inaugural do curso Arte e Cerâmica na UENF no dia 10/08/15.
Fonte: Caminhos de Barro⁴⁹

⁴⁹ <http://caminhosbarro.blogspot.com/2015/>.



Figura 7: Aula inaugural do curso Arte e Cerâmica na UENF no dia 10/08/15.
Fonte: Caminhos de Barro⁵⁰

Existe uma cadeia produtiva, em que cada procedimento, informações e conhecimento serão repassados ao maior número de aprendizes possível, pois o objetivo do projeto persegue, para além do fato educativo, a disseminação desse conhecimento e geração de emprego e renda para seus integrantes.

Uma vez recolhido, o primeiro passo para a utilização do barro é a limpeza, sendo necessário tirar todas as impurezas as quais estão presas à massa para que a peça não tenha defeito ou rache desde a sua secagem até a queima. Para isso, é necessário saber o ponto ideal do barro, denominado “pasta”, que produz peças de cerâmica. Podem ser feitas misturas de argila, a qual será adicionada água até que fique perfeitamente mole e plástica, com aspecto semelhante a uma pasta. Em seguida, deve-se sovar o barro e bater numa superfície plana para que saiam todas as possíveis bolhas de ar, buscando evitar de as peças estourarem no forno durante a queima.

Ao longo de mais de 20 anos de existência o Projeto Caminhos de Barro passou por várias fases, desenvolvendo estilos artísticos e inovações técnicas diferentes que foram testadas e introduzidas para confecção das peças, sempre por meio das pesquisas desenvolvidas pelos estudantes de graduação e pós-graduação, como também pelas próprias artesãs. A participação do grupo de artesãs em eventos de extensão fora da Uenf patrocinado pela Proex possibilitou a divulgação do trabalho, a

⁵⁰ <http://caminhosbarro.blogspot.com/2015/>.

troca de experiências e o aprendizado de técnicas e práticas as quais enriqueceram o repertório e melhoraram a qualidade dos produtos.

A seguir na Figura 8, foto do evento realizado na VI Mostra de Extensão da IFF, Uenf e UFF em 2014:



Figura 8: Caminhos de Barro na VI Mostra de Extensão IFF, UENF e UFF em Campos dos Goytacazes.

Fonte: Caminhos de Barro⁵¹

Vale ressaltar que os programas de graduação e pós-graduação da Uenf vêm desenvolvendo pesquisas relevantes a respeito do projeto ao longo de todo esse tempo, com monografias, dissertações, artigos, além de um livro em comemoração aos seus 20 anos contando toda a sua história, chamado “Caminhos de Barro: nossa história”. Das pesquisas realizadas destacaremos as seguintes monografias e dissertações: Sarzedas (2010), Crispim (2011) e Leitão (2013).

O Projeto Caminhos de Barro trouxe, na sua etapa inicial, juntamente com a participação da comunidade da Baixada Campista, a possibilidade concreta de mostrar que é possível incluir os cidadãos em uma cultura local como forma de exprimir e demonstrar, através da arte cerâmica, os seus anseios, a sua determinação em aprender e passar conhecimento e, principalmente, a vontade de uma transformação de vida para uma perspectiva melhor. A ampliação, nas fases posteriores, possibilitou a diversificação do público e a capilaridade das ações em

⁵¹ <http://caminhosbarro.blogspot.com/2014/>.

âmbitos novos surgidos da demanda social de grupos específicos os quais perceberam o potencial transformador da arte cerâmica.

O Projeto Caminhos de Barro computa, hoje, 8 satélites contando com o Núcleo Sede da Uenf, que seriam nas seguintes instituições: Colégio Estadual Leôncio Pereira Gomes, Escola Municipal Francisco de Assis, Obra do Salvador (instituição filantrópica), Educandário São José do Operário (educandário para cegos), Associação de Proteção e Orientação aos Excepcionais (Apoe) (proteção e educação para excepcionais, São João da Barra e Asilo Nossa Senhora do Carmo. Sua gestão conta com coordenação e uma diretoria da oficina, além das artesãs multiplicadoras (bolsistas e voluntárias). O público inicial, que antes era, na maioria, mulheres e crianças excluídas das indústrias ceramistas, hoje conta com, além do público já previsto, estudantes de escolas estaduais e municipais, pessoas com deficiência mental, idosos e deficientes visuais.



Figura 9: Aula na Apoe.
Fonte: Caminhos de Barro⁵²

Sua gestão atua através da coordenação do projeto, a qual se reporta à coordenação de extensão do CCT, para levar possíveis demandas às instâncias superiores, como a Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários. As artesãs, atores

⁵² <http://caminhosbarro.blogspot.com/2015/>.

protagonistas desse processo tem vozes participativas somente junto sua a coordenação e direção.

4.4 Uma visão dos principais atores envolvidos no Caminhos de Barro

A principal questão que caracteriza a inovação social são a multiplicidade de atores envolvidos e a transformação a qual ocorre na vida de cada um deles através desse processo. Neste tópico abordaremos, a partir do relato dos protagonistas do Projeto Caminhos de Barro, transformações ocorridas na vida de quatro artesãs as quais iniciaram suas trajetórias na arte cerâmica no início de vida do projeto nos anos 2000.

Percebemos, por meio dos depoimentos colhidos, a ligação mantida por elas até hoje, quase 22 anos depois, a um propósito principal - adquirir e passar conhecimento.

Tudo começou em um distrito de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, chamado São Sebastião de Campos. O lugar reúne uma parcela de mulheres cujas vidas foram ressignificadas a partir da qualificação artística e do desenvolvimento de uma atividade laboral, que, tempos atrás, não existia naquela localidade. A arte a partir da cerâmica como instrumento de mudança social não seria viável e possível se não fosse induzido, pela descoberta dessa realidade, o interesse científico e a vontade de aprender de alguns alunos e pesquisadores de uma universidade pública, aberta e localizada na mesma região.

Partindo de diagnósticos realizados na localidade e do conhecimento adquirido, chega-se à conclusão que uma atividade lucrativa e predominante local, como a indústria da cerâmica vermelha, poderia também sanar uma outra deficiência existente e persistente em São Sebastião através da inclusão social, bem como a remoção da exploração e violência sofrida de forma recorrente no mundo do trabalho naquela região.

Diante dessa trajetória, apresentaremos a história de quatro atores envolvidos desde o início no Projeto Caminhos de Barro os quais escrevem suas histórias em torno dessa experiência até hoje.

O contexto familiar é um ponto de referência comum para essas mulheres. A história de vida da maioria traz uma busca por emprego e renda e, conseqüentemente, a melhora da qualidade de vida de seus familiares. Um lugar chamado São Sebastião,

uma escola pública Estadual chamada Leôncio Pereira Gomes foram, para elas, o início de uma experiência que as levariam a mudarem suas vidas e das pessoas ao redor.

Tal mudança começou como parte da vida cotidiana, ao levarem seus filhos para a escola. Através de uma política pública no município de Campos dos Goytacazes em um curso de quatro meses oferecido pela Fundecam, elas conheceram a arte através da cerâmica e viram nela uma oportunidade de qualificação e retorno ao mercado de trabalho.

Algum tempo depois, a Uenf, por meio de um projeto de extensão universitária em parceria com a direção da escola, reformulou a ideia e promoveu um novo curso de cerâmica. O Projeto intitulado “Arte, Educação e Cidadania: Oficina de Arte e Cerâmica Caminhos de Barro” teve início no ano 2000, fomentado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pelo professor Marcelo Carlos Gantos, idealizador do projeto, o qual tinha como perspectiva criar um espaço alternativo para a educação e formação artística, cultural e técnica na comunidade, contribuindo com o desenvolvimento econômico do polo de cerâmica da região.

Um ponto em comum entre as entrevistadas é que todas achavam-se incapazes de desenvolver uma habilidade na produção artística. Suas condições socioculturais e socioeconômicas traziam sobre elas um complexo de inferioridade que as desacreditavam. Em grande parte das histórias, com o olhar atento e incentivo dos atores institucionais, esse pensamento mudou e, conseqüentemente, a trajetória de suas vidas.

O projeto foi ganhando forma, e a vontade de aprender da primeira turma de artesãs foi aumentando cada vez mais, porém os obstáculos enfrentados inicialmente eram muitos. No relato de uma entrevistada, elas não tinham dinheiro para o transporte que as levava até a oficina localizada naquela escola em Poço Gordo. O coordenador da época, professor Marcelo Gantos, conseguiu junto à universidade as quatro primeiras bolsas de extensão do projeto, sua primeira conquista.

Em poucos meses, as artesãs estavam aptas tanto para fazerem peças originais a partir da argila como também passar aquele conhecimento adquirido a outras pessoas. Uma entrevistada conta que, em um período de apenas dois meses, já dava aulas de cerâmica na sua comunidade. A dedicação em aprender e a vontade de ensinar era algo a qual era muito motivada.

As transformações dessas pessoas também se refletiam em suas vidas acadêmicas, pois o contato com a escola e a universidade mostravam que elas poderiam ainda mais. Incentivadas a continuar estudando, algumas conseguiram cursar uma faculdade, tornando o que antes era visto como pouco provável, uma realidade em suas vidas. Atualmente todas as entrevistadas possuem conhecimento técnico na cerâmica e usam suas histórias de vida como motivação para seus alunos.

O Projeto Caminhos de Barro devolveu autoestima, autonomia e renda mínima a quem antes não tinha nenhuma renda. As entrevistadas contam como hoje possuem ateliês de cerâmica em suas residências e já se aventuram no empreendedorismo. Uma, inclusive, é categórica ao dizer que o projeto foi o primeiro passo, mas ela aprendeu a andar com as próprias pernas. Atualmente, já está cursando uma pós-graduação, orgulha-se de dizer o quanto caminhou e ajudou outras pessoas a transitarem pelo mesmo caminho. O que antes era visto como um assistencialismo, agora é uma oportunidade para se obter uma profissão.

Contudo, ainda existe um sonho no coração das artesãs: transformar o distrito de São Sebastião num polo turístico com referência na arte da cerâmica. Para isso, é necessário incentivo por parte dos órgãos públicos através da divulgação desse trabalho e a ajuda na formação de uma cooperativa no local. Os caminhos são longos e incertos, mas a busca pelo aprendizado, desenvolvimento local e, principalmente, reconhecimento, segundo elas, será perseguida até o final.

4.5 A criatividade ressaltada no Caminhos de Barro

Vimos no capítulo 2 deste trabalho que a inovação social pode ser abordada através do empreendedorismo social. Nele, encontramos a criatividade como corte analítico para o tema, haja vista que o estudo de caso desta pesquisa contempla um projeto de extensão o qual trabalha com a arte através da cerâmica.

No trabalho de campo, observamos que todas as entrevistadas tinham dúvidas com relação a sua capacidade de criar. Difícil imaginar como uma atividade maçante e exaustiva, a fabricação de tijolos e telhas da indústria de cerâmica vermelha na Baixada Campista, pudesse surgir outra a qual trouxesse leveza e criatividade.

Leitão (2013) diz que crianças são extremamente criativas, sendo este pico de criatividade ocorrido antes de sua entrada na escola. A autora constata que o modelo de educação tradicional na qual se propaga costuma matar o espírito livre. Senett

(2009), por sua vez, assegura a habilidade artesanal inspirada na experiência das brincadeiras infantis, as quais inferimos esse fundo lúdico a origem do esmero dado às peças. Vejamos May (1982, p. 32):

O brinquedo de uma criança, por exemplo, tem também características essenciais do encontro, e sabemos que é um dos importantes protótipos da criatividade do adulto. O ponto principal não é a presença ou ausência do esforço volitivo, mas o grau de absorção, o grau de intensidade, é preciso que haja uma qualidade específica de engajamento.

Em uma das entrevistas realizadas neste trabalho, a artesã fala o quanto admira todas as peças produzidas por ela, mas as bonecas têm um significado especial. Em sua produção, ela deixa fluir a imaginação e o processo, que vai desde a escolha do tamanho até as cores, de uma maneira mais leve, diferente de como ocorre com outras peças. Se a boneca irá sair com os olhos abertos ou fechados, isso vai depender apenas do processo técnico da queima. A seguir uma boneca de barro produzida no Núcleo do Caminhos de Barro – Uenf:



Figura 10: Boneca Namoradeira (Oficina Caminhos de Barro).
Fonte: Instagram @caminhosdebarro

Para Mario de Andrade, o artesanato vem a ser uma parte da técnica da arte, aquela na qual pode ensinar, e isso se remete a seu caráter tradicional, uma vez que tratam de técnicas as quais poderão ser transmitidas de geração em geração,

mediante o repasse de conhecimentos por um mestre artesão. O autor, porém, enfatiza haver uma parte técnica de arte por objetivação, ou seja, a concretização de uma verdade interior do artista. Para ele essa parte técnica não se ensina, é intrínseca e subjetiva (LEITÃO, 2013).

O processo de ensino e aprendizagem no artesanato ocorre, principalmente, no interior da oficina. Ainda que incorpore mestres e aprendizes, não constitui uma escola, é um local de trabalho onde não há uma separação entre trabalhar e aprender, ou trabalhar e ensinar, no qual o trabalho se confunde com o fazer artístico. Dessa forma, a educação artesanal é eminentemente constituída na prática, por meio do fazer manual, da observação e imitação do mestre-artesão e da conquista, pelo aprendiz, de um percurso poético próprio (ALVARES, 2019).

A pedagogia artesã nasce da ideia a qual o trabalho artesanal e os fundamentos da educação se desenvolvem nessas oficinas, por meio de um longo exercício de observação e prática. John Dewey (1859-1952), respeitável filósofo americano, acreditava que o ensino deve dar-se mais pela ação do que pela instrução, o qual a verdadeira aprendizagem ocorre na prática; referia-se ao aprender fazendo e salienta a importância da experiência pessoal ativa nos processos educativos (DEWEY, 1976).

Outros autores defendem que o artesão é um trabalhador dono do seu tempo e conhecedor de todo o processo de produção do seu ofício, podendo reconhecer-se e ser reconhecido nos objetos os quais saem das suas hábeis mãos (RUGIU, 1998).

Através de sua ação repetitiva, outra marca da pedagogia artesã, seria a força motriz do ensino e aprendizagem no artesanato da cerâmica, uma vez que por meio dela, combinado ao domínio da técnica, o aprendiz alcança a maturidade e consolida um estilo próprio.

Antes de ser lançado ao fazer propriamente dito, o aprendiz apreende com os olhos os procedimentos a serem desenvolvidos para a consecução de um dado procedimento técnico, ou seja, aprende pela observação das mestras. A aprendizagem pelo fazer sozinho ocorre quando a observação das ceramistas se dá concomitantemente ao fazer do aprendiz, servindo de exemplo prático para as ações desenvolvidas simultaneamente. E, nesse caso, não somente o aprendiz observa as mestras como elas também o observam e fazem pequenas correções em suas peças, se assim for necessário. Após ter vivido experiências de produzir conjuntamente com as mestras e tê-las observado trabalhar, o aprendiz é posto em uma situação na qual tem de aplicar os conhecimentos que adquiriu, fazendo sozinho uma

peça, ocasião em que testa seus conhecimentos e adquire outros. (MATTAR, 2010, p. 154).

André Gorz (2005) assinala que existe uma diferença entre “conhecimento”, o qual pode ser formalizado e replicado e “saberes vividos”, que exigem o homem de forma integral e não podem se dissociar dele. Vejamos sobre saberes vividos:

O saber é, antes de tudo, uma capacidade prática, uma competência que não implica necessariamente conhecimentos formalizáveis e codificáveis. A maior parte dos saberes corporais escapa à possibilidade de uma formalização. Eles não são ensinados, aprendem-se nos pela prática, pelo costume, ou seja, quando aluem se exercita fazendo aquilo que se trata de aprender a fazer. Sua transmissão consiste em apelar a capacidade do sujeito de se produzir a si próprio. Isso vale tanto para esportes, quanto para habilidades manuais e as artes. (GORZ, 2005, p. 32).

Por mais que as artesãs do Caminhos de Barro busquem no artesanato sua utilidade com relação à comercialização e geração de renda, é notório no trabalho com o barro algo prazeroso e dotado de muitos significados em suas vidas, além das características pessoais refletidas nas peças.

Podemos dizer que o artesanato é um bem simbólico, conforme assinala Bourdieu (2013, p. 102-103):

[...] realidades com dupla face – mercadorias e significações – cujos valores prioritariamente cultural e mercantil subsistem relativamente independentes mesmo nos casos em que a sansão econômica reafirma a consagração cultural.

Peças com símbolos religiosos são comuns no artesanato, as quais muitas vezes remete a cultura e o local em que vive o artista. São Sebastião é dotado de várias paróquias, que reflete essa cultura católica ali presente:



Figura 11: Peças sacras (Cristo com coroa de espinhos).
Fonte: Instagram @caminhosdebarro

O Caminhos de Barro entende que a técnica, combinada a criatividade de cada pessoa, traduz em um conhecimento o qual é transmitido nas aulas teóricas e práticas, comunicando muitas vezes a história de vida das artesãs através da produção e beleza de suas peças.

CAPÍTULO 5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Análise das entrevistas

Foram realizadas neste trabalho oito entrevistas, sendo quatro delas com atores sociais, chamados protagonistas, e as outras quatro com atores institucionais. Os atores protagonistas (quatro artesãs) participaram do Projeto Caminhos de Barro a partir de 2002.

Como atores institucionais dividiram-se entre Pró-Reitores de Extensão e Assuntos Comunitários da Uenf, sendo um na gestão no ano 2004 e o outro está atualmente na instituição no referido cargo. As outras duas entrevistas são da gestão do Caminhos de Barro, uma da coordenação no ano de 2003, a outra atual diretora da oficina do projeto localizada no campus da universidade. Vale ressaltar que foram utilizados pseudônimos para preservar a identidade dos entrevistados.

5.1.1 Transformação na vida pessoal e profissional

A inovação social tem como objetivo a transformação do meio no qual os indivíduos atingidos por ela estão inseridos. Tal transformação pode ocorrer tanto na esfera pessoal, como na esfera profissional, ou em ambas, sendo que, muitas vezes, uma se relaciona com a outra. Entendemos, de acordo com a literatura apresentada, para que ocorra a inovação social deverá haver uma melhora na qualidade de vida, passando a ser uma situação desejada pelos indivíduos envolvidos por ela.

Para Cloutier (2003), as relações de trabalho e renda estão relacionadas ao foco de qualidade de vida. A autora aponta que uma situação considerada um problema deverá ser resolvida a partir de uma ideia nova, um novo conhecimento, ou novo processo.

As análises das entrevistas, juntamente comparada com a pesquisa realizada no mestrado no PPGPS, mostra-nos que é possível identificar uma crise no desenho institucional o qual a Uenf é envolvida atualmente, tendo em vista a AgiUenf e a Pró Reitoria de Extensão serem órgãos os quais não mantêm um diálogo mútuo. Há um problema institucional a ser resolvido para eles se alinharem e buscarem, juntos, uma forma de melhorar esse processo.

Como parte principal do processo, temos as artesãs do Caminhos de Barro, constituídas como atores sociais, possuindo os seguintes perfis: são mulheres, a maioria divorciadas e com filhos, moradoras do distrito de São Sebastião de Campos e apenas uma possuía emprego formal na mesma época na qual entrou no projeto. Duas têm nível superior completo, uma nível médio e a outra apenas o fundamental. Atualmente, todas vivem do trabalho artesanal, sendo que duas delas o conciliam com o magistério em arte e cerâmica em instituições do município de Campos dos Goytacazes. Todas possuem oficina de arte e cerâmica em suas residências, nas quais durante a pandemia, aprimoram-se as vendas através das redes sociais. Pode-se dizer que elas experimentaram transformações significativas em suas vidas desde o início do projeto nos anos 2000, tanto na esfera pessoal como na profissional. As mudanças de cidade (levando-as a morar em Poço Gorgo) e ruptura de seus relacionamentos conjugais, bem como o desemprego e a baixa expectativa de vida são recorrentes em suas falas.

Como ponto em comum elas teriam desejo no sustento de suas famílias e, automaticamente, a melhora da qualidade de vida. Isso de fato aconteceu, tendo em vista suas formações acadêmicas e profissionais, fazendo-as alcançarem a autoestima e a autonomia que precisavam. Veja-se o relato a seguir:

É...porque, como eu te falei, a mudança que teve é porque eu vim sem nada, né...sem nenhuma perspectiva, ainda ia em busca, à procura né, não sabia como estava o mercado, o mercado de trabalho e tal...e...me deu assim, a gente nunca vai cuspir no prato que comeu, como diz o ditado, não se deve cuspir no prato que comeu...e...me fez também conhecer outros lugares, outras pessoas, tive contato com...sabe...peças minhas foi pro exterior, lugares do exterior...eu gosto de trabalhar muito com a cultura regional e brasileira e isso me ajudou bastante também, me influenciou também em estudo de pesquisa...né...então é mudou...essas mudanças. (“Maria”, artesã desde 2002).

O envolvimento com a universidade e o interesse para se obter uma bolsa melhor, tendo em vista que estas seriam categorizadas pelo grau de escolaridade, também foram fatores importantes a serem levados em consideração para o resgate de suas vidas acadêmicas. Vejamos a fala de uma delas:

Foi daí que eu fiz até minha faculdade (...) Eu sou formada em RH, gestão de pessoas, aí foi onde através do curso...é... fui bolsista da universidade, multiplicadora, depois eu passado o que...uns 2 anos, eu fui contratada também como educadora social em arte e cerâmica lá na obra do Salvador, onde eu fiquei 8 anos, trabalhando lá, foi nessa

época que eu fiz a faculdade pra eu pensar, bom, o dia que eu não saber fazer cerâmica eu tenho que fazer outra coisa, e como eu me adaptei muito bem a jovens né, aí eu fiz então gestão de pessoas, que com isso eu poderia ser educadora também do jovem aprendiz né, só que aí no caso formação né, não no caso de cerâmica mais, aí eu fiquei lá dando aula pra jovem aprendiz, dando aula de cerâmica, entendeu...aí hoje tá aí, graças a Deus... (“Maria”, artesã desde 2002).

As mudanças são perceptíveis tanto na vida das artesãs quanto de seus colegas, conforme relatado por elas. Isso ficou evidente na entrevista quando falavam de suas vidas pessoais e profissionais. Na área acadêmica temos como exemplo a conquista do ensino médio completo para quem só tinha o fundamental ou até mesmo a chegada ao ensino superior, situações antes não alçadas. Pelo lado profissional, todas aprenderam um novo ofício, demonstraram qualificação para o trabalho como artesãs e tornando-se multiplicadoras do projeto, dando aulas teóricas e práticas sobre arte e cerâmica.

No âmbito pessoal, elas conquistaram autoestima, uma vez que não se sentiam capazes de ingressar novamente no mercado de trabalho e, conseqüente a isso, também a autonomia a qual foi perdida devido situações pessoais, haja vista que todas passaram por processos familiares complexos, como divórcio ou perda de ente familiar em linha direta.

Portanto, hoje, trabalhar com arte e ainda adquirir uma profissão são, para essas mulheres, uma grande conquista. Contudo isso só foi possível graças ao Caminhos de Barro, uma vez que antes não teriam a chance de realizarem, dado suas condições socioculturais e socioeconômicas. Percebeu-se, ainda, que há um grande interesse em aprimorar a produção das peças, melhorando cada vez mais as técnicas aprendidas junto à universidade.

Como multiplicadoras, termo muito utilizado por elas nas entrevistas, há um interesse de passar aquele conhecimento principalmente para as pessoas do seu entorno, como uma forma de colaborar com o desenvolvimento daquela comunidade. Cloutier (2003) traz uma reflexão na qual semelhante qualidade de vida quando manifestada nos indivíduos faz com que eles alcancem autonomia, pois os coloca a ter o domínio sobre sua própria história. Porém, para a autora essa possibilidade não pode ficar à mercê somente dele, deverá ser transmitida para outros interessados o mais rápido possível.

Atores institucionais envolvidos no processo do Projeto Caminhos de Barro também têm uma percepção semelhante a dos protagonistas com relação a questão

do desenvolvimento socioeconômico e sociocultural, acrescentando ainda outra vantagem da atividade, a qual pode ser vista de forma terapêutica, senão vejamos alguns relatos:

Sim, é...com certeza, os exemplos que a gente destaca são as artesãs formadas na primeira geração principalmente, não só as primeiras, como temos algumas formadas pelo projeto pelas primeiras, é que estão com seus ateliês estabelecidos...é...estão com uma cultura, principalmente empreendedora bem arregado, algumas se formaram...é...estão com formação de escolaridade também, chegando até a nível superior, nós temos o exemplo da “Maria”, que você até entrevistou a pouco tempo, “Maria” está num patamar bem bacana da arte cerâmica, ela com seu ateliê estabelecido, ela tá formada com curso superior, ela é uma empreendedora completa hoje e...com certeza o projeto ajudou muito a “Maria” como a outros, temos a dona “Valquíria”, que também tem o ateliê dela estabelecido, temos a “Ana”, temos a “Dayane”, várias, isso eu acho que é um excelente resultado pra gente. (“Patrícia”, gestão do Caminhos de Barro desde 2011).

Na prática eu acho que funciona nas duas vertentes muito bem. Tanto numa vertente quanto em outra, essa parte socialista, porque o Caminhos de Barro ele...não só atua na...é... propiciando essa geração de renda, mas tem a parte emocional, psicológica, funciona muito bem como arte terapia, apesar das nossas artesãs não terem essa formação, mas na prática funciona muito bem...ah... nesse último período de pandemia não né, mais até 2019...é...percebíamos muitos pacientes indicados pelos seus terapeutas pra tarem praticando a arte cerâmica aqui com a gente, então temos tanto exemplos de sucessos empreendedores, quanto na parte social, psicológica... (“Patrícia”, gestão do CB desde 2011).

Dessa forma, nota-se que o Projeto de Extensão Universitária Caminhos de Barro tem, na visão dos atores que o compõem, um caráter emancipatório e não assistencialista. Essa intervenção é essencialmente humanista e emancipadora, busca negar a domesticação pela transmissão de conhecimentos e pelo assistencialismo, elaborando uma defesa do diálogo como fundamento da afirmação do sujeito como autor da própria trajetória (FREIRE, 1983).

O projeto político emancipatório busca se legitimar não como uma atitude individual, mas sempre por meio de uma ação social e coletiva (FREIRE; SHOR, 1986). O público meta dessa abordagem é a classe popular, os sujeitos, suas organizações e movimentos sociais, qualificados como cidadãos e não mais como “pobres”. O objetivo da interação desses atores é fomentar, potencializar ou fortalecer capacidades de organização política, de afirmação da sua autonomia - em relação ao governo e mercados - e de construção de sua emancipação de múltiplas

dependências as quais caracterizam sua inserção nas estruturas políticas reprodutoras das desigualdades sociais.

O assistencialismo atua sobre o comportamento político do doador e do receptor, transformando o favor em favorecimento e a gratidão em dívida a ser paga com subserviência e lealdade. Nesta relação, o pobre, desamparado, necessitado, ser de múltiplas carências, depende da ajuda para sobreviver às suas limitações e encontrar oportunidades de inclusão social, geralmente por meio da mercantilização de força de trabalho nas relações de emprego. A essência do assistencialismo é, portanto, a ocultação das privações das desigualdades, acesso a recursos como produto estrutural da sociedade capitalista e o estabelecimento de uma relação de emprego (que possibilita o consumo), opera-se uma negação dos direitos sociais como prerrogativa do Estado e instrumento da distribuição de renda (SPOSATI, 2015).

Pode-se perceber pelos resultados coletados que essas pessoas entraram no projeto com o objetivo de aprender um ofício o qual iria trazer uma mudança financeira, bem como o sustento de suas famílias e melhora na qualidade de vida.

5.1.2 Relação das artesãs com os atores institucionais

A partir do momento em que os participantes envolvidos no projeto fazem o curso de arte e cerâmica, capacitam-se como artesãos e adquirem um ofício, passam a compor a equipe do Caminhos de Barro como principais atores sociais⁵³ nesse processo, disseminando aquele conhecimento. Além disso, existe também a necessidade por eles de escoar a produção, bem como de participar de eventos para divulgação do trabalho. A liberdade de apontar suas opiniões para obter um melhor resultado nas vendas e na divulgação dos eventos fazem parte de sua organização.

Um atributo da extensão universitária é que ela funciona como uma via de mão dupla entre a comunidade e a universidade, trazendo como característica essa troca de saberes a qual só será possível através de uma relação de respeito e escuta principalmente:

Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do

⁵³ Como atores sociais entendemos como sindicatos, sociedade civil organizada, movimentos sociais etc., também conhecidos como usuários e que mantém suas inter-relações com outros atores institucionais e privados (CLOUTIER, 2003).

outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. Isto não quer dizer, evidentemente, que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isto não seria escuta, mas auto anulação. A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar, ou melhor, me situar do ponto de vista das ideias (FREIRE, 2002, p. 44).

Para as entrevistadas, a participação em suas decisões é o que move o projeto durante estes quase 22 anos de existência. Vejamos uma percepção a seguir:

Como toda gestão, eu falo sempre que lidar com pessoas é a coisa mais *complexa* que tem, eu prefiro lidar com meus bicho na roça do que lidar com o ser humano, porque é um bicho complicado né, lidar com pessoas, mas eu nunca tive dificuldade, graças a Deus em lidar com a direção de lá não, com a administração porque, eu acho talvez por eu ter feito essa área né, essa área de formação, então eu estava assim, atenta né, a cada questão, então pra mim...tudo aquilo que eu também, assim...dava sugestão ou fazia minhas críticas assim, essas coisas, eu tinha liberdade de falar, de dar minha opinião, então pra mim não tava ruim não, dava pra levar [...]. (“Maria”, artesã desde 2002).

Olha, a gente conversava, éramos muito de conversar, tinham as reuniões e conversávamos né...la fazer uma exposição, coisa assim, a gente conversava, conversava com a gente, mas é...a gente dava a nossa opinião sim....nas conversas né...a gente dava a nossa opinião, todos nós, mas quem toma a decisão realmente né, eu pra ser sincero já nem lembro tanto, já faz tanto tempo... que eu nem lembro assim direito se existia essa questão de, se opinião da gente era tão bem aceita, ou se aceitava mas, pelo que eu posso me lembrar, tinha coisa que lógico a gente vai discordar e o outro não vai concordar né, lógico, mas era conversado. Era conversado sim, tinha conversa. Mas a tomada de decisões as vezes, nem sempre é tão democrática né, mas tinha conversa [...]”. (“Madalena”, artesã desde 2003).

Ah , na época...isso aí eu fazia questão...isso aí eu fazia questão mesmo de opinar, as vezes até o coordenador que é o professor “Mário” né, hoje que tá lá no Leciv, ele muitas das vezes ele me chamava, perguntava o que eu achava, como é que tinha que ser melhorado, e eu não escondia, eu falava, eu tenho essa coisa de...de...eu acho que eu vou ficando velha, não sei, eu acho assim...tem um determinado tempo da vida da gente que você engole isso ou aquilo, mas chega uma hora que a gente quer ser nós mesmos né, a gente já passou por muita coisa e agora eu quero ser eu, tem que me respeitar do jeito que eu sou e graças a Deus, é...eu tinha isso, tanto do professor né, graças a Deus, esse respeito essa...essa...essa, como eu vou dizer...é...reconhecimento né, isso aí eu não tenho o que falar não deles. (“Maria”, artesã desde 2002).

Todas apontaram que a gestão do Caminhos de Barro, composta por coordenação e direção, estava sempre atenta e disposta a ouvir o que elas - como

protagonistas dessa relação - tinham a dizer sobre o seu funcionamento. Propostas e sugestões são oferecidas no dia a dia durante as atividades no núcleo principal (campus Uenf) ou através de reuniões para organizações dos eventos. As conversas eram sempre conduzidas e as decisões, principalmente com relação a participação de eventos, tomadas em conjunto.

A inovação social traz como característica a multiplicidade de atores interdisciplinares e a obrigatoriedade do relacionamento interpessoal entre eles. É importante salientar que deverá haver uma relação entre os atores os quais tragam para o grupo algum aspecto de mudança significativa com questões pertinentes à qualidade de vida. Os atores institucionais representados nesta pesquisa são a Pró-Reitoria de Extensão de Assuntos Comunitários e a gestão do Caminhos de Barro. Percebeu-se que os gestores do projeto atuam de maneira direta com os atores comunitários envolvidos, enquanto a pró-reitoria o faz indiretamente.

O projeto de extensão, como é vinculado a universidade, depende desses relacionamentos para que o trabalho avance e se multiplique. Para as artesãs, é essencial o diálogo, a porta deverá estar sempre aberta para melhorias nas condições e na divulgação do trabalho, o qual segundo a maioria, é seu maior desafio.

A extensão ainda tem uma importante relevância no quesito de multiplicar esses atores passando tal conhecimento através da universidade e seus projetos de extensão, tendo em vista este ser o maior legado que a instituição pode deixar para a sociedade na qual está inserida. Vejamos a fala de um ator institucional:

O legado é a universidade cumprir o papel dela que é de integrar a comunidade externa com a comunidade acadêmica, porque esse é o grande objetivo da extensão universitária, é ele trazer pra dentro...é a universidade trazer pra dentro dela o conhecimento, aliás um projeto de extensão, ele só é pacificado como projeto de extensão se você tiver um envolvimento da comunidade externa e do aluno também na comunidade externa, estudante universitário, senão ele não é considerado um projeto de extensão, ele vai ser negado no edital, então não adianta a gente tentar pensar que existe um projeto desenhado pra ser desenvolvido pra dentro da universidade, ahh...é só pra técnico participar, é só pra estudante participar, é só pra professor participar, eu tô dando um exemplo, mas não é, ele tem sempre que ter o caráter externo de interação com a sociedade, e essa interação é o legado que a instituição deixa, então a Uenf já foi citada inclusive em algumas palestras de pessoas que vieram em eventos da gente dizer inclusive que a extensão universitária, ela é a parte importante que toda a instituição tem e inclui nisso a Uenf, então nós tentamos o máximo possível deixar isso claro na mídia externa, na mídia né, e espero que gente consiga alcançar esse objetivo sempre,

pra poder perenizar a extensão universitária... (“João”, ator Institucional).

Para Kanter (1999) apud Cloutier (2003) o envolvimento dos atores em organizações para o surgimento da inclusão social também devem ocorrer, haja vista que ela requer parceria com diversos deles, como por exemplo: órgãos e organizações governamentais, instituições, voluntários e fornecedores. A inovação social vista como aprendizagem coletiva e criação de conhecimento encaixa-se perfeitamente na percepção da extensão pública universitária.

5.1.3 Fator de inclusão social no Caminhos de Barro

Como já visto anteriormente, o Caminhos de Barro surgiu a partir de uma situação presente no distrito de São Sebastião de Campos onde pessoas, em sua maioria mulheres, eram exploradas em olarias e privadas socialmente devido à atividade ser degradante e mal remunerada, ou seja, a exclusão dava-se pela forma de trabalho na qual elas se submetiam sem os devidos direitos trabalhistas, além da exploração de seus filhos menores pela mesma atividade. A realidade da exclusão social, através da dificuldade de entrar no mercado de trabalho, fez com que essas mulheres buscassem outros meios para tentar sair daquela condição.

Como forma de trazer uma possível solução para o problema, a Uenf por meio da extensão universitária iniciou, então, um projeto que visava tanto resgatar pessoas de atividades exploratórias envolvendo as indústrias de cerâmica, quanto utilizar uma matéria prima presente em grande escala na região - a argila noutra forma.

O diagnóstico de um problema (gerar emprego e renda para comunidades excluídas), uma possível solução (gerar renda a partir do artesanato), resultaram outro fator essencial para a inovação social - a inclusão social.

A inclusão social pode ser entendida como a ação de proporcionar para populações as quais são social e economicamente excluídas – no sentido de terem acesso muito reduzido aos bens (materiais, educacionais, culturais, etc.) e terem recursos econômicos muito abaixo da média dos outros cidadãos – oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade a qual pode usufruir esses bens. Sendo um conceito polissêmico e de caráter político, em um sentido mais amplo, a inclusão social envolve também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida e como cidadãos

plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política as quais os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente. Um dos aspectos da inclusão social é possibilitar que cada brasileiro tenha a oportunidade de adquirir conhecimento básico sobre a ciência e seu funcionamento o qual lhe dê condições de entender o seu entorno, de ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho e de atuar politicamente com conhecimento de causa (MOREIRA, 2006).

A multiplicidade de atores, combinado com a capacidade de atrair e repassar conhecimento, faz da inclusão uma das molas propulsoras e essenciais presentes no Caminhos de Barro. Senão vejamos:

Olha...ele...sempre foi o objetivo, um dos objetivos primordiais do Caminhos de Barro sempre foi isso né...e a gente caminhar com as próprias pernas, portanto a “Joana”, eu encontrei com ela um tempo atrás e aí...ela falou: poxa, que bacana você está dando aula né...e...você não está no Caminhos de Barro, mas você está dando aula e está caminhando com as próprias pernas, nós somos uma instituição educadora, então é educação, está andando com as próprias pernas, então eu acredito que seja a questão pra quem quer desenvolver o trabalho né, daqueles que não conseguem, que estão ali dentro...tem muita gente que foi pro Caminhos de Barro por...devido a problemas emocionais também, aí quando chega ali, se sente de outra maneira, se sente mais vivo, se sente capaz, se sente mais aberto, criativa né...e isso é você pegar essa pessoa e dizer assim olha...poxa num fica assim, você pode, você pode, você é capaz...então eu acredito, acredito que sempre foi, sempre foi desde o início e continua sendo, ainda sendo, essa...essa fonte [...]. (“Madalena”, Artesã).

Investigações feitas em pesquisas anteriores já mostraram que a inclusão social envolvendo as universidades consolida-se e respalda-se através do resultado das legislações nacionais, principalmente a que se refere à Lei de Inovação do Estado do Rio de Janeiro (Lei 5. 361/2008) ao final do seu artigo 2º, inciso I:

Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – inovação: fomentar pesquisas ou estudos em prol da manutenção da vida humana, atendidos os preceitos éticos atinentes à matéria objeto da pesquisa ou do desenvolvimento da inovação, introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos processos, produtos ou serviços, bem como em ganho de qualidade ou produtividade em processos, produtos ou serviços já existentes, visando ampliar a competitividade no mercado ou melhorar as condições de vida da população do Estado do Rio de Janeiro. Somente serão considerados como inovação social àqueles processos, produtos ou serviços que promovam a inclusão social em sua fase de implantação de projeto piloto em área restrita e determinada e/ou transferência de tecnologia [...]. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2008, negrito nosso).

Portanto, com esta lei, demonstra-se que há um interesse em melhorar as condições de vida da população por meio da inovação, e isto só ocorrerá através da inclusão. Dessa forma, as falas das entrevistadas confirmam que existem elementos nos quais se relacionam com a questão da inclusão social dentro do processo, colocando-as a recuperarem autonomia e autoestima através do trabalho com artesanato.

Um dos atores institucionais diz que o Caminhos de Barro é uma vitrine da extensão universitária na Uenf, bem como vem dando frutos dentro e fora da instituição. Porém pesquisas anteriores revelaram que a própria universidade não reconhece em seus documentos oficiais, enviados ao MCTI, como implementada a questão da inovação social prevista pela referida legislação estadual, na qual traz a inclusão social como fator primordial na questão de seus projetos. Dessa forma, há uma confusão entre a percepção institucional de um órgão – Proex - e o registro oficial feito pelo órgão institucional responsável – AgiUenf.

Para as artesãs, o grande diferencial do projeto é o fato de compartilhar algo de bom para a sociedade, como por exemplo, o conhecimento. Sua área de incidência tem se estendido e vai desde os polos satélites, até as próprias casas das artesãs, como veremos adiante:

Quando eu fui defender o meu...também...é...na época de defender a minha...Oh meu Deus do céu...TCC...fugiu agora a mente, eu fui fazer também é...minha pesquisa né, de estudo de caso, então eu peguei crianças aqui da rua pra fazer cerâmica, numa troca, porque muitos que eu pude observar não queriam ir à escola, estavam faltando aulas, não iam à escola, não queriam estudar, muito desinteresse em estudar, e aí eu cheguei até ir à casa de alguns e fazer, conversar né, e aí fazer uma troca...olha se você....criança e adolescente adora mexer na argila né...gosta dessa questão de criar, de produzir...ai meu Deus...aí fiz essa troca...olha se você ir à escola estudar, no horário seguinte você vai lá pra casa e vai mexer na argila... é uma troca, você vai à escola estudar e à tarde, se for de manhã cedo a escola, a tarde ia pra casa, vinha pra casa, se fosse à tarde seria o contrário... e eu fiz, fiz isso, com algumas crianças aqui da escola, da redondeza né, pra poder incentivar ao estudo [...]. (“Madalena”, Artesã).

As protagonistas desse projeto ainda afirmam que o avanço se daria graças ao trabalho verdadeiro e consciente junto a sociedade. São notórios os resultados consistentes, os quais podem ser embasados na vida daqueles que estão ou já passaram por ele. E o mais importante para elas: o conhecimento nunca fica guardado, há uma satisfação no compartilhamento com as pessoas, o que dá suporte

a inovação social. Portanto, a inclusão social só acontece se de fato, houver uma transmissão do conhecimento, e o papel da extensão universitária seria essa via de mão dupla entre os conhecimentos adquiridos através do ensino e da pesquisa transmitidos para a sociedade e que fazem parte dessa missão institucional. Vejamos a opinião das vozes institucionais presentes nesse processo:

Já começa nas relações interpessoais dentro das próprias oficinas que a gente oferece né, não só no curso que é mantido assim, todo semestre, que vai retornar a partir do primeiro semestre né, parou só nesse período de pandemia, mas até 2019 ele acontecia duas vezes por ano, não só no curso, mas nas oficinas, que o Projeto Caminhos de Barro vai aonde, não temos assim, meio que limites entendeu, estamos em todos os lugares, aonde nos convidam a gente vai, qualquer instituição que solicita uma oficina do Projeto Caminhos de Barro a gente vai, dessa forma a gente mantém essa inclusão social, a gente traz também as instituições pra cá, as escolas, dessa forma a gente aproxima também esse ambiente acadêmico de muitas pessoas, inclusive de jovens e adolescentes, crianças e adolescentes, que não conhecem essa realidade de perto, a gente consegue também alcançar isso, além de elevação de renda né, que faz com que a inclusão social aconteça de fato...atendemos também bastante jovens com deficiências, nós temos duas instituições parceiras que são assistenciais a jovens com deficiência, alguma deficiência intelectual, déficit de atenção, uma em SJB outra aqui que é a Apoe, dessa forma promovemos bastante a inclusão social. (“Patrícia”, Gestão do CB).

O legado do diálogo da sociedade com a universidade, os problemas sociais devem ser inseridos em linhas de pesquisa dos pesquisadores locais, e o Caminhos de Barro é um exemplo pois tratou da questão de um grupo de pessoas, começando com as mulheres de oleiros que estavam a margem do processo de produtividade, e pelo processo de extensão são inseridas e se emancipam e trazem o assunto para dentro da universidade, todo projeto de extensão tem esse potencial: de conversar, de legitimizar, de fomentar assuntos de pesquisa, de cientificar a população e não popularizar a ciência, que são coisas diferentes né...uma coisa é você cientificar a população, outra é popularizar a ciência, eu prefiro a primeira. Se você for trilhar a vida dessas pessoas que passaram por esse processo de extensão, certamente você vai notar que elas foram científicas. (“Marta”, Ator institucional).

Eu acho que o papel da universidade é identificar ausências, e neste caso a Uenf, os professores no caso, identificaram essa possibilidade, essa sementinha, então assim, a extensão universitária que aplica o conhecimento produzido, porque quando o “José” pensou o projeto, ele trouxe muita coisa da história de vida, conheço a história de vida dele, ele foi juntando peças, trabalhava aqui no Rio de Janeiro, trabalhava com gênero de mulheres, tinha a questão ecológica, a onde a gente nasceu tem muita cerâmica, a minha mãe teve oficina de cerâmica, e a gente vai juntando, ele vai criando, assim como ele muitos, então essa renovação das práticas, as vezes quando é um

olhar de fora, é mais fácil você identificar é, as ausências ou as possibilidades de quando você está envolvida num determinado meio com seus problemas...então me parece...você vê que esse projeto de extensão nasceu de um projeto de pesquisa, porque foi uma pesquisa que ele acabou promovendo para um projeto induzido pelo governo, que era pra fomentar a indústria cerâmica, aí ele trouxe um projeto totalmente fora do padrão, era um projeto pra engenheiros, não era pensado pra outras áreas, não era pensado para o Centro de Ciências do Homem, ele viu a possibilidade e criou isso, então eu acho que essa possibilidade a universidade tem que trazer, né...as inovações são muito bem vindas na universidade, renovar pensamento, criar...é isso...assim sempre que o pesquisador vai provar o assunto é porque vê que alguma coisa falta, né...ele tem que saber observar a realidade e tem que tentar chegar junto [...]. ("Joana", Gestão do CB).

As percepções das artesãs do projeto juntamente com a institucional confirmam que a necessidade de mudanças, a resolução de um problema local, dão início a uma jornada na qual a Uenf inaugurou a mais de vinte anos, e que vem rendendo frutos significativos tanto na vida das artesãs e suas famílias, quanto na história da instituição.

Há um legado reconhecido por uma parte da universidade, que vê os projetos de extensão como passaporte para a inclusão social, porém há a outra parte que não formaliza esses resultados através de seus NITs, deixando à margem uma condição primordial para o reconhecimento de inovação nas ICTs do Estado do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que os laboratórios de pesquisa também têm entendido esses avanços, fator perceptível nas diversas publicações de artigos em congressos e revistas, bem como trabalhos de monografia, dissertações e teses apresentadas que envolvem o Caminhos de Barro.

5.1.4 Caminhos de Barro e empreendedorismo social

Os focos de inovação social analisados nesta pesquisa são: multiplicidade de atores, resolução de problemas e qualidade de vida voltada para a questão do trabalho. Veremos, neste tópico, que a ligação entre eles pode resultar no empreendedorismo social, sendo entendido como empreendimento cujo modelo de negócio busca combater problemas sociais e melhorar a vida das pessoas.

Enquanto cria soluções para resolver ou pelo menos amenizar mazelas da sociedade, o empreendedorismo social também gera emprego e renda para seus colaboradores. Importante ressaltar que ele não é filantropia ou caridade, mas ações

que visam o lucro. A diferença é que o modelo de negócio o qual se sustenta se baseia na resolução das dores da sociedade e na promoção da qualidade de vida das pessoas.

Podemos perceber com as entrevistadas que o empreendedorismo já faz parte de suas vidas há algum tempo, tendo em vista ser uma das parceiras nesse processo a Associação de Mulheres Empreendedoras (AME), fruto da mobilização do Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em companhia com o governo federal desde 2008, dentro do programa de Rio Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, do qual veio o primeiro incentivo para a formação e formalização de uma associação com interesses afins.

A AME utiliza a estrutura da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares (Itep) que se localiza na Uenf. Atuando como parceiros, a associação, a incubadora e o Caminhos de Barro, têm como maior objetivo por meio dessa organização, a transformação desses grupos em uma cooperativa. Porém, antes disso é preciso estar com um bom número de vendas para ter sustentabilidade (LEITÃO, 2013).

Para as artesãs, o escoamento das peças é percebido como um dos principais desafios do projeto, levando-as a buscarem possíveis soluções para o problema. Recentemente a internet é usada como principal meio de divulgação e comercialização, mas nem sempre foi assim. Antigamente, elas eram feitas somente em eventos através de *banners* e *folders* ou em canais de televisão abertos. Mostrar nas redes sociais de grande público, como Facebook e Instagram, vídeos e fotos de como as peças são produzidas, bem como a técnica utilizada é uma forma de valorizar ainda mais este trabalho.



Figura 12: Peças para venda na loja on-line Caminhos de Barro
Fonte: Instagram @lojacaminhosdebarro.



Figura 13: Peças para venda em loja on-line Caminhos de Barro.
Fonte: Instagram @lojacaminhosde barro.

O empreendedorismo social é visto, pelos autores tratados, como a junção de dois componentes: o indivíduo e os problemas sociais que o cercam. Uma das

identificações trazidas por Mair e Martí (2006) é que empreendedorismo social vincula o social com o comercial. Isto é nitidamente percebido no projeto, no qual há um grande interesse de se obter lucro através das peças produzidas. Mas, para se chegar nesse caminho, é necessário vencer alguns obstáculos.

Com a pandemia da Covid-19, essa pretensão pode se manifestar de forma bem incisiva. A vontade de empreender dessas mulheres aumentou ainda mais, tendo em vista que elas tiveram de parar suas ministrações de aulas presenciais e se voltaram para os ateliês dentro de suas casas, aumentando significativamente sua produção e promovendo a divulgação das peças através dos perfis em redes sociais. Quando perguntado sobre a possibilidade de empreender, a resposta veio de forma unânime:

Eu tenho meu MEI minha filha, eu estou empreendendo com cerâmica, tenho meu ateliê, tenho meu MEI, eu hoje né...eu dou aula, eu tenho meu ateliê, e abri meu MEI, eu sou empreendedora se você quer saber...(risos)... É super possível, o que não pode é as pessoas se acomodar muitas das vezes diante da bolsa e se acomodar, aí essa questão de se acomodar é que acaba...é...deixando de crescer (...) Mas quando você decide que quer mudar a sua história, você empreende e vai longe. ("Maria", Artesã).

A instituição também consegue enxergar esse novo caminho como uma forma de divulgar o trabalho para além de Campos dos Goytacazes e região, podendo atingir patamares mais altos.

Olha eu acho que a gente tem as redes sociais, sabendo usar, hoje muito ajuda...tem...tem...hoje tem mais espaço porque pode contactar com alguma loja em São Paulo, que a gente sabe que vende muito, fica com lucro enorme mais põe as peças nas grandes cidades, hoje a gente tem Internet, eu tô acompanhando uma das artesãs já... está... abriu uma página, ela está em São Paulo agora, eu acredito, não é fácil você comercializar, isso é uma pedra no caminho, mas me parece que hoje, com as redes sociais, a todo e mercado, que você pode divulgar, que você pode oferecer suas peças, vender suas peças, então me parece que hoje, essa questão já é conhecido, as redes sociais devem ajudar muito, mais do que ainda se explora, me parece que a que se incentivar mais, porque o Caminhos de Barro tem suas redes sociais, por exemplo agora eu vi que estão expondo em Atafona, porque incentiva, há um acompanhamento a mais, fazer um projeto mais de venda mesmo, venda, envio, talvez não tenha, não sei...acredito que empreender hoje com a Internet tem sido facilitado, há formas de você faturar, de você receber, eu vejo assim, eu tô acompanhando assim essa arte do artesanato, dessa arte mais popular... amo, então eu vejo assim, tem lojas, tem os próprios artesãos, tem muita gente no Nordeste que faz (...) que vende, envia

pra todo o país, parece que hoje há um pouco mais de facilidade desse caminho que tem que ser explorado. (“Joana”, Gestão CB).

O desejo das entrevistadas é que órgãos públicos e, até mesmo o próprio projeto, abracem essa perspectiva do empreendedorismo social como meta. Um sonho de uma das artesãs seria criar em São Sebastião de Campos um polo de cerâmica, com reconhecimento regional pelo artesanato feito a partir da argila, e fazer da arte da cerâmica um negócio criativo, lucrativo e sustentável. Porém, para isso acontecer através da extensão universitária, seria necessário um envolvimento político da universidade a qual levaria a proposta até as instâncias superiores do país, insistindo que conste a questão do empreendedorismo social em uma de suas linhas de extensão.

5.2 Entrevistas com atores institucionais

5.2.1 O papel da Extensão Universitária como resolução de problemas da sociedade

A extensão universitária aparece hoje como um dos caminhos mais adequados para a mitigação dos graves e complexos problemas da sociedade. A participação das universidades nas políticas públicas através de projetos de extensão é de total relevância para a mediação e implementação destas, como também, na contribuição para qualificação e aumento da consciência crítica da população, além do fortalecimento de seu poder cidadão, o qual só será possível através do acesso ao conhecimento, do aumento da mobilização e da participação social.

Com a extensão universitária, a população não inserida de maneira formal nas IES tem a oportunidade de adentrar neste universo através de projetos e programas os quais oferecem editais com bolsas de estudo. A Uenf tem, em sua Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, atingido patamares cada vez mais altos, criando em 2004 um programa chamado Universidade Aberta, como uma forma de incorporar essas pessoas dentro do convívio com meio acadêmico.

A existência de programas institucionais de fomento às atividades de extensão são importantes indicadores de avaliação da extensão universitária, senão vejamos como se deu esse processo:

Sim, a gente, naquela época né, a gente fez o programa, a gente construiu o programa universidade aberta da Uenf [...] é [...] a Uenf contava com...conta ainda com recursos pra bolsas e [...] e primeiro a gente verificou que esse programa ainda não tava completamente, não tava pleno, os recursos não estavam sendo plenamente usados, então a gente tinha uma margem pra trabalhar com recursos que não estavam sendo utilizados pela universidade...então facilita um pouco né, porque se você tem recursos que ninguém tá usando e você pode usar com uma certa folga aí...então isso foi um fator positivo que ajudou a gente a fazer a implementação do Programa Universidade Aberta na Uenf, então nós fizemos, nós traçamos esse Programa Universidade Aberta da Uenf [...] eu me lembro que esse nome foi professor “Sansão da Silva” o, “Sansão”, da química que sugeriu [...] professor “Sansão”, a gente chama assim carinhosamente...professor “Sansão” né, professor [...] do laboratório de química [...] e [...] ele era o diretor administrativo na época [...] e aí a gente conversando sobre o programa, eu falei assim [...] ah [...] estamos querendo fazer isso e tal, tem essa característica, a gente vai, quer colocar bolsas pra quem não é só aluno, mas pra quem é de fora, que possa se unir aos projetos e tal [...] ele falou poque que vocês não colocam Programa Universidade Aberta da Uenf [...] eu falei amei esse nome [...] então vamo colocar. Tudo que a gente fazia era com muita participação das pessoas [...] sabe [...] a gente [...] eh [...] se reunia, debatia na Câmara de extensão né, de assuntos comunitários, e fazia uma construção coletiva realmente [...] então [...] ninguém fez nada sozinho, foi uma construção coletiva [...]. (“Marta”, ator institucional).

Essa participação ativa da sociedade dentro do meio universitário facilita o diálogo entre os pares e instiga cada vez mais as pesquisas acadêmicas. As universidades, com esse ponto voltado para a pesquisa, estabelecem uma relação direta com a sociedade no intuito de fazer um diagnóstico da realidade local, detectar os problemas existentes e propor soluções através da implementação de seus projetos. É deste viés que a inovação social precisa para estreitar uma parceria entre múltiplos atores, os quais vão desde pesquisadores envolvidos em seus projetos, estudantes, técnicos e, finalmente, à sociedade civil. Vejamos outra fala institucional:

[...] que eu me lembre né, vários projetos do CCTA... de ah...que são em conjunto uma área, por exemplo, agrária, na área da agronomia, que eu tô me lembrando aqui agora, puxando pela memória né, então assim...eh....questões que o produtor rural passa né, e que ele traz pra universidade e a universidade elabora dentro do que é o programa de extensão e dá o retorno, então quer dizer, isso traz, ele roda aí né, ele traz uma questão de que é da extensão pra fora, pra dentro da universidade, fomenta os assuntos de pesquisa dentro da universidade da área daquele professor que tá atuando e retorna pra sociedade...é...como uma...um...uma...um possível caminho pra resolver aquela questão. (“Marta”, ator institucional).

Sim, atua, fortemente o CCT foi um dos projetos, dos centros que mais cresceu em termos de extensão o que me surpreendeu bastante e

uma das áreas temáticas é a tecnologia, uma dessas 8 áreas temáticas é a tecnologia, dentro desta tecnologia você tem as subáreas dela, então os projetos de extensão vinculados à tecnologia eles são grandes e acho que você já começou a sua fala sobre o projeto Caminhos de Barro, que envolve também um conhecimento tecnológico sobre as nossas jazidas de argila, a qualidade dessas argilas e deste solo e isso requereu um pouco também do conhecimento tecnológico pra saber da qualidade dessa argila se ela serviria ou não, um dos exemplos é esse, o outro que nós temos é o bagaço de cana, que é utilizado também das bagaceiras, a gente chama das bagaceiras né, do projeto de aproveitamento de reciclagem dos resíduos da cana de açúcar, do bagaço da cana, pra fazer peças artesanais também, é entre outro, temos a reciclagem de materiais que são tratados e transformados também, outro projeto de extensão do CCT, então a área tecnológica ela é bem contemplada. (“João”, ator institucional).

A preocupação das pesquisas acadêmicas com o meio ambiente pode ser notada em diversos projetos de extensão, e no Caminhos de Barro, essa preocupação não foi diferente. Pesquisas relacionadas à extração da argila na região do Norte Fluminense e ao descarte do material por parte das indústrias de cerâmica foram uma das molas propulsoras para o nascimento de uma nova atividade, a qual daria utilidade para esse material evitando seu descarte na natureza. Os laboratórios de pesquisa da Uenf vêm trabalhando estas e outras questões na produção das peças de artesanato, tanto com o aproveitamento ao máximo da matéria prima utilizada, quanto a sua resistência à queima, sendo este o último processo.

Para as discussões políticas, não podemos deixar de fora a atuação presente do Forproex, encontro de Pró-Reitores de Extensão de todas as instituições de ensino superior que praticam a extensão universitária no Brasil. A Uenf participa ativamente, inclusive nos últimos anos atuou como representante do polo da regional Sudeste do fórum, um dos mais importantes, haja vista onde está concentrada importantes universidades do país. Uma grande questão apontada por um ator institucional é a conquista da curricularização da extensão nos cursos de ensino superior, petição presente desde as primeiras edições do fórum, aprovada no ano de 2018 que finalmente será implementada no ano de 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante análise dos dados coletados, foi possível afirmar que consta inovação social no Projeto de Extensão Universitária Caminhos de Barro, estando, contudo, este tipo de inovação inserido em suas ações. Mas vale ressaltar que esta cultura institucional estava pendente na Uenf. Importante observar a falta de registro documental da instituição, até o ano de 2013, sobre a implementação determinada pela Lei de Inovação do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 5. 361/2008) em seu relatório Formicit⁵⁴, principal instrumento de diagnóstico da política de inovação efetuado pela AgiUenf.

Desde sua formulação e criação na Uenf, a agência está voltada fundamentalmente para promover inovações tecnológicas dentro da universidade, deixando de lado a dimensão social e obrigação determinada pela legislação estadual. Cabe ressaltar que, segundo o Consuni de 4 de novembro de 2011 (resolução nº05/2011), é de competência da agência atuar como gestora da política de inovação na universidade, em conformidade com aquela lei estadual. Entretanto essa discussão ainda permanece pendente.

O Caminhos de Barro atua há quase 22 anos consolidado como um dos mais longevos e reconhecidos projetos de extensão inovadora da universidade, somando conquistas graduais e enfrentando desafios crescentes perseguidos durante toda a sua trajetória até os dias atuais. Todos estes fatores traduzem na prática extensionista uma série de variáveis relacionadas a aplicação do conceito de inovação social, ou seja, para que a sua execução de fato aconteça, são necessárias ações articuladas presentes em seu escopo.

O que pôde ser verificado é que a universidade não prioriza nem discute a inovação social como tema de agenda prioritário na sua política de geração de inovação e, com isso, agrava a baixa capacidade de identificar e reconhecer a inclusão social como um dos seus componentes, a qual fere a condição prevista na legislação estadual que deveria ser uma marca de distinção da Uenf como ICT em sua região de atuação. Importante destacar por meio de pesquisas anteriores a evidência da AgiUenf não possuir um apoio jurídico até o ano de 2013, o que dificulta ainda mais o entendimento pleno da legislação, bem como de outras pertinentes a ela.

⁵⁴ Instrumento de avaliação da inovação nas ICTs do governo federal.

Também é possível perceber que o referido órgão responsável pela gestão da inovação dentro da universidade não mantém um diálogo direto com a Proex/Uenf, o qual dificultaria ainda mais esta articulação e o resgate desse importante registro e inventário de inovação social.

Pode-se dizer que o Projeto Caminhos de Barro mantém, além da relação institucional com a Proex/Uenf, parcerias com a Itep, porém esta não mantém uma relação institucional integrada com a referida pró-reitoria, tampouco com a AgiUenf, ressaltando ainda mais essa falta de interação e diálogo institucional, o qual resulta, conseqüentemente, a ausência de registros de inovação social em documentos oficiais, bem como um ambiente de discussão e cooperação sobre a matéria.

Para os atores institucionais entrevistados, o Projeto Caminhos de Barro reflete-se como o “carro chefe” da Uenf em termos de extensão universitária, contando, inclusive, com uma sede própria e equipada dentro do seu campus e, por meio dela, são geradas atividades que, combinadas a extensão universitária, fazem da inovação social sua principal ação.

A extensão universitária, aqui entendida como uma política pública educacional, iniciou-se na Uenf, inspirada no modelo da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que reproduz o modelo americano com atividades extensionistas voltadas para questões mais agropecuárias. Porém, com a institucionalização da Proex em 1999, liderada pela gestão na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da professora Lana Lage, proveniente do recentemente criado Centro de Ciências do Homem (CCH) no início dos anos 2000, novas perspectivas e críticas ao modelo de extensão tradicional foram alcançadas na instituição.

O modelo original passa a ganhar novos moldes a partir da constituição de seu último centro de pesquisa, o CCH, o qual foi mudando a correlação de forças e atualizando o setor, levando-o a atuar de maneira mais enérgica para assuntos relacionados as populações de baixa renda da região. Lembramos que neste contexto e clima político surge também o Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais que trará a cena uma nova agenda de temas e assuntos para estudos dentro da Uenf.

Nesse clima de ideias, juntamente com a institucionalização da extensão universitária por meio da Proex, no ano de 2000 deu-se início ao projeto “Arte, Educação e Cidadania: Oficina de Arte e Cerâmica Caminhos de Barro” com o objetivo de criar um espaço alternativo para a educação e formação artística, cultural e técnica da comunidade local, no intuito de contribuir para o desenvolvimento da cidadania e

do polo de cerâmico regional, buscando promover a geração de renda para as mulheres do distrito de São Sebastião de Campos, tendo como recorte inicial a situação de gênero, a preservação do meio ambiente e ampliação da participação social através da cultura.

Leitão (2013) aponta ainda, como diferencial do projeto, este pôde ser pontuado no compromisso com a valorização da cultura local, por meio da pesquisa sobre ícones, histórias, lendas, referências as quais acabaram conferindo especificidade à cerâmica desenvolvida.

Desde então, o projeto não parou de crescer, tanto em níveis territoriais como de conhecimento. A formação das artesãs como multiplicadoras e a difusão do conhecimento adquirido para além dos muros da universidade impulsionou a expansão da arte cerâmica para que novos sujeitos pudessem partilhar conhecimentos pelo aprendizado do artesanato com barro, uma experiência de trabalho criativo e colaborativo.

O caso do Projeto Caminhos de Barro reflete como um importante propagador de inovação social na região Norte Fluminense, conseguindo sintetizar e perpassar por meio de sua filosofia, suas ações e seus atores características encontradas nos conceitos de inovação destacados por uma diversidade de autores sobre o assunto.

Observa-se que o projeto conta com variados protagonistas sociais envolvidos, os quais vão desde artesãos, corpo docente, corpo discente, técnicos e comunidade em geral. Essa interação nasce da vontade de um reconhecimento institucional, via ações as quais refletem na qualidade de vida dos principais sujeitos envolvidos, uma vez que são eles os principais interessados em colocar a mão na massa e fazer aquilo dar certo.

A busca pela qualificação para o trabalho e geração de renda, bem como autonomia e transformação social, é que fazem com as quais essas pessoas envolvam-se ao ponto de gerarem nos seus pares a mesma vontade de almejar uma vida diferente.

Pode ser aqui verificado que essa vontade se torna de fato realidade à medida a qual as artesãs, antes com reduzidas expectativas de vida e autoestima, cresceram montando seus próprios negócios e empreendimentos na intenção de poder comercializar sua arte e lucrar de maneira justa com o próprio artesanato. A visão da qual estas pessoas querem viver de assistencialismo por meio de bolsas fornecidas

pela universidade e não se importam com os lucros alcançados pelas vendas, caem por terra com os fatos aqui constatados.

Dado o exposto, vale destacar que o projeto não deixa de apresentar uma forte inclinação ao empreendedorismo social. Junto à vontade de empreender e obter lucros os quais permitam melhorarem as condições de vida, há também a de multiplicar conhecimento, não só no artesanato, mas em todas as áreas. Isso vem ao encontro com o próprio ambiente que, desde o início (na aprendizagem), já contagia os participantes, os quais o cultivo do espaço supera a teoria.

Mas para que isso aconteça, serão necessárias as microempreendedoras contarem com a ajuda do poder público angariando linhas de financiamento, a qual somente consistirá pela extensão universitária, caso o empreendedorismo social estivesse em pauta para discussão junto ao Forproex e fosse incluído em seus documentos oficiais.

Porém este desafio não encontra respaldo em documentos oficiais referentes ao assunto, pois não consta a definição de empreendedorismo social na área temática VII Tecnologia e Produção⁵⁵ e na Linha de Extensão nº 14⁵⁶, como diretriz para elaboração de projetos, ficando estes campos preenchidos apenas pelo empreendedorismo clássico.

O empreendedorismo social associado à comunicação por redes sociais aparece como uma grande vertente para atender os anseios do Caminhos de Barro e um obstáculo a ser superado pelas artesãs.

Entendemos o desafio ser muito grande, porém os atores protagonistas estão prontos para enfrentá-los, contando mais uma vez com o apoio da universidade, uma vez que o projeto mostrou, ao longo desses anos, tantos avanços e conquistas. Talvez isso se tornaria mais claro se representantes de projetos institucionais tão tradicionais na Uenf, como o Caminhos de Barro, pudessem ter uma cadeira de assento direta junto à Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários. Vale ressaltar que o estatuto da universidade não prevê a participação desse ator como representante da extensão universitária⁵⁷.

⁵⁵ Novo Manual de Extensão Proex (2008, p.14).

⁵⁶ Novo Manual de Extensão Proex (2008, p.18).

⁵⁷ O estatuto da Uenf prevê a participação na Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários a participação dos representantes dos professores, técnicos e alunos.

Isso nos leva a percepção na qual apesar de um dos pilares da extensão universitária ser a via de mão dupla, ficaria essa apenas no discurso, pois as evidências trazidas pelas entrevistas realizadas com atores institucionais nos mostram uma ausência de troca de conhecimento com a sociedade, em contrapartida, uma preocupação em mostrá-las como a instituição vem cumprindo sua missão extensionista.

Talvez um dos caminhos que podem gerar mudanças significativas nesse cenário seria a curricularização, repensando a extensão universitária não só institucionalmente, mas com a absorção de cultura e conhecimento que vem também da sociedade.

A proposta inicial do Projeto Caminhos de Barro, de trabalhar com a geração de emprego e uma renda mínima para pessoas excluídas do mercado de trabalho em um distrito da Baixada Campista, veio ao encontro de conceitos clássicos de inovação social ainda no século XX, os quais se mantêm vivos e aplicáveis até os dias atuais.

Mesmo em meio as dificuldades, os problemas agora são outros e ainda maiores, nos quais as artesãs multiplicadoras de conhecimento e empreendedoras sociais tornem seus negócios viáveis economicamente, fazendo surgir, a partir dessa atividade, outro meio de organização - as cooperativas de cerâmica artesanal na comunidade de São Sebastião de Campos.

A crença nessa potencialidade produtiva, organizativa e associativa do grupo deriva da força de sua trajetória, conformação identitária, interesses comuns e da sua localização estratégica no cenário regional. Presume-se que esta situação poderá crescer e expandir-se, se contar com o auxílio das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICS) e das ferramentas da comunicação eletrônica. Estas são algumas das questões e anseios identificados, os quais ficaram em aberto e que podem ser utilizados como motivos e sugestões para pesquisas futuras envolvendo o Projeto Caminhos de Barro.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, J.; RIZZO, I.; GARCIA, F. **Caminhos de Barro: nossa história**. Edição 1. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2020. 134p.

ALMEIDA, A. L. **Do Humanismo ao Assistencialismo: o CRUTAC no Estado Militar (1966-1985) (O caso do Rio Grande do Norte e do Maranhão)**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2011.

ALVARES, S. C. A pedagogia artesã como práxis educativa em culturas populares tradicionais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, ed. 186330, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/i7qSyhfhNYzh8Hc3xVYhKXm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2022.

ALVORD, S.H.; BROWN, L.D.; LETTS, C.W. Social Entrepreneurship and Societal Transformation: An Exploratory Study. **Journal of Applied Behavioral Science**. v. 40, e. 3, p. 260-282, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0021886304266847>. Acesso em: 23 fev. 2022.

ANDRADE, F. F.; DIAS, C. R. P. Desenvolvimento social e dimensões da pobreza: uma análise do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) na região de Bocaiúva-MG. **Desenvolvimento em Questão**, v.7, n.14, p. 143-172, jul./dez.2009. disponível em: <file:///Users/suelenribeirodesouza/Downloads/176-Texto%20do%20artigo-657-1-10-20111021.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.

ASHOKA. **Innovators for the Public**. 2010. Disponível em: www.ashoka.org. Acesso em: 28 jan. 2022.

BACCHI, S. V. **O impacto da Lei de Inovação na criação do núcleo de inovação tecnológica da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF**. 2014. 126 f. Mestrado (Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes-RJ, 2014.

BAJPAI, A. “Valor Público” como uma estrutura normativa: análise comparativa e reformulação da cultura administrativa na Índia e no Nepal. **Revista Culturas Jurídicas**, Niterói-RJ, v. 3, n. 6, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/44669/28740>. Acesso em: 10 out. 2021.

BARBOSA, D. B. **Direito da Inovação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 177 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BARROS, E. P., BARRETO, M. G. Avaliação de projetos sociais: estudo de caso do Projeto Caminhos de Barro. *In*: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. VII, 2016, Ouro Preto. **Anais [...] eletrônicos**. Ouro Preto: UFOP, 2016, p. 1-15. Disponível em:

https://cbeu.ufop.br/anais_files/f7e7b89b15f3b18886c1489d590803c1.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

BEHRENS, M. A. Paradigma da complexidade na prática pedagógica dos professores universitários: inovações epistemológicas e tecnológicas para ensinar e para aprender. In: CAVALCANTE, M.M.D. et al. **Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola, a formação de professores e a sociedade**. Fortaleza: Editora da UECE, p. 1-19, 2015. Disponível em: <http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro4/11.%20INOVACÖES%20NAS%20PRÁTICAS%20PEDAGÖGICAS%20NA%20EDUCAÇÃO%20SUPERIOR.pdf> . Acesso em: 13 jun. 2022.

BÉLANGER, P. R., LAPOINTE, P.-A.; LÉVESQUE, B. Workplace Innovation and the Role of Institutions. In: ANTHONY, G.; BELANGER, J.; LAPOINTE, P.-A.; MURRAY, G. (dirs). **Work and Employment Relations in the High Performance Workplace**. 1 ed. Continuum, p. 150-180. 2002.

BIGNETTI, L.P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, jan./abr, 2011. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040/235. Acesso em: 18 mar. 2021

BONI, V; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis-SC**, v. 2, n. 1, p. 68-80. janeiro-julho/2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 18 mar. 2021

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Sérgio Miceli (org). São Paulo: Perspectiva, 2013. 361f.

BRASIL. **Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Legislação, Brasília-DF, nov. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Legislação, Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

_____. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Legislação, Brasília-DF, 14 de maio de 1996a. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília-DF, dez. 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

_____. **Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Legislação, Brasília-DF, 2 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 10 out. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Novo Coronavírus (Covid-19): informações básicas.** Biblioteca virtual em saúde. Brasília, 2020. Disponível em: <https://bvsm.saude.gov.br/novo-coronavirus-covid-19-informacoes-basicas/>. Acesso em: 10 out. 2021.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais**, Revista Interinstitucional de Psicologia. v. 6, n. 2, pp. 179-191, jul -dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202013000200003. Acesso em: 10 out. 2021.

CAMINHOS DE BARRO. **Aula Inaugural Curso Arte e Cerâmica.** [2015]. Fotografia. Disponível em: <http://caminhosbarro.blogspot.com/2015/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. **Aula APOE.** [2015]. Fotografia. Disponível em: <http://caminhosbarro.blogspot.com/2015/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. **Abertura da VI Mostra de Extensão IFF, UENF e UFF.** [2015]. Fotografia. Disponível em: <http://caminhosbarro.blogspot.com/2014/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. **Caminhos de Barro.** [2022]. Fotografia. Disponível em: < <https://www.instagram.com/caminhosdebarro/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

_____. **Cerâmica em tempos de coronavírus.** [2020]. Fotografia. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CFy_wj0j64y/. Acesso em: 18 mar. 2022.

CARDOSO, C. M. Ciência e Ética: alguns aspectos: **Ciência e educação**, São Paulo, v. 5, n.1, p. 01-06, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/RTCjK9SZZ3tCCjfMPzVSgPg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CARTA: falas, reflexões, memórias / informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro. Número 10. Brasília: Gabinete do senador Darcy Ribeiro. ISSN: 0103-958X.

CASSIOLATO, J. E.; SZPIRO, M. **Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais no Brasil.** Proposição de Políticas para a Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro, Pequenas e Médias Empresas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistema de Inovação e Desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 34-45, jan./mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/9V95npxV66Yg8vPJTpHfYh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso no dia 20/02/2022.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CHRISPIM, Z. M. P. **Levantamento e caracterização de materiais geológicos das regiões norte e noroeste fluminense para produção de engobes**. 2011. 107 f. Mestrado (Engenharia Civil) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes - RJ, 2011.

CIRQUEIRA, J. S.; Oliveira, D.G.S.; Queiroz, L.F.S.; Jesus, Silva, N.A.; L.S. **Ciência e senso comum: Boaventura e as críticas a visão bachelardiana**. **Kínesis**, Marília, v. 9, n. 21, p. 95-104, dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/7753>. Acesso em: 19 set. 2020.

CLOUTIER, J. **Qu'est-ce que l'innovation sociale?** Cahier de recherche du CRISES, n. ET0314, Montreal: UQAM, 2003. Disponível em: [file:///Users/suelenribeirodesouza/Downloads/Cloutier2003InnovationSociale%20\(1\).pdf](file:///Users/suelenribeirodesouza/Downloads/Cloutier2003InnovationSociale%20(1).pdf). Acesso em: 19 set. 2020.

COLÉGIO LEÔNCIO PEREIRA GOMES. **Leôncio com Novo Visual**. [2003]. Fotografia. Disponível em: <http://celpgomes.blogspot.com/2012/03/leoncio-com-novo-visual.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CONDE, M. V. F.; ARAÚJO-JORGE, T. C. Modelos e concepção de inovação: a transição de paradigmas, a reforma da C&T brasileira e as concepções de gestores de uma instituição pública de pesquisa em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 3, p. 727-741, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TCKZLXPY8wKXbRkkPgyRppw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2020.

COUTINHO, J. C. S. **Indústria Cerâmica de Campos: um retrato em preto e branco**. 2005/06. 115 p. Mestrado (Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ. Rio de Janeiro, 2005/06.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 19-34. ISBN 978-85-7879-327-2. Available from SciELO Books. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7hbdt/pdf/dagnino-9788578793272-04.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

DARRÉ, J. P. **A produção do conhecimento para a ação: argumentos contra racismo da inteligência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. 268 f.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 97F.

DINIZ, F. P. **A Extensão Universitária como instrumento de política pública**. 2012, 142 f. Mestrado (Sociologia) - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Universidade Federal de Goiás, Goiás–GO, 2012.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. **Universities in the global economy: a triple helix of University-Industry-Government relations**. London: Cassel Academic, 1995.

ETZKOWITZ, H.; TERRA, B. R. C. A Universidade Empreendedora e a Sociedade da Nova Era. In: **Anais** Seminário Business in Knowledge. Rio de Janeiro: Set. de 1998.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from national systems “mode 2” to tripe helix of university-industry-government relations. **Research Policy**, Amsterdam, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048733399000554>. Acesso em: 1 mar. 2022.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4gMzWdcjVXCMp5XyNbGYDMQ/?lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2022.

FACHINELLI, A. C.; D'ARISBO, A.; MACIEL, E. de M. A importância da inovação social e da economia criativa como indutores para o desenvolvimento sustentável. **Internacional Journal of Knowledge Engineering and Mangement**, Florianópolis, v. 3, n. 5. p. 276-293, mar./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ijkem/article/view/81665/46342>. Acesso em: 1 mar. 2022.

FAGUNDES, J. A função social da universidade medida pela extensão. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 103-111, 1978.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994. 143 p.

FAZENDA, I. C. A. Avancées théorico-méthodologiques de la recherche sur l'interdisciplinarité au Brésil. In: LENOIR, B. Rey; FAZENDA I. C. (Orgs.), **Les fondements del'interdis-ciplinarité dans la formation à l'enseignement** Sherbrooke: Éditions du crp, 2001.

FLEXOR, G., LEITE, S. Análise das políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: LIMA, E. N.; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Orgs.) **Mundo rural IV: configuração rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007. 372 p.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editais, 2001. 65 p.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária – Renex**. Manaus, 2012.

FORPROEX. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

FREEMAN, C.; SOETE, L. **The Economics of Industrial Innovations**. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1997.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 24, 1983. 93 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora da Unesp, 2000. 63 p.

FREIRE, R. B. Repensando a extensão universitária. **Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília** - A Extensão na Sociedade do Conhecimento, Brasília, n. 7, jul. 2000. (Edição especial).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 253 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 25.ed. São Paulo: 2002, p. 44.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 116 p.

FONTAN, J. M. Innovation sociale et société civile québécoise. **Possibles**, v. 22, n. 3-4, p.116-135, 1998.

FONTAN, J.-M.; KLEIN, J.-L.; TREMBLAY, D.-G. La mise en oeuvre de l'innovation socio-territoriale. *In*: FONTAN, J.-M.; KLEIN, J.-L.; TREMBLAY, D.-G. (dirs), **Innovation socio-territoriale et reconversion économique**. v. 6, n. 2, p. 115-128, 2004.

FURTADO. C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 126 f.

GANTOS, M. C.; MARTINEZ, S. A. O percurso da Oficina de Arte Cerâmica Caminhos de Barro. **Revista Nuevamerica**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 103, p. 28-34, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002. 176 f.

GIL, A. C. **Estudo de caso**. 1. ed. v. 1. São Paulo: Atlas, 2009. p.148.

GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005. 107 f.

GROSSMAN, E.; et al. **A escuta sensível**: Interface Comunicação Saúde Educação, v. 12, n. 25, p. 309–324, 2008.

GUERRA, E. L. de A. **Manual da Pesquisa Qualitativa**. Editora Grupo Anima Educação. 2014. pp. 11/16.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação**. São Paulo: Cortez; Universidade Federal do Ceará, 1986.

HALL, R., TAYLOR, P. **As três versões do neo-institucionalismo**. São Paulo: Lua Nova, n. 58, 2003.

HÖFLING, E. de M. G. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lqjpc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2021.

IBGE. **Campos dos Goytacazes (RJ). Cidades@**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 26 dez. 2021.

JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. *In*: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2. 2004, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2021.

JULIANE, D. Inovação Social: uma revisão sistemática de literatura. *In*: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, X, **Anais**, 2014. Instituto Federal de Santa Catarina. ISSN 1984-9354. Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0269.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

KANTER, R. From spare change to real change: The social sector as beta site for business innovation. **Harvard Business Review**, v. 77, n. 3, p. 122-133, 1999. Disponível em: <https://hbr.org/1999/05/from-spare-change-to-real-change-the-social-sector-as-beta-site-for-business-innovation>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LAGO, M. G., ZURBRIGGEN, C. Co-creando valor público. Desafíos pendientes para América Latina. **Revista Iberoamericana de Ciência, Tecnología y Sociedad - CTS**, v. 10, n. 30, p. 143-171., set. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/924/92441742006.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LALLEMAND, D. et l'ANAS-FNARS. **Les défis de l'innovation sociale**. Issy-les-Moulineaux: ESF Editeur, 2001.

LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**. ISSN 1678-7730 Nº 73 – FPOLIS, ago., 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2176/4455>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LEITAO, A, B. **Farinha pouca, meu pirão primeiro**: cultura, desenvolvimento e o setor criativo do artesanato no Norte Fluminense. 2013, 203 f. Mestrado (Políticas

Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes - RJ, 2013.

LIGHT, P. **Social Entrepreneurship Revisited**. Stanford Social Innovation Review, Summer: p. 21-22, 2009.

LIMA, J. G. L. de. **As políticas de inclusão social e a Agenda das Instituições de Apoio à Ciência e Tecnologia: o caso do CNPq**. 2008. 133 f. Mestrado (Profissionalizante em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2008.

LIMA, M. M. T.; DAGNINO, R. P.; FONSECA, R. Um enfoque tecnológico para inclusão social. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. I, n. 2, p. 117-129, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/976/698>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. W. **Políticas Públicas: Conceitos e Práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

LOPES, F. A. S. **A Economia Solidária na Extensão Universitária: um estudo de caso sobre a atuação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**. 2021. 160 f. Mestrado (Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes - RJ, 2021.

LYCURGO, T. Inclusão Social e Direito: por uma Democracia Constitucional. **Revista Trabalhista Direito e Processo** (2008): 85-94. Disponível em: <https://entrelacosdocoracao.com.br/2010/06/inclusao-social-e-direito-por-uma-democracia-constitucional-5/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MAIR, J.; MARTÍ, I. **Social Entrepreneurship Research: A Source of Explanation, Prediction, and Delight**. **Journal of World Business**, v. 41, e. 1, p. 36-44, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jwb.2005.09.002>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E. da C.; TAVARES, D. E. A escuta sensível - prática do docente interdisciplinar no ensino médio. **Revista Interdisciplinaridade**, São Paulo, v.1, n. 6, - abr. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/22624/16406>. Acesso em: 20 out. 2021.

MATTAR, S. **Sobre arte e educação: entre a oficina artesanal e a sala de aula**. Campinas: Papirus. 2010. 208 f.

MAY, R. A Coragem de criar. In: Octavio Ianni (Org.). **Sociologia**. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. v. 10. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MELLO NETO, J. F. Extensão universitária: bases ontológicas. *In*: MELLO NETO, J. F. (Org.) **Extensão universitária: diálogos populares**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2002. p. 13-31.

MENDONÇA, L. de O. S.; FARIAS, I. M. S. Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. **Revista Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP/ v. 30, n. 63, p. 1-7, 2020. eISSN 1981-8106 e 28 [2020]. Disponível em: <file:///Users/suelenribeirodesouza/Downloads/14553-Texto%20do%20artigo-81308-2-10-20200831.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MONTEIRO, A. O que é a Inovação Social? Maleabilidade Conceitual e Implicações Práticas. **Dados**, v. 62, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/TgyQQ73yL9qF5R3xvSS3J9L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2021.

MORAES, F. A. Interdisciplinaridade como prática. *In*: BEMVENUTI, V. L. S. (org.). **Cadernos de Extensão UNISINOS II**. São Leopoldo: Editora Unisinos. p. 9-18. 2000.

MOREIRA, I. de C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 11-16, abr./set. 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100513>. Acesso em: 19 set. 2021.

NEGRÃO, P. M. L. S.; CABRAL, F. G. C. A. Semana do Fazendeiro: avanços e Transformações. *In*: SOUZA, D. T. de; MORENO, A.; NEVES, C. A; VIEIRA, L. B. (orgs.). **Práticas e Reflexões na Extensão Universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa-MG. Editora UFV, p. 172-198, 2017.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual. *In*. FARIA, D. S. de (org). **Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília. Editora UNB. 2001.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PALMEIRA, R. L; et al. As metodologias ativas de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia: a utilização dos recursos tecnológicos na educação superior. **HOLOS**, ano 36, v.5, e10810, 1-13, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2020.10810>. Acesso em: 19 set. 2021.

PASINI, C. G. D.; CARVALHO, E.; ALMEIDA, L. H. C. A Educação Híbrida em Tempos de Pandemia: Algum as Considerações. **Observatório Socioeconômico da COVID-19**. Santa Maria – UFMS, p. 1 - 9. 2020. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussao-09-Educacao-Hibrida-em-Tempos-de-Pandemia.pdf>.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 19 set. 2021.

PEDROSA, A. C. O.; MAGDALENA, P. C. Contratualização de resultados: uma ideia, vários caminhos. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 35, 2011, Rio de Janeiro, RJ. **Anais**. Rio de Janeiro: Anpad, 2011.

PORTER, M. E. **Vantagem Competitiva**: Criando e Sustentando um Desempenho Superior. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990. 536 f.

PORTO, P. C. da R. **Leis Locais de Inovação**. Direito da Inovação – Comentários à Lei de Inovação, Incentivos Fiscais da Inovação, Legislação Estadual e local, Poder de Compra do Estado (modificações à Lei de Licitações). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 661-664.

PORTO, G. S.; KANNEBLEY JR, S.; DIAS, A.; PACHECO, M.; RADAELLI, V. **O Sistema Estadual de Inovação do Estado do Rio de Janeiro**: uma contribuição ao diálogo de políticas entre o governo do Rio de Janeiro e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. BID, 101 p. set. de 2012.

RAMOS, I. S.; ALEXANDRE, J.; ALVES, M. G.; VOGEL, V.; GANTOS, M. The red ceramic industry in Campos dos Goitacazes and the social inclusion of artisans from Baixada Campista through the Caminhos de Barro project. **Cerâmica**, v. 54, n. 331, p. 280-286. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ce/a/hgbPvcCdijkjRK7cJz3Qz8cK/abstract/?lang=en>. Acesso em: 10 out. 2021.

RIBEIRO, D. Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense. **Universidade do 3º Milênio**, Campos dos Goytacazes: UENF, vol. 1, n.1, p. 65, 1993.

RIBEIRO, E. A. Análise das categorias cidadania/direitos, pobreza e assistência social no discurso oficial do Programa Fome Zero. **Emancipação**, v. 6, n. 1, p. 164-188, 2006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/77>. Acesso em: 10 out. 2021.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 5.361, de 29 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=158159>. Acesso em: 10 out. 2021.

RIO DE JANEIRO. **Estatuto**. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 19 de fevereiro de 2002. Disponível em: <https://uenf.br/graduacao/biologia/wp-content/uploads/sites/11/2014/08/Estatuto-da-UENF.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

RIO DE JANEIRO. **Resolução Consuni nº 005 de 06 de julho de 2006**. Aprova o Regimento Geral da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 19 de outubro de 2006. Disponível em: https://www.uenf.br/UENF_ARQUIVOS/Downloads/REITORIA_1361_1212702942.pdf. Acesso em: 18 mar. 2022.

RIO DE JANEIRO. **Resolução Consuni nº 002 de 30 de outubro de 2012**. Aprova o Regimento Geral da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 19 de outubro de 2006. Disponível em: https://www.uenf.br/UENF_ARQUIVOS/Downloads/REITORIA_1361_1212702942.pdf. Acesso em: 18 mar. 2022.

ROCHA, R. M. G. A Construção do Conceito de Extensão universitária na América Latina. *In*. FARIA, D. S. de (org). **Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília. Editora UNB. 2001.

RODRIGUES, M. M. Revistando a história 1980-1995: a extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga, Portugal, v. 16, n.2, p. 135-175, 2003. Disponível em: <http://antiga.uffs.edu.br/wp/wp-content/uploads/2010/06/Revisitando-a-hist%C3%B3ria-1980-a-1995-a-extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria-na-perspectiva-do-F%C3%B3rum-Nacional-dos-Pr%C3%B3-Reitores-de-Extens%C3%A3o-das-Universidades-P%C3%ABlicas-Brasileiras.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

RUGIU, A. S. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas: Autores Associados, 1998. 168 f.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989. 176 f.

SANTOS, B. S. O estado é o direito na transição Pós Moderna: para um novo Senso Comum sobre o Poder é o Direito. **Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 30, p. 13-43, jun. 1990. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Estado_Direito_Transicao_Pos-Moderna_RCCS30.PDF. Acesso em: 18 mar. 2022.

SANTOS, B. S. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 11).

SANTOS, B. S. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, F. M. A Positive Theory of Social Entrepreneurship. Fontainebleau, França, INSEAD, Social Innovation Centre. **INSEAD**, Working Paper Series, 2009/23/EFE/ISIC. 2009. Disponível em: <https://sites.insead.edu/facultyresearch/research/doc.cfm?did=41727>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SANTOS, V.; CANDELORO, R. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre: AGE, 2006. 149 p.

SARAVIA, E. Uma homenagem a Jorge Sábato: um pioneiro do estudo da inovação tecnológica na América Latina. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro: FGV. Edição especial. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/MSVs7gsZkNcVsnqphgPV3WQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

SARZEDAS, E. **Vidas de barro** - Formação identitária das ceramistas de Poço Gordo através da memória coletiva e da imagem. 2010. 81 f. Monografia (Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes - RJ, 2010.

SAXEINIAN, A. The origins and dynamics of production networks in Silicon Valley. **Research Policy**, n. 20, out. 1991, p. 463-437. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/004873339190067Z>. Acesso em: 10 out. 2021.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 228f.

SENETT, R. **O artífice**. (Tradução Clóvis Marques), 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 362 p.

SOUSA, D. T.; MORENO, A.; NEVES, C. A.; VIEIRA, L. B. (org.). **Práticas e reflexões da extensão universitária**: a experiência da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa – MG: Ed. UFV, 2017. 376 p.

SPOSATI, A. Assistencialismo. *In*: GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. **Complémentarité, convergence et transversalité**: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. *In*: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales Cahiers du CRISES. Québec, 2005. Disponível em: <https://crises.uqam.ca/wp-content/uploads/2018/10/ET0513.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

TOALDO, O. A. **Extensão universitária**: a dimensão humana da universidade. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1977. 189 p.

UENF. **Novo manual da extensão PROEX**. Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2008. 62 p.

UENF. **Plano de desenvolvimento Institucional**. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2016-2020. 115 p.

VARGAS, N. A Tecnologia é de Deus ou do Diabo? Visão e conceitos de tecnologia. *In*: HERRERA, A. O. et al. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento 2**. Brasília: CNPq; UNESC, 1983.

VILLELA, T. N. e MAGACHO, L. A. M. Abordagem histórica do Sistema Nacional de Inovação e o papel das Incubadoras de Empresas na interação entre agentes deste sistema. *In*: Seminário Internacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. 19, 2009. Florianópolis/SC. **Anais**. Disponível em: http://www.genesis.puc-rio.br/media/biblioteca/Abordagem_historica.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

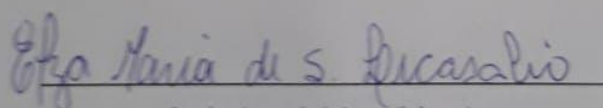
YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÉNDICE

Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 1**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa de doutorado desenvolvida pela pesquisadora Suelen Vianna Bahiense no curso de Doutorado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo professor Marcelo Carlos Gantos, D.Sc. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é *analisar a extensão universitária e a inovação social dentro de uma universidade pública do Norte Fluminense a partir de um estudo de caso envolvendo o Projeto Caminhos de Barro*. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Autorizo a gravação desta entrevista para fins acadêmicos da pesquisadora. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador.

Campos dos Goytacazes, RJ, 17 de Janeiro de 2022



Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

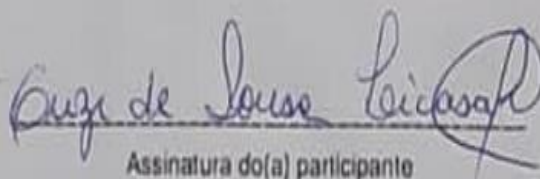


Assinatura do(a) testemunha(a)

Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 2**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa de doutorado desenvolvida pela pesquisadora Suelen Vianna Bahiense no curso de Doutorado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Foi informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo professor Marcelo Carlos Gantos, D.Sc. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Foi informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é *analisar a extensão universitária e a inovação social dentro de uma universidade pública do Norte Fluminense a partir de um estudo de caso envolvendo o Projeto Caminhos de Barro*. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Autorizo a gravação desta entrevista para fins acadêmicos da pesquisadora. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador.

Campos dos Goytacazes, RJ, 17 de Janeiro de 2022



Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Assinatura do(a) testemunha(a)

Apêndice 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 3**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa de doutorado desenvolvida pela pesquisadora Suelen Vianna Bahiense no curso de Doutorado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo professor Marcelo Carlos Santos, D.Sc. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é *analisar a extensão universitária e a inovação social dentro de uma universidade pública do Norte Fluminense a partir de um estudo de caso envolvendo o Projeto Caminhos de Barro*. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Autorizo a gravação desta entrevista para fins acadêmicos da pesquisadora. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador.

Campos dos Goytacazes, RJ, 21 de Dezembro de 2021

Suelen Vianna Bahiense

Assinatura do(a) participante

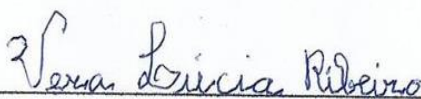
Assinatura da pesquisadora

Assinatura do(a) testemunha(a)

Apêndice 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 4**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa de doutorado desenvolvida pela pesquisadora Suelen Vianna Bahiense no curso de Doutorado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo professor Marcelo Carlos Gantos, D.Sc. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é *analisar a extensão universitária e a inovação social dentro de uma universidade pública do Norte Fluminense a partir de um estudo de caso envolvendo o Projeto Caminhos de Barro*. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Autorizo a gravação desta entrevista para fins acadêmicos da pesquisadora. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador.

Campos dos Goytacazes, RJ, 21 de Dezembro de 2021



Assinatura do(a) participante

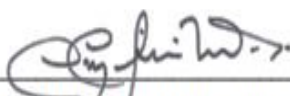
Assinatura da pesquisadora

Assinatura do(a) testemunha(a)

Apêndice 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 5**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa de doutorado desenvolvida pela pesquisadora Suelen Vianna Bahiense no curso de Doutorado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo professor Marcelo Carlos Gantos, D.Sc. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é *analisar a extensão universitária e a inovação social dentro de uma universidade pública do Norte Fluminense a partir de um estudo de caso envolvendo o Projeto Caminhos de Barro*. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Autorizo a gravação desta entrevista para fins acadêmicos da pesquisadora. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador.

Campos dos Goytacazes, RJ, 16 de Dezembro de 2021



Assinatura do(a) participante

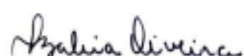
Assinatura da pesquisadora

Assinatura do(a) testemunha(a)

Apêndice 6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 6**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa de doutorado desenvolvida pela pesquisadora Suelen Vianna Bahiense no curso de Doutorado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo professor Marcelo Carlos Gantos, D.Sc. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é *analisar a extensão universitária e a inovação social dentro de uma universidade pública do Norte Fluminense a partir de um estudo de caso envolvendo o Projeto Caminhos de Barro*. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Autorizo a gravação desta entrevista para fins acadêmicos da pesquisadora. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador.

Campos dos Goytacazes, RJ, 16 de Dezembro de 2021



Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Assinatura do(a) testemunha(a)

Apêndice 7 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 7

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa de doutorado desenvolvida pela pesquisadora Suelen Vianna Bahiense no curso de Doutorado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo professor Marcelo Carlos Gantos, D.Sc. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é *analisar a extensão universitária e a inovação social dentro de uma universidade pública do Norte Fluminense a partir de um estudo de caso envolvendo o Projeto Caminhos de Barro*. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Autorizo a gravação desta entrevista para fins acadêmicos da pesquisadora. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador.

Campos dos Goytacazes, RJ, 16 de Dezembro de 2021



Silvia Alicia Martinez
Professor Associado/UENF
CCH/LEEL - ID Nº 6414591-1

Silvia Alicia Martínez
Assinatura do(a) participante

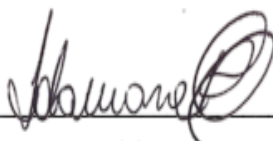
Assinatura da pesquisadora

Assinatura do(a) testemunha(a)

Apêndice 8 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 8**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa de doutorado desenvolvida pela pesquisadora Suelen Vianna Bahiense no curso de Doutorado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo professor Marcelo Carlos Gantos, D.Sc. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é *analisar a extensão universitária e a inovação social dentro de uma universidade pública do Norte Fluminense a partir de um estudo de caso envolvendo o Projeto Caminhos de Barro*. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Autorizo a gravação desta entrevista para fins acadêmicos da pesquisadora. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou seu orientador.

Campos dos Goytacazes, RJ, 16 de Dezembro de 2021



Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Assinatura do(a) testemunha(a)

Apêndice 9 - Roteiro de Entrevistas

Apêndice 9.1 - Entrevista para Pró-Reitores

1 – Qual é o papel da extensão universitária na atualidade? O que ela representa para os professores, estudantes e para a comunidade campista em que a Uenf está inserida?

2 – Quais os principais focos da política de extensão da Proex?

3 – Na Proex existe algum plano orientador para ações de sua administração? Se sim, como ele foi elaborado?

4 – Houve um aumento de projetos/programas de extensão na Uenf nos últimos anos? O que isso significa para a sociedade?

5 – Quais foram as principais potencialidades, desafios e conquistas nesses 22 anos de prática institucional de extensão universitária na Uenf?

6 – A ciência e a tecnologia atuam nos projetos de extensão da Uenf? Se sim como seria essa atuação?

7 – Existe algum tipo de inovação na prática extensionista na Uenf? Se sim, como seria essa atuação? Ela já se encontra instituída?

8 – É possível observar a inclusão social através dos programas/projetos de extensão universitária? Se sim, como ela se daria? Se não, o que fazer para que ela aconteça?

9 – Hoje o projeto de extensão universitária Caminhos de Barro é um dos mais antigos na Uenf. Como este vem atuando no município de Campos dos Goytacazes? Qual é seu grau de visibilidade?

10 – O Caminhos de Barro é percebido como um projeto de extensão de caráter emancipatório para seus membros ou como um instrumento assistencialista? Como se expressa esta questão na prática?

11- Qual é o papel do projeto de extensão Caminhos de Barro? Qual é seu grau de autonomia (se existe)? Como se financiam? Existe normativa para regular seu funcionamento?

12 - O Coordenador do projeto Caminhos de Barro participa do Colegiado da Proex?

13 - O público atuante no projeto Caminhos de Barro participa de sua governança? Possui representação direta no colegiado da Proex? Justifique.

14 - Você considera que há mudanças significativas em termos socioeconômicos e socioculturais na vida dos participantes do Caminhos de Barro?

15 – Quais são as expectativas para o futuro do Caminhos de Barro junto a política de extensão e planejamento da Proex?

16 – Na sua opinião, qual é a missão e o legado que a extensão universitária na Uenf poderá deixar para a comunidade (acadêmica e sociedade) através de projetos e programas sociais como o Caminhos de Barro?

17 – Quais são as principais articulações políticas da Proex Uenf previstas nos encontros do Forproex?

Apêndice 9.2 - Entrevista Institucional Gestores Caminhos de Barro (antigo e atual)

1 – Como você se relacionou/relaciona com o Caminhos de Barro?

2 – O Caminhos de Barro é um dos projetos de Extensão Universitária mais antigos e vigentes na Uenf. A que atribui essa longevidade e permanência?

3 - Como o Caminhos de Barro vem atuando no município de Campos dos Goytacazes? Ele tem estendido sua área de incidência? SE SIM, quais foram os motivos? SE NÃO, por que não?

4 – Quais seriam os atributos mais importantes do Caminhos de Barro a considerar como programa de extensão?

5 - Você acha que o projeto tem contribuído para o crescimento socioeconômico e sociocultural dos atores comunitários envolvidos? Se sim, de que forma isso ocorreu ao longo do tempo e vem ocorrendo atualmente? Quais exemplos destaca?

6 – O Caminhos de Barro é percebido como um projeto de extensão de caráter emancipatório para seus membros ou como um instrumento assistencialista? Como se expressa esta questão na prática?

7 - Observa potencial inovador na extensão realizada pelo projeto Caminhos de Barro? SE SIM, qual?

8 - É possível observar a inclusão social através do projeto Caminhos de Barro? Se sim, como ela se daria? Se não, o que fazer para que ela aconteça?

9 – A gestão do projeto Caminhos de Barro participa de forma ativa das decisões que o envolvem junto à Proex? SE SIM, de que forma?

10 – E quanto as artesãs, ela tem participado ativamente das decisões que envolvem o acionar e planejamento do Projeto? SE SIM, como? Dê exemplos.

11 - O projeto possui dotação orçamentária própria? Como se sustenta? Quais são suas fontes de financiamento?

12 - Como é a gestão da produção e comercialização da produção da oficina?

13 – Como é feita a divulgação dos artefatos e outros produtos produzidos e comercializados pelo projeto?

14 – Você acha possível que os participantes do programa possam empreender a partir dos produtos/artefatos produzidos? Justifique.

15 – Qual é o lugar da Extensão Universitária na atualidade da instituição? Que papel ela representa para os professores, estudantes e para a comunidade campista em que a Uenf está inserida?

16 - Qual é o papel e importância da participação discente dentro do projeto Caminhos de Barro? Dê exemplos.

17 - Existe articulação do Caminhos de Barro com outros projetos e programas de extensão da Uenf? SE SIM, como seria essa articulação?

18 - A oferta de atividades da Oficina faz parte do componente curricular de Extensão no nível de graduação?

19 – Quais são as expectativas para o futuro do Caminhos de Barro junto à política de extensão e planejamento da Proex?

20 - Qual o legado deixado pelo Projeto Caminhos de Barro na população da Baixada Campista, seu local de origem, e nas outras áreas de atuação no Município?

21 – Na sua opinião, qual é a missão e o legado que a Extensão Universitária na Uenf poderá deixar para a comunidade (acadêmica e sociedade) através de programas como o Caminhos de Barro?

Apêndice 9.3 - Entrevista com participantes do Projeto

1 – Como você conheceu e iniciou sua trajetória no Caminhos de Barro? Qual foi o interesse que o mobilizou a participar?

2 – A sua participação no projeto trouxe alguma mudança para sua vida pessoal e profissional? Em caso afirmativo, qual?

3 – E de seus colegas, você percebe alguma mudança na vida deles após iniciarem suas trajetórias no Caminhos de Barro? Se sim, quais seriam essas mudanças?

4 – Quantas horas mensais você se dedica ao Caminhos de Barro atualmente?

5 - Na sua opinião, a gestão do Caminhos de Barro tem atuado de maneira eficiente junto ao projeto? Justifique sua resposta.

6 – E a Pró Reitoria de Extensão da Uenf, tem atuado de maneira eficiente junto ao Caminhos de Barro? Justifique sua resposta.

7 – Você opina ou participa de alguma decisão diretamente junto à gestão do Caminhos de Barro? Em caso positivo, de que forma? Em caso negativo, por que não?

8 – Quais são as carências ou limitações no funcionamento do projeto, em especial no que diz respeito a sua gestão, são observados por você no dia a dia?

9 – No decorrer de suas atividades dentro do Caminhos de Barro, você nota alguma contribuição científica e tecnológica no processo de produção das peças?

10 – Você acha que o Caminhos de Barro atua em Campos dos Goytacazes (na Baixada Campista) como fator propagador de inclusão social? Em caso afirmativo, justifique?

11 – O Caminhos de Barro é um dos projetos de Extensão Universitária mais antigos da Uenf. A que atribui essa longevidade e permanência?

12 – Como o Caminhos de Barro vem atuando no município de Campos dos Goytacazes? Ele tem estendido sua área de incidência? Se SIM, quais foram os motivos? Se NÃO, por que?

13 – Como é feita a divulgação dos artefatos e outros produtos produzidos e comercializados pelo Caminhos de Barro?

14 – Como funciona a comercialização da produção da oficina? O que poderia ser feito para melhorar?

15 – Você acha que as peças e os artefatos produzidos pelo projeto são valorizados pela população local? Por quê?

16 – Qual a sua opinião sobre o valor das peças produzidas pelo Caminhos de Barro? Você acredita que as peças produzidas pelos artesãos possuem mais que um valor econômico? Justifique.

17- Você acha que é possível empreender através dos produtos/artefatos produzidos? Justifique.

18 – O Caminhos de Barro se relaciona com outros programas/projetos na Uenf? Se SIM, quais seriam eles?

19 – Na sua opinião, qual o legado deixado pelo Caminhos de Barro na população da Baixada Campista, seu local de origem, e nas outras áreas de atuação no município?

Certificado de conclusão

ID de envelope: E67D5E4DE1B6405BB1BDDA652D51D8A1 Estado: Concluído
 Assunto: Assinatura folha de rosto Tese - Suelen Vianna Bahiense
 Envelope de origem:
 Página do documento: 1 Assinaturas: 5 Autor do envelope:
 Certificar páginas: 5 Iniciais: 0 Suelen Vianna
 Assinatura guiada: Ativada suelen.bahiense@gmail.com
 Selo do ID do envelope: Ativada Endereço IP: 189.27.76.88
 Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Controlo de registos

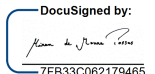
Estado: Original Titular: Suelen Vianna Local: DocuSign
 06/12/2022 08:28:51 suelen.bahiense@gmail.com

Eventos do signatário

Hiran de Moura Possas
 hiranpossas@unifesspa.edu.br

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

 7FB33C062179465...

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada
 Utilizar o endereço IP: 143.255.207.51
 Assinado através de dispositivo móvel

Carimbo de data/hora

Enviado: 06/12/2022 08:38:09
 Visualizado: 07/12/2022 06:56:37
 Assinado: 08/12/2022 03:11:16

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

Aceite: 07/12/2022 06:56:37
 ID: 733bb86d-d082-422e-b800-019bcf4c6982

Lilian Sagio Cezar
 lsagio@hotmail.com

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 7BA9ECEC73EA454...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Utilizar o endereço IP: 201.18.168.125


Enviado: 08/12/2022 03:11:18
 Visualizado: 12/12/2022 11:11:32
 Assinado: 12/12/2022 11:12:57

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

Aceite: 12/12/2022 11:11:32
 ID: 8ab25bb0-01eb-4610-b983-715044f80e5b

Denise Cunha Tavares Terra
 deniseterra@gmail.com

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 18F45B21AF6D46B...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Utilizar o endereço IP: 186.192.52.129

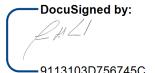
Enviado: 12/12/2022 11:12:58
 Visualizado: 12/12/2022 11:26:19
 Assinado: 12/12/2022 11:28:53

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

Aceite: 12/12/2022 11:26:19
 ID: 9bda1746-ac6e-470c-b1cd-4b8542c8d71a

Jonas Alexandre
 jonasuenf@gmail.com

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)


DocuSigned by:

 9113103D756745C...

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada
 Utilizar o endereço IP: 201.18.168.125

Enviado: 12/12/2022 11:28:56
 Visualizado: 13/12/2022 05:50:01
 Assinado: 13/12/2022 05:51:43

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicas:

Aceite: 13/12/2022 05:50:01
 ID: 1f6195e8-4e4a-4f4d-9eed-586c098ccbd0

Eventos do signatário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Marcelo Carlos Gantos mcgantos@gmail.com Nível de segurança: Correio eletrônico, Autenticação de conta (Nenhuma)	 <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Utilizar o endereço IP: 179.218.246.182</p>	Enviado: 13/12/2022 05:51:45 Visualizado: 13/12/2022 09:11:13 Assinado: 13/12/2022 09:11:28

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

Aceite: 13/12/2022 09:11:13
 ID: 6efc413e-1bbd-4b79-b740-79dd58b69029

Eventos de signatário presencial	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do editor	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do agente	Estado	Carimbo de data/hora
Evento de entrega do intermediário	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega certificada	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de cópia	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos relacionados com a testemunha	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de notário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de resumo de envelope	Estado	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptado	06/12/2022 08:38:10
Entrega certificada	Segurança verificada	13/12/2022 09:11:13
Processo de assinatura concluído	Segurança verificada	13/12/2022 09:11:28
Concluído	Segurança verificada	13/12/2022 09:11:28
Eventos de pagamento	Estado	Carimbo de data/hora
Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Not Provided (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Not Provided:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: suelen.bahiense@gmail.com

To advise Not Provided of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at suelen.bahiense@gmail.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Not Provided

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to suelen.bahiense@gmail.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Not Provided

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to suelen.bahiense@gmail.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Not Provided as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Not Provided during the course of your relationship with Not Provided.